

19 15 05 2020

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM QUINZE DE MAIO DO ANO DOIS MIL E VINTE:** =====

===== Aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte, pelas 17 horas e 30 minutos, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro**, ao abrigo do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/ 2020 de 19 de março, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário** e **Maria Isabel Santos Barbosa - Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia e preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt; dirigido à Mesa da Assembleia.) ==
2. **Informações Gerais;** =====
3. **Período de Antes da Ordem do Dia;** =====
4. **Ordem do Dia;** =====
5. **2º Período de intervenção do Público.** (intervenção, mediante inscrição prévia e preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt, dirigido à Mesa da Assembleia.) =

Pontos da Ordem do Dia: =====

===== **Ponto um** - Ata n.º 18, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2020 - Aprovação; =====

===== **Ponto dois** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três** - Suspensão do tarifário dos Serviços de Água e Saneamento, na parte correspondente às tarifas aplicáveis aos serviços de saneamento (I/40159/2020) - Conhecimento;

===== **Ponto quatro** - Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro - reporte a 31 dezembro.2019 - (I/44305/2020) - Apreciação; =====

===== **Ponto cinco** - Inscrição de Nova Rubrica da Classificação Económica da Receita relacionada com Participação do Município na Receita do IVA - Art. 26.º - A da Lei n.º 73/2013 Inscrição de Nova Rubrica da Classificação Económica da Despesa - 0102130301 - Senhas de

19 15 05 2020

Presença da Câmara Municipal e 0102130302 - Senhas de Presença da Assembleia Municipal (I/43613/2020) - Conhecimento; =====

*===== **Ponto seis** - Saldo de Gerência dos Órgãos das Autarquias Locais (I/43751/2020) - Ratificação de Despacho; =====*

*===== **Ponto sete** - Certificação legal das contas do Município - Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Conhecimento e apreciação; =====*

*===== **Ponto oito** - Prestação de Contas Individuais 2019 (I/43963/2020) - Apreciação / Votação; =====*

*===== **Ponto nove** - Quadro de medidas excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal - COVID-19 (I/44077/2020) - Aprovação; =====*

*===== **Ponto dez** - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sobrance na Avenida D. Maria I (I/37997/2020) - Aprovação; =====*

*===== **Ponto onze** - Cofinanciamento Projeto Empreendedorismo Social “À Barca, À Barca” (I/43649/2020) - Autorização; =====*

*===== **Ponto doze** - Contrato Programa a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões (I/39545/2020) - Autorização; =====*

*===== **Ponto treze** - Alteração à Minuta de Protocolo a celebrar com TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (Produtos Andante) I/31711/2020 - Autorização; =====*

*===== **Ponto catorze** - Pedido de isenção total do pagamento da Taxa de Renovação de Alvará de concessão no Mercado Municipal (I/3857/2020) - Aprovação; =====*

*===== **Ponto quinze** - Alteração da postura de trânsito na Rua Padre Manuel Gomes Resende, em Nogueira do Cravo, e na Rua do Carreiro e Rua Padre Luís Gonçalves, em Pindelo - União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/33617/2020) - Aprovação; =====*

*===== **Ponto dezasseis** - Pedido de lugar de estacionamento reservado aos utentes da Ordem dos Advogados - delegação de Oliveira de Azeméis (I/27631/2020) - Aprovação; =====*

===== **Ponto dezassete** - Pedido de colocação de sinalização vertical para a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/33407/2020) - Aprovação;=====

===== **Ponto dezoito** - Pedido de colocação de sinalização de lugares de estacionamento para deficientes motores na Avenida Sá Carneiro e na Rua Professor Bodas - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/43261/2020) - Aprovação;=====

===== **Ponto dezanove** - Retificação à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e os Municípios (I/46849/2020) - Autorização.=====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS)**: Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Ana Susana Pinto da Fonseca, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD)**: Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Bruno Moreira Rodrigues e Anabela Ramalho Gama e Sousa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP)**: Vera Luísa de Melo Aguiar e Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== **Independente**: Augusto Moreira da Silva. =====

===== A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Ana Susana Pinto da Fonseca que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães - Simão da Costa Godinho; Anabela Ramalho Gama e Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Manuel Rebelo da Costa e Vera Luísa de Melo Aguiar que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Jorge Paulo de Melo Pereira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== **Ausência de Membros:** =====

===== *Dadas as limitações inerentes ao período de emergência da pandemia da Covid-19 vivida recentemente. A capacidade da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro é 30 lugares em segurança, assim sendo apenas 2\3 dos elementos da Assembleia Municipal irão estar presentes. No entanto, não há lugar a marcação de faltas pelo que todos os não convocados terão a não presença justificada, a saber: Bruno Miguel da Silva Costa (PS); José Manuel Marques Ribeiro (PS), Raquel Marília Tavares Faria (PS), Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha (PS), Pedro Luís Paiva Dias (PS), Márcia Oliveira Gomes (PS), Carla Sofia da Silva Brandão (PS), Nuno Miguel Soares de Jesus (PS), José Ramos da Silva (PS), António Luís da Fonseca e Grifo (PSD), Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves (PSD), José Filipe da Silva Carvalho (PSD), Liliana Marisa Pinto da Silva (PSD), António Ilídio Martins Godinho (PSD), José da Silva Queirós - Presidente da Junta de Freguesia Loureiro, Florbela Neves da Silva - Presidente da Junta de Freguesia Macieira de Sarnes, José Rodrigues dos Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, Jorge Paulo de Melo Pereira (CDS/PP) e Maria Helena da Silva Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa.* =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====

===== *Vamos então dar início à Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis do dia 15 de maio de 2020. Muito boa tarde, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores presidentes de Junta, comunicação social, funcionários da Câmara que estão a apoiar esta Sessão. Hoje, temos uma Sessão diferente, uma Sessão mascarada que as condições que atravessamos nos impõem. Será uma Sessão pouco confortável, naturalmente, porque ninguém gosta de estar com estas máscaras na cara. Eu já estou com isto desde as 8 horas da manhã. E devo dizer que já me apetecia desmascarar-me. Mas, pronto, é o que tem que ser. Também, como sabem, o público vai ter o seu período, mas mediante inscrição e não com presença física, porque tínhamos que limitar a sala a lugares que não colocassem em risco e não ultrapassassem aquilo que está estipulado nas normas e nas leis. Devo dizer que o formato desta Assembleia foi discutido e chegado a acordo por unanimidade de todos os Grupos Municipais e também com o conhecimento do Senhor Presidente da Câmara. Assim sendo, vamos então iniciar a ordem de trabalhos e começamos precisamente pela primeira parte da intervenção do público.* =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a seguinte explicação:

19 15 05 2020

===== Tenho aqui uma inscrição, mas não tem assunto. Isto foi explicado, embora à entrada alguém me disse que não tinha percebido no site da Câmara que o público não podia estar presente, embora o Edital seja bem explícito sobre isso. Provavelmente, não viram o Edital, viram alguma mensagem. Vamos averiguar o que é que aconteceu com essa publicação que a pessoa mostrou. De qualquer forma, o que estava dito e foi respondido a algumas pessoas, porque nós tivemos algumas inscrições prévias, ontem - por exemplo e foi respondido às pessoas que a inscrição teria que ter obrigatoriamente o “Assunto”, porque não vinham aqui fisicamente falar e, mediante essa explicação houve alguns cidadãos que desistiram da inscrição porque não quiseram pôr a intervenção por escrito. Como tal, naturalmente que eu não poderei aceitar esta inscrição porque não tem assunto nem tem nada. Penso que não há nenhuma dúvida em relação a isto? Alguém da Assembleia se quer pronunciar sobre esta situação? Ou isto é claro? Parece que é claro. Era pressuposto que, quando se inscrevesse dissesse qual era o assunto, para eu poder ler. Se se inscreve e não diz assunto nenhum quer dizer que chegou aqui: inscreveu-se, mas desistiu de falar. Portanto, estas situações não vão ser aceites. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** leu a inscrição apresentada pelo Senhor **António Jorge da Costa Coelho**, a qual se transcreve: Assunto: Indáqua - Quando este executivo entrou em funções foi referido que a Indáqua estava em incumprimento na realização da rede de saneamento. Não haveria motivo para denunciar o contrato por justa causa? Neste momento há incumprimento? Em que percentagem face ao contrato? =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde, a todos. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, colegas de Vereação, hoje um Executivo em formato extremamente reduzido, cumprimentar também os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta, cumprimentar a comunicação social, os funcionários da Câmara Municipal aqui presentes, cumprimentar também todos os oliveirenses que nos acompanham a partir da Azeméis TV. A primeira coisa que tenho a dizer é que, folgo muito em ver-vos a todos com saúde e espero, naturalmente, que isso se estenda às vossas famílias e portanto, neste momento particularmente difícil é para mim muito grato ver que todos estão bem. Em relação à intervenção deste município, é muito simples a resposta: Efetivamente havia incumprimento do plano de investimentos. Neste momento, a Indáqua cumpre com o plano de investimentos e portanto, não existe motivo para, digamos, um resgate ou uma rescisão por justa causa. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

19 15 05 2020

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *Chegou à Mesa, assinado por todos os líderes Municipais das Bancadas, um voto de louvor e um voto de pesar, que vou passar a ler: Voto de Louvor: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de louvor a todos os profissionais que, na resposta pronta e imediata a este surto pandémico, mostraram a enorme capacidade e maturidade da sociedade portuguesa. Nesta fase foi solicitado a muitos que permanecessem em casa. Ficar em casa não foi um privilégio, foi uma missão para conter a propagação do vírus e promover a proteção dos mais vulneráveis. Reconhecendo o importante papel de toda a comunidade, devemos destacar o desígnio dos que tiveram de continuar a sair diariamente para os seus postos de trabalho, nas diferentes linhas da frente. Porque deles muitos outros dependiam; porque, apesar de todos sermos essenciais, existem sectores vitais que não podem esperar. Nessas linhas da frente, da saúde às infraestruturas, da comunicação à educação, dos serviços públicos aos serviços privados, todos os profissionais manifestaram redobrado espírito de dever e missão, preterindo muitas vezes legítimas reivindicações e projetos pessoais, por um bem maior que é a sua comunidade. Assistimos a reorganização e resiliência, muitas vezes com receio, mas sempre com muita coragem. Este voto é o justo reconhecimento dos membros desta Assembleia Municipal e a certeza de que sabemos quem foram, quem são, o desgaste a que estão sujeitos e o enorme papel que desempenham. Este voto é também um estímulo para o desafio que ainda enfrentaremos e a convicção de que todos nós, como eleitos, também o acompanharemos.” Os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Voto de pesar: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar por todas as pessoas que no país faleceram vítimas de Covid-19. A sua memória ficará inscrita na história coletiva deste tempo que vivemos e que coletivamente temos enfrentado. O pesar que hoje publicamente manifestamos estende-se também às pessoas que, não tendo sido vítimas diretas desta pandemia, morreram sozinhas, sem a presença da família e dos amigos mais próximos. São elas também vítimas, por outra via, a do confinamento e do distanciamento social, que muito angustia e destroça as famílias, numa perturbação do acompanhamento que humanamente fazemos no momento mais radical da vida.” Oliveira de Azeméis, 15 de maio de 2020. Os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação o Voto de Louvor e Voto de Pesar apresentados, os quais foram aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de João Costa, Manuel José Soares, Helga Correia, Amaro Simões, Carlos Costa Gomes, Bruno Aragão, e Fernando Pais. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====

===== Muito boa tarde, a todos. Permitam-me que vos cumprimente na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Antes de começar, gostaria de desejar as melhoras a todos aqueles que se encontram a lutar contra a doença Covid-19, apresentar as minhas condolências pessoais a todos os familiares daqueles que não resistiram e que partiram à custa desta maldita doença. Quero ainda expressar a minha solidariedade também para todos aqueles que perderam o emprego. Infelizmente, como sempre, os mais desprotegidos sofreram deste flagelo, nomeadamente os trabalhadores contratados através de empresas de trabalho temporário, os trabalhadores a recibos verdes e também aqueles que trabalhavam com contrato a termo certo. Depois desta pequena reflexão, seguimos para o tema que trago a esta Assembleia que é a Cultura: Possivelmente o setor onde as consequências desta pandemia se prolongarão por mais tempo. E, portanto, os efeitos serão também mais duros e serão certamente fortemente sentidos pelos profissionais desta área. Pois bem, vamos a uma análise geral do atual estado da cultura no Município de Oliveira de Azeméis: O município possui vários espaços, equipamentos culturais, repartidos pelas freguesias, onde o dinamismo destes espaços está quase na totalidade circunscrito à atividade das Juntas e à boa vontade das nossas associações. Pois, os espetáculos culturais proporcionados pela Câmara Municipal, desde sempre, são realizados quase exclusivamente na nossa cidade. Dou o exemplo do 3720 e do Ciclo da Primavera que este ano seria descentralizado devido às obras do Cineteatro Caracas. O Município de Oliveira de Azeméis está a iniciar um caminho de aposta na cultura, pois prepara-se para fazer grandes investimentos em infraestruturas culturais, nomeadamente na requalificação do seu maior espaço cultural (Cineteatro Caracas) e certamente também, no futuro, na requalificação da Garagem Justino recentemente adquirida pela Câmara Municipal com o intuito de concretizar um Centro de Artes. Para além disso, quero também dar nota do esforço que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal para dignificar a nossa cultura vidreira, com a candidatura a Património Mundial da Unesco. E portanto, Senhor Presidente e restante equipa de Vereadores, bem sei que o caminho é longo, estamos agora no início, para isso recomendo que este caminho seja feito em conjunto com o nosso Conselho Municipal da Cultura. Pois, efetivamente temos muito para fazer e, modestamente, vou dar os meus contributos nesta área: Colocação de placas informativas em

todos os locais de relevo histórico do Município de Oliveira de Azeméis, como já foi bem feito por este Executivo no Pinheiro da Bemposta; Apoio aos artistas locais que seja equivalente ao apoio dado aos atletas individuais; Disponibilização de um espaço municipal para a criação de conteúdos artísticos, com todas as condições - refiro-me, nomeadamente a um estúdio de criação musical, um estúdio de criação artística; A concretização de um Café-concerto, que poderá já estar equacionado na requalificação do Cineteatro Caracas. E gostaria de ver também esse esclarecimento, por parte do Senhor Presidente. A diversificação de oferta cultural municipal - dou alguns exemplos: Cinema ao Ar Livre; Animação de Rua; Concurso Municipal de Talento; Festival de Jazz; fazer regressar o ENTOA (Encontro de Teatro de Oliveira de Azeméis) que se realizou apenas uma vez em 2016 e não correu muito bem, mas, se calhar, quem sabe, com moldes diferentes possa ser uma mais-valia para a cultura municipal; A maior divulgação das iniciativas culturais do Concelho. Eventualmente através da criação de uma página própria, nas redes sociais, como acontece com o Departamento da Juventude; E, por último, a valorização dos nossos escritores, nomeadamente Ferreira de Castro, usando a flexibilidade curricular para introduzir alguma obra do autor como leitura obrigatória para os nossos estudantes do ensino básico e secundário. Em suma, são estas as sugestões que deixo ao executivo, depois de algumas conversas com profissionais desta área. No entanto, para terminar, gostaria de propor ao executivo que inovasse neste tempo de pandemia. Já o está a fazer com as alterações que implementou às celebrações do dia 25 de Abril e, também, do dia de amanhã, de elevação de Oliveira de Azeméis a cidade com o concerto itinerante de uma fadista local. E, portanto, proponho que não deixasse de realizar o 3720 e o fizesse este ano em outros moldes, quem sabe em regime de drive-in, exclusivamente com artistas locais de modo a apoiar os profissionais concelhios desta importante área em Oliveira de Azeméis, que é a cultura. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Manuel José Soares**, do PS. =====*

===== Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Cara Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados, Senhores funcionários da autarquia, comunicação social. O quarto aniversário da Associação Nacional das Assembleias Municipais, celebrado a 7 de maio, de cujos órgãos sociais faz parte esta Assembleia Municipal através da Senhora Presidente que integra o Conselho Fiscal, merece uma reflexão sobre o trabalho que esta entidade tem vindo a realizar, no sentido de dar outra visibilidade a este órgão fundamental do poder local tão desconhecido, ignorado e frequentemente menosprezado, minorizado pelos cidadãos eleitores. Em Portugal, o que diz respeito ao poder local, denota-se uma prática municipalista presidencialista que responde aos termos legais, visto que é ao presidente de qualquer Câmara que compete representar o Município. No entanto, deste, segundo a Constituição da República e a Carta Europeia de Autonomia Local, faz parte a Assembleia

Municipal a quem compete deliberar sobre questões de mais responsabilidade e fiscalizar a atividade de Câmara. Compreende-se assim a importância deste órgão deliberativo e fiscalizador e a necessidade de uma interligação clara e eficaz com os cidadãos tão arredados das questões públicas, políticas que superam as normais discussões partidárias e também dos seus territórios. Também esta função pedagógica, não podem as Assembleias Municipais dirimir-se, o objeto de uma cidadania ativa e a persecução da qualidade dinâmica do municipalismo português são os alicerces de trabalho que não pode ser exclusivo da Associação Nacional das Assembleias Municipais, mas de todos aqueles que acreditam nos valores republicanos e democráticos. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar a Senhora Presidente, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente, restante equipa da Vereação, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, comunicação social aqui presente, funcionários da autarquia aqui presentes e todos aqueles que nos ouvem em casa. Esta é a primeira Assembleia Municipal da era pós-Covid depois de três semanas de estado de emergência período que todos os oliveirenses acataram as indicações do Governo e da DGS (direção Geral de Saúde), ficaram em casa, e agora na fase de desconfinamento tentam regressar a uma aparente normalidade anormal. Permitam-me que em primeiro lugar faça duas referências: Uma de pesar e de solidariedade para com os familiares das vítimas da doença Covid-19; e uma segunda referência em especial aos empresários e aos oliveirenses que, de forma solidária, voluntária, num ato de altruísmo, contribuíram para o crescimento da conta solidária do Município. Contribuições que vieram dotar o Município de uma almofada financeira no combate a esta pandemia. E também a todos aqueles que contribuíram de forma ativa e solidária através do empréstimo ou doação de bens e equipamentos para os hospitais de campanha montados no Município de Oliveira de Azeméis e em particular ao Hospital de Campanha da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. Senhor Presidente, senhoras e Senhores Deputados: Este não é o momento de fazer política só porque temos ideologias diferentes. Este é o momento de servir a causa comum. É o momento de ouvir técnicos especialistas, analisar números e estudos, tirar conclusões e tomar decisões políticas em prol de Oliveira de Azeméis e dos oliveirenses, trazer à discussão os números da doença Covid-19 em Oliveira de Azeméis. Andamos no pódio dos concelhos no Distrito de Aveiro com mais infetados. Pena continuarmos sem saber o número de óbitos. Aliás, no Distrito de Aveiro existem apenas três concelhos que desconhecem ou não divulgam o número de óbitos por Covid-19. Em Oliveira de Azeméis será desconhecimento ou a autarquia não quer comunicar esses números? O senhor Presidente da Câmara, quando questionado sobre esta matéria, desculpa-se com o desconhecimento ou com a proteção de dados. Dizer que, estranhámos esta tomada de posição do delegado de saúde de Oliveira de Azeméis, isto porque é o mesmo delegado de saúde de S. João

de Madeira e de Vale de Cambra: Vale de Cambra tem acesso aos números de óbitos, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira não. Reafirmar que, não queremos saber os dados pessoais das pessoas, não queremos saber os dados por freguesias, apenas queremos saber o número total de óbitos por Covid-19 no nosso concelho. Em Oliveira de Azeméis tem-se feito uma gestão introspetiva sem divulgar dados, sem estudos ou análises de números reais do município, sem envolver os presidentes de Junta que andam no terreno e que continuam a desconhecer a verdadeira realidade da sua freguesia, sem envolver as forças políticas e os vereadores da oposição do município. Na realidade, todos, incluindo os oliveirenses, continuamos sem saber a verdadeira realidade do nosso município. Apenas conhecemos a realidade nacional de infetados, casos suspeitos, óbitos que são divulgados diariamente através das conferências de imprensa do Senhor Secretário de Estado ou da Senhora Ministra com a Diretora Geral de Saúde, - pergunto: Como se pode gerir uma pandemia com base em dados empíricos e sem se perceber a realidade dos números? Dizer, Senhor Presidente, que esta falta de uniformização de comunicação de dados nos vários municípios do Distrito de Aveiro e o desconhecimento do número de óbitos naturalmente geram desconfiança junto da população oliveirense. Uma outra questão sobre o encerramento de alguns Centros de Saúde no nosso Concelho, refiro-me ao Centro de Saúde de Ossela e ao Centro de Saúde de Nogueira do Cravo: Centro de Ossela já foi reaberto mas, o mesmo não podemos dizer, relativamente ao Centro de Saúde de Nogueira do Cravo que se encontra ainda com as suas portas fechadas. E falamos de um Centro de Saúde às portas de um Hospital de Campanha. Perceber qual o critério de encerramento de uns Centros de Saúde em detrimento de outros Centros. O Município, para além deste Hospital que referi, dispõe de mais dois Hospitais de Campanha. Pergunto, Senhor Presidente, o que é que vai acontecer? Estava previsto já ter aberto o Hospital de Campanha de Nogueira do Cravo/ Pindelo - quando vai abrir? E o que é que vai acontecer aos restantes Hospitais de Campanha, se se vão manter ou não em prevenção e até quando? Falar também dos Lar de Idosos de Oliveira de Azeméis: O Governo anunciou que se iria proceder à realização de testes nos Lar de Idosos. Existem autarquias a fazê-lo. E a autarquia de Oliveira de Azeméis entende que não é da sua responsabilidade. Assistimos por parte de presidentes e diretores de instituições a manifestarem-se publicamente quanto à indiferença a que foram votados os Lares de Idosos em Oliveira de Azeméis. Pergunto: - A Ação Social do Município está a acompanhar esta matéria? Estão ou vão ser testados os idosos e os trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social? Existe algum plano de testagem dos Lares em Oliveira de Azeméis? E de que forma a Ação social do Município está a acompanhar a reabertura das visitas dos Lares oliveirenses na próxima semana? Relativamente ao regresso às aulas, Senhor Presidente, também queria perceber aqui algumas questões, que é: Que estratégia e que medidas estão a ser tomadas pelo município para acautelar o regresso dos alunos por forma a evitar a propagação desta pandemia neste regresso às aulas do 11º e 12º Ano? A Autarquia tem conhecimento do ponto de situação do número de testes realizados aos educadores de infância - refiro-me às creches de Oliveira de Azeméis que reabrem portas na

próxima segunda-feira? Temos conhecimento que instituições continuam com falta de equipamentos de proteção individual. O Município prevê algum reforço de meios de proteção para estas instituições? Muito obrigada.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Amaro Simões**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Caros Vereadores, colegas, técnicos, público, boa tarde a todos. Dois sentimentos contraditórios nos invadem nestes momentos: Esta pandemia tem revelado a dimensão humanitária, altruísta e solidária, o melhor que há e se manifesta em cada ser humano; mas, ao mesmo tempo, faz sobressair o egocentrismo, o egoísmo e o individualismo, gerador do pior que pode ter o ser humano. Exemplo desta dimensão humanitária e solidária foi expressamente reconhecida e nunca de mais elogiada, pelos médicos, enfermeiros e todo o pessoal afeto ao Serviço Nacional de Saúde, mas também quero realçar os exemplos positivos de política séria e construtiva, ao mais alto nível, do Governo e dos Partidos políticos que surpreendeu todo o mundo. Reconheçamos ou não, é (também) das boas ou más políticas que depende o sucesso ou fracasso deste combate, que mais ou menos gente seja infetada, que mais ou menos infetados recuperem ou morram. Que mais ou menos trabalhadores mantenham os seus empregos. Mas, também, que mais ou menos famílias tenham ou não tenham onde dormir, tenham ou não tenham que dar de comer aos seus filhos. É justo aqui reconhecer, também, as boas políticas de proximidade, o papel determinante dos autarcas e das Juntas de Freguesia, muitas vezes, sem recursos, sem meios adequados se desdobraram e, sem qualquer presunção ou reserva política, partilharam conhecimentos e experiências que pudessem ser replicados, a tempo e horas, às populações, pois, nestas circunstâncias, foi importante ganhar tempo para atalhar e interromper a cadeia do vírus: Era ver-nos a trocar impressões uns com os outros sobre equipamentos de proteção individual (EPI) - fornecimentos e preços de máscaras, luvas, viseiras, acrílicos, produtos desinfetantes, partilhar medidas cautelares nos cemitérios, correios, jardins, multibancos e outros equipamentos de utilização coletiva, da responsabilidade das Juntas de Freguesia. As nossas Freguesias, com o apoio das populações, naturalmente, foram capazes de se superar e criar condições muito acima daquelas que, até agora, vieram a ser necessárias. Vi jovens que revelavam ansiedade e até frustração porque se disponibilizaram com tanta generosidade para levar medicamentos e alimentos aos idosos, e não terem sido tão solicitados como desejariam, porque, felizmente para eles e para todos nós, a cadeia familiar funcionou exemplarmente (- acho que é uma das conclusões que podemos tirar). Quando tudo parecia querer melhorar, foi muito frustrante o que nos aconteceu? Foi. Mas, para bem de todos nós, foi gratificante a forma como soubemos responder. Pelo caminho ficou o esforço dos Hospitais de Campanha, equipamentos levantados com muita colaboração, muito empenho e muito sacrifício.

Preparamo-nos para o pior, e, felizmente, o pior não aconteceu. Melhor assim. Uma palavra de reconhecimento: Aos nossos industriais que se reinventaram e, em pouco tempo, criaram equipamentos de proteção que puseram à disposição dos hospitais, lares e autarquias. Às nossas IPSS que se desdobraram em proporcionar condições aos nossos idosos que têm dificuldade em conformarem-se com a aparente falta de atenção dos seus filhos e netos. Uma palavra mais que simbólica à Florbela Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, que, caindo nas malhas do vírus, não deixou de nos apoiar e manifestar coragem, zelo e estímulo aos seus fregueses e a todos nós. Muito obrigado à Florbela, também, pela ousadia e relevante contributo para a recuperação da confiança, amizade e solidariedade entre todos os presidentes de Junta de Freguesia. Para terminar, seria injusto se o não fizesse, quero manifestar um sentido voto de reconhecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Presidente que se revelou ponderado, sóbrio e discreto, mas diligente, incansável e eficiente na coordenação e apoio aos munícipes, às Juntas de Freguesia e particularmente às IPSS /Lares de Idosos, como pude pessoalmente testemunhar: Bastava dizer-lhe em SOS: O Lar (...) carece de máscaras, batas ou fatos de proteção e, imediatamente, para tranquilidade dos utentes e sossego dos diretores que o solicitavam, o equipamento aparecia. Finalmente, um estado de alma: Não seja este o princípio do fim de uma civilização, o resultado das nefastas opções políticas de governantes mundiais irracionais, insensatos e perversos que medram uma economia de manjedoura, imoral e insustentável, ameaçando a destruição do ecossistema e dos equilíbrios naturais. Da vivência desta pandemia a Humanidade resultará mais sóbria, mais resiliente e mais solidária. Haja esperança. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores aqui presentes, Caros colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, colaboradores da Câmara Municipal, comunicação social aqui presente, meus senhores e minhas senhoras. Antes de iniciar esta minha intervenção, gostaria de dar os votos de boa saúde a todos que aqui estão e a continuarem saudáveis, como parece que estamos, extensível a toda a família e à comunidade onde residem, especialmente Oliveira de Azeméis. Dizia eu que o calendário marcava 16 de maio de 1984 quando esta Vila nobre e antiga que possui uma belíssima Matriz de S. Miguel e várias casas Nobres, das quais uma alojou El-Rei D. Pedro V em viagem ao norte de Portugal, com o Santuário e Parque da Nossa Senhora de La-Salette, um ex-libris monumental e natural, com uma forte componente, já na altura, empresarial, comercial, e associativa, foi elevada à categoria de Cidade. Celebramos então o 36º Aniversário de elevação de Oliveira de Azeméis a cidade. Esta comemoração não acrescenta apenas mais um aniversário à elevação da categoria de cidade. Mas pelo contrário, é a cronologia do tempo que é valorizada pela cidade de Oliveira de Azeméis. As comemorações (como aqui já foi referido) simples ou faustosas são

sempre acontecimentos que marcam a história e, neste caso particular, o pulsar das gentes de Oliveira de Azeméis. A sua história é rica quer pela raça da gente que aqui nasceu, viveu e vive, quer por aqueles que aqui também constituíram família, e muitos deles arriscaram sair da sua zona de conforto ou não, e criaram riqueza ajudando deste modo no desenvolvimento e no crescimento de melhores condições de qualidade de vida para a população em geral, educação, trabalho, saúde, justiça e cultura. Personalidades ilustres aqui nasceram e viveram, que me dispense de mencionar. Apenas cito Bento Carqueja, em “O Povo Português: aspetos sociais e económicos” de 1916, em que o autor, fazendo uma analogia à Gente Portuguesa, diz: “Esta Gente desmedida ou raça de Gente desmedida com notáveis predicados. E portanto, esta sobriedade bem própria de si para dar saúde ajuntam o trabalho aturado: Os homens, o da guerra quase contínua e nos intervalos dela os exercícios semelhantes a guerra; As mulheres, o da cultura dos campos e de todo o trato domestico que, com discreta economia, lhes é cedido pelos homens ocupados com as armas. E, se faz memória dos seus bailes e cantares, não só tanto do fruto do ócio como do inocente prazer da vida social.”. Expressamos aqui a nossa gratidão por todos quanto nela estão abraçados, não apenas os antepassados, mas também dos nossos contemporâneos. Gratidão, sim, pelo uso e utilidade que cada um deles e de nós retirou do ato de beneficência social, pessoal, saúde, empresarial, cultural e associativa. Gratidão, sim, pelo interesse ou desinteresse que cada ato foi dispensado para que, hoje, todos nós e todos os oliveirenses pudessem amanhã festejar e comemorar Oliveira de Azeméis como cidade. Uma segunda palavra, Senhor Presidente, foi e é, e queira concordar connosco o facto de discordar consigo, que é uma carta enviada aos municípios - data de 17 de abril: Esta carta circulou, Senhor Presidente, a partir do gabinete da presidência, em que o Senhor Presidente faz saber aos oliveirenses a sua preocupação com os tarifários da água e saneamento do nosso concelho. E eu, como município, também a recebi. E também a li. Refere muitos dos problemas graves que herdou. Todo o conteúdo da missiva, desde o primeiro ao quarto ponto, tem como objetivo, creio, equilibrar, desequilibrado, entre a culpa e a desculpa. Todos aqui sabemos e os oliveirenses sabem também do contrato com a Indáqua. Muito se falou do assunto no passado, nas redes sociais e na comunicação social. E este tema agora também é recorrente. E, portanto, creio que não haverá um oliveirense que não saiba que a Indáqua é quem gere a água e saneamento do concelho e de um contrato estabelecido pelo anterior executivo. Com toda a honestidade Senhor Presidente, como tem que ser, e sempre me pauto por este caminho: o Senhor Presidente tem que concordar connosco que nós discordamos com o Senhor Presidente quanto a algum conteúdo e sobre a forma dos meios e da própria intencionalidade da carta. Concordará com certeza, que o uso de meios municipais para uma carta deste teor que toca de forma o princípio da intencionalidade. Porque eu, como os oliveirenses, posso e podemos questionar da intencionalidade da carta. Se nela também não está inscrita uma intenção que vise mais o bem político ou partidário do que o bem que nela se queira fazer parecer. O ditado diz que: “À mulher de Cesar não basta ser, também tem que parecer” - Acho que está errado: A mulher de Cesar tem que ser e não parecer.

Concordará com certeza, que o uso de meios municipais para uma carta deste teor, pode até ferir o princípio da legitimidade. Porque eu, como muitos oliveirenses, posso e podemos questionar a legitimidade da carta cujo conteúdo tem mais a ver com uma defesa pessoal e política e, portanto, considerar ilegítimo o meio usado para fazer chegar à população. Concordará com certeza, que o meio que Vossa Excelência usou para divulgar a carta coloca também o princípio da utilidade do bem público. Porque, eu, como muitos oliveirenses, podemos considerar que a utilização dos bens públicos, não devem ser utilizados para fins dos quais não lhes são destinados. Concordará com certeza, que este tipo de comunicação em que o tempo verbal usado é mais na primeira pessoa do singular, no eu, confere a cada um de nós que leu a carta que por detrás da comunicação ela se traduz numa defesa pessoal e talvez na capitalização política: “Eu herdei. Eu lutei. Eu discordei. Eu decidi.” Senhor Presidente concordará que o teor da carta tem dois momentos: Primeiro - em sentido da oposição: “Lutei e discordei sempre”. Segundo - em sentido de aprovação: “Eu decidi.” Este decidi Senhor Presidente a que nos referimos, que a carta é uma missiva muito pessoal muito mais política e talvez a pensar já numas próximas eleições. É pela simples razão de que nenhum momento se refere a primeira pessoa do plural o nós. Parece que o Senhor Presidente herdou sozinho. Parece que o Senhor Presidente discordou sozinho. Parece que o Senhor Presidente fez e decidiu sozinho. Senhor Presidente, com todo o respeito que nos merece a ação do executivo, este, como os anteriores, sempre fomos contra este tipo de comunicação de utilizar recursos camarários para fazer circular uma carta com um teor explícito e implícito que quis transmitir. Creio que saiba que criou uma onda de contestação sobre a mesma e que é questionável. Por isso, a bancada do PSD não se revê nesta carta e considera que o uso dos meios que lhe são conferidos para fins que evidentemente ultrapassam a bondade da ação, porque nem tudo que é possível tecnicamente possível fazer ou realizar é eticamente aceitável fazer. Outros meios poderiam ser utilizados para fazer passar a mesma mensagem. Uma mensagem política. Uma mensagem de ataque político ao anterior executivo. E a ostentação da política de ação do executivo atual, na carta que quis deixar. Por isso, a bancada do PSD, na sua fiscalização à Camara Municipal e na competência que lhe é conferida considera que, os oliveirenses, por muito útil que Vossa Excelência considere, esta ação roçou uma política partidária intencional que não abona a favor da transparência do exercício da ação governativa do município, nomeadamente no que nela está implícito e no que nela se quer transmitir. Estamos certos que o Senhor Presidente discordará do que se disse. Mas, com certeza, concordará que discordaremos do modo como utilizou o envio desta carta. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Boa tarde, a todos. Sintam-se, naturalmente, cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Espero que todos se encontrem bem. Este é de facto um tempo novo.

Um tempo que puxa por nós, pela nossa capacidade de criatividade, mas também pela nossa capacidade de fazermos política. Nunca deixará de ser curioso quando se começa: não devemos politizar, mas essa é de facto uma lição que este tempo também nos ensina. Em devido tempo teremos oportunidade de responder, como sempre o fizemos, com números, com factos, e acima de tudo, com muita verdade. Porque hoje parece que o tempo é mais longo. Entre a última Assembleia Municipal, em fevereiro, e a sessão que hoje cumprimos com todas estas restrições, passaram pouco mais de dois meses. Dois meses que alteraram drasticamente a forma como coletivamente nos organizamos. Dois meses que nos fizeram refletir sobre coisas que sempre demos por adquiridas, que nos fizeram valorizar as coisas certas que muitas vezes já não questionávamos. Dois meses que nos obrigaram a reagir com a rapidez que, imagino, nenhum de nós suponha possível. E reagimos mesmo. Nacional e localmente. Individual e coletivamente. Pessoas, empresas, associações, coletividades, câmaras, governos. Todos fomos capazes de uma enorme resposta de solidariedade, de disponibilidade, de esforço coletivo. Cada um de nós encontrou certamente forma de participar neste esforço comunitário que passou, muitas vezes, por ficar em casa e garantir isolamento social. Um contrassenso humano. E essa foi também uma linha de combate. Essa, como muitas outras. Dos profissionais de saúde, aos profissionais que recolhem o lixo. Da pessoa que nos atendeu na mais pequena mercearia até à que continuou a trabalhar para que não faltasse luz ou comunicações. Houve muitas linhas da frente e todos merecem esse reconhecimento da nossa parte. Qualquer que seja a forma como olhamos para estes dois meses, mais ou menos generosa nos resultados, mais ou menos bondosa nas medidas, reconhecemos todos que os próximos meses serão exigentes. Muito exigentes. Ao problema inicial de saúde pública ao qual responderam prontamente o Município e os oliveirenses, acresce já um problema social e económico que a todos, de diferentes formas, tocará. Sabemos todos, os socialistas também por ideologia e visão do mundo, que apenas é democrática a forma como o vírus nos contamina. Não será certamente democrática a forma como social e economicamente seremos afetados. Há pessoas em maior risco de pobreza e mesmo em situação de pobreza, há famílias mais vulneráveis e em situações de emergência e há empresas mais frágeis. A capacidade de diminuir este impacto tem dependido da forma como todos respondemos, mesmo em período de estado de emergência, das medidas adotadas e implementadas, mas também daquelas que se preconizam para os próximos muitos meses. Para os próximos muitos meses. Um emprego pode ser destruído num minuto, uma vida termina num segundo, uma empresa fecha no final de um dia para não voltar a abrir, mas recuperar dá trabalho, criar uma nova empresa ou cuidar de quem fica, é um esforço que leva tempo e muita determinação. E este é o equilíbrio difícil, entre a saúde pública, e as consequências da paragem económica e do isolamento social. Um equilíbrio que obriga a esforços diários, flexibilidade e capacidade de irmos afinando decisões e reforçando medidas. Não pode haver de facto não política, mas também aqui foi isso que se fez. Senhor Presidente de Câmara, não há nesta matéria, como o Partido Socialista deixou claro, desde a primeira hora, qualquer cor. Há uma disponibilidade total, sem mas. Não deixou de haver

democracia, sem qualquer dúvida, apenas um nós. Nós, oliveirenses. Nós portugueses. Por isso mesmo, é justo dizê-lo, que o Partido Socialista reconhece o enorme esforço do seu executivo, que o Partido Socialista reconhece a forma como a Câmara Municipal liderou esta fase e como muitas das instituições do concelho e das empresas do concelho e da região ombreamos com essa liderança. Quando na semana de 9 de março, ainda antes do próprio governo e da esmagadora maioria dos municípios, a Câmara Municipal decidiu encerrar serviços públicos, parecia haver precipitação. Infelizmente o quadro regional tornou este ponto do país um dos focos mais difíceis de gerir. A amplitude das medidas que usámos ajudou certamente a mitigar, tal como ajudou toda a solidariedade das empresas e dos oliveirenses. Ainda bem que não utilizamos nenhum dos hospitais de campanha, mas foi importante garanti-los. Ainda bem que não utilizamos os espaços para receber profissionais de saúde, mas foi importante assegurá-los. Ainda bem que não tivemos que evacuar nenhum espaço residencial para idosos, mas foi importante preveni-los. Ainda bem que não fechamos compulsivamente nenhuma escola, para além do encerramento a que todas foram sujeitas, mas foi muito importante acompanhá-las. Não foi nem é um tempo fácil e os líderes nacionais e locais, de diferentes cores e de diferentes ideologias, não só mostraram estar à altura como mostraram a fibra de que somos feitos. Podemos gostar mais ou menos deste ou daquele registo, mas reconhecemos a todos, sem qualquer exceção, uma preocupação genuína e uma entrega total para lidar com o improvável. Tenha, por isso, em si e em todos os membros do seu executivo, também sem qualquer exceção, o reconhecimento do Partido Socialista. Aqui e ali houve, como há sempre, alguma tentativa de criar ruído. Felizmente mantivemo-nos todos focados e isso pouco efeito teve. É por isso importante que não esqueçamos que: 1. Do ponto de vista de saúde pública continuamos a enfrentar o mesmo desafio. Continuamos a lidar com um vírus ainda muito desconhecido, mas para o qual há um forte envolvimento da comunidade científica. Talvez muitos não saibam, mas Portugal, apesar da sua dimensão na comunidade científica mundial, foi apontado como o país com mais projetos inovadores na resposta ao Covid-19. Segundo a OCDE, das 150 propostas diferenciadoras em todo o mundo, 19 são portuguesas, um total de 11%. É um sinal de esperança para todos nós. 2. As medidas de saúde pública que o município adotou terão que continuar e que se reforçar em alguns casos. Não pode haver alívio nem facilidades. 3. Não podemos deixar de continuar, com as devidas adaptações, a seguir com o caminho que vínhamos trilhando. Esta pandemia será um esforço acrescido, mas a continuação da jornada é o melhor sinal de que ultrapassaremos esta fase e de que vemos futuro. 4. Devemos ter capacidade de adaptar medidas sempre que necessário, de ir monitorizado com regularidade a sua pertinência e de continuar a trabalhar com todos os agentes de proteção civil, peças fundamentais em todo este trabalho. Mas não devemos achar nunca que isto é um campeonato a ver quem chega primeiro, a ver quem fala alto ou a ver quem dá mais. 5. Devemos ser céleres nas medidas emergentes, determinados nas medidas de fundo, mas sempre responsáveis, muito responsáveis, sem os populismos que são mais fáceis também nestes tempos. Para criar ruído basta uma frase repetida muitas vezes, como todos sabemos. Como sempre, tudo o que hoje fizemos e decidimos

19 15 05 2020

terá consequências com as quais teremos que lidar num futuro que será presente. Minhas Senhoras e Meus Senhores, uma crise é sempre um desafio, mas seria melhor não ter que a viver. Sem escolha, só nos resta fazer o melhor e, sobretudo, dar o melhor de nós. Muito obrigado. ===

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que fez a seguinte intervenção: =====*

===== Senhora Presidente, antes de responder às intervenções que foram feitas pelos Senhores Deputados, eu pedia-lhe autorização para perguntar aos senhores deputados se em relação ao assunto com o qual me havia comprometido na última Assembleia, realizada em Cesar, em 29 de fevereiro, que tinha a ver com a disponibilização da informação que havia sido trocada entre a instituição Câmara Municipal e a instituição Cerciaz. Eu pergunto aos senhores deputados, se pretendem que essa informação vos seja enviada ou se pretendem que essa informação seja aqui lida e, portanto, apresentada? Portanto, deixo à vossa consideração essa possibilidade. Tinha-me comprometido convosco a apresentar a informação que tinha sido trocada e que estaria na base, digamos assim, da intervenção feita pelo senhor presidente da Cerciaz na última Assembleia Municipal. Entretanto, enfim, essa informação está disponível e caso queiram consultá-la agora podemos fazê-lo. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Senhor Presidente foi um momento delicado, extremamente angustiante e em que sentimos certamente todos vergonha alheia. Nenhum de nós gostaria de ter assistido a um momento daqueles, seja da parte de quem for. Mas, há da parte do Partido Socialista uma preocupação maior, do que o Senhor Presidente de Câmara e o senhor Presidente da Direção da Cerciaz, que é a própria Cerciaz e a própria Câmara Municipal. Porque independentemente das pessoas que estão num determinado momento, são as instituições que nós devemos respeitar. Por isso, o que lhe peço, é que possa enviar a todos os membros desta assembleia a informação que, sendo naturalmente mais confidencial porque são comunicações entre pessoas e têm mail de pessoas, possa disponibilizar com o devido direito de reserva que todas as pessoas têm, mas que possa aqui, e porque teve autorização também do próprio presidente da Cerciaz, esclarecer de facto a comunicação que existiu, a tramitação de todo esse processo, o que aconteceu a seguir. Se é que aconteceu já alguma coisa. E se é que houve já alguma reunião. E que possa definitivamente deixar claro, que não valerá a pena criar ruído entre duas instituições importantes do concelho de Oliveira de Azeméis, que é o próprio Município e a Cerciaz, que não há nenhuma falta de relação entre uma e outra, que não há nenhum problema com os apoios, que não há nenhum prurido nem ficou nenhum prurido, mesmo que tenhamos considerado completamente

desajustado o tom daquela intervenção. É fundamental para os oliveirenses que não reste nenhuma dúvida daquilo que realmente nos deve mover no exercício de cargos públicos, na presidência ou na direção de instituições, que é o próprio objeto dessas instituições. E, portanto, agradecemos que possa deixar aqui muito claro o teor dessas comunicações, sem melindrar evidentemente informação mais pessoal que possa gerar aqui algum tipo de conflito. Obrigado.

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Cumprimentar Vossa Excelência, a Mesa, Vereação e o modelo reduzido da Assembleia. Eu acho que isto é uma questão pertinente. Porque nós estarmos a discutir aqui emails trocados de diversas instituições, não sujeitando a algum contraditório e, eu presumo que alguns emails contenham informação relevante, não me parece que seja oportuno de todo estarmos a proceder a esta discussão, neste momento e agora. Poderá ela ser importante, mas a sugestão que eu faria era: - eu não li a ata, ainda não a aprovamos, vamos aprová-la agora. Mas, eu entendo que disponibilizar aos membros da assembleia municipal correspondência trocada entre duas instituições parece-me, no mínimo, de alguma forma perigoso. Primeiro porque não temos aqui a pessoa visada, não está aqui, não foi de facto convocada para estar aqui, é um assunto que lhe diz diretamente respeito. Portanto, eu acho que o Senhor Presidente poderá, eventualmente, contactar com a Cerciaz, pedindo autorização expressa no sentido de disponibilizar aquilo que está a disponibilizar. Não me parece que, neste momento e neste fórum, seja oportuno discutir essa questão. Eu acho que as pessoas devem estar sendo visadas. Naturalmente que vamos fazer um juízo crítico dessa questão. Eu acho que ele (presidente da Cerciaz) no mínimo devia estar aqui presente. No limite, devia ser convocado dizendo expressamente que essa discussão ia ser discutida aqui. Até porque as pessoas podem não estar aqui. Nós estamos aqui numa reunião reduzida, não temos público, não temos ninguém, só temos pessoas a ver-nos. Portanto, eu acho um bocado perigoso nós estarmos a pegar outra vez no assunto, que é um assunto delicada. Nós já vimos que há aqui falhas de comunicação entre a Câmara e a Cerciaz. Não nos interessa quem tem razão. Interessa-nos resolver definitivamente este problema. O nosso objetivo é resolve-lo definitivamente. Estarmos a criar ruído numa Assembleia, que não tem expressamente nenhuma indicação nesse sentido e trazer essa questão aqui, a mim não me parece claro.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Eu, achei que vocês eram maus, quando eram situação. Acho que também são maus, quando são oposição. Nós fomos 40 anos. Talvez possamos ensinar qualquer coisa, com a devida*

humildade. Eu ficaria extremamente preocupado, qualquer que seja o meu papel, se depois do que aconteceu, no tom em que aconteceu, eu enquanto membro de um órgão não quisesse apurar o que aconteceu numa reunião pública a que toda a gente pode assistir. E, portanto, a Cerciaz foi falada aqui em várias assembleias municipais, independentemente de estar alguém presente da Cerciaz, nunca, em nenhum momento isso se colocou. Eu não sei se houve ou não falha de comunicação. É exatamente isso que eu quero saber. É exatamente isso que nós devemos querer saber. Eu não faço ideia. Houve um conjunto de acusações e houve uma autorização expressa, nessa própria Assembleia, para o senhor presidente poder partilhar essa comunicação. Eu disse previamente que ainda assim, ainda assim, - porque eu acho que a nossa postura não deve ser igual aquela que criticamos - deve haver reserva na divulgação pública dessa comunicação. Mas, os membros da assembleia devem ter acesso, com o dever da reserva que muitos dos documentos podem obrigar. Portanto, o Senhor Presidente deve, depois da autorização que teve, partilhar isso com os membros da assembleia. Mas não pode, não pode mesmo, coibir-se de explicar aqui, perante todos oliveirenses, qual é a relação entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Câmara Municipal, qual é o papel da Câmara Municipal no apoio à Cerciaz, porque, convenhamos, o conjunto de acusações que foram feitas foi persecutório. E nenhum de nós deve ficar tranquilo se o Município de Oliveira de Azeméis, se este executivo tiver em relação à Cerciaz algum tipo de comportamento persecutório. E, portanto, considerando o que aconteceu e sobretudo o tom daquelas acusações: Senhor Presidente, não é só esta assembleia que tem que ser esclarecida são todos os oliveirenses que assistiram a uma sessão pública da Assembleia Municipal, última. E, portanto, com esta devida salvaguarda do que são, ainda assim, porque temos cuidado, a comunicação pessoal, urge esclarecimentos de uma vez por todas e, agora sim, para que não voltemos a ter, em próximas sessões desta Assembleia, membros da assembleia uma vez mais a tentarem criar, relativamente à Cerciaz polémicas ou dificuldades numa relação que não pode existir. =====

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Penso que temos aqui duas questões: Uma é - se concordam que as comunicações que aconteceram entre o Senhor Presidente da Cerciaz e o Senhor Presidente da Câmara devam ser divulgadas aos deputados. Uma vez que já foi explicado o momento que aqui se viveu, acho que indignou toda a gente, realmente, não tanto pelo conteúdo, mas mais pelo modo. Portanto, eu não tenho dúvidas nenhuma que toda a gente ficou estupefacta perante uma exibição daquelas. Eu nunca assisti a nada daquilo, na realidade desta Assembleia. Na verdade, o Senhor Presidente da Cerciaz autorizou, quando o senhor Presidente fez a sua intervenção de “defesa”, que os mails fossem divulgados. Portanto, está autorizado, consta da ata. E eu penso que essa autorização podemos vota-la aqui. Quem é que concorda que os mails que os assuntos sejam divulgados a todos os elementos da Assembleia para que tenham conhecimento do teor dos mesmos? =====

19 15 05 2020

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Carlos Costa Gomes**, do PSD.* =====

===== *Daquilo que foi dito. E se já há uma autorização da Assembleia e à cautela do que o deputado Fernando Pais colocou; Se já há uma autorização na própria Assembleia para que esses documentos, esses mails trocados, essa informação, se consta da ata, ressalvando a devida reserva que possa ferir a intimidade mais íntima de algum documento, na minha perspetiva e na perspetiva da bancada do PSD, acho que o senhor Presidente terá o direito de esclarecer e colocar à consideração. Creio eu que não fere em nada aquilo que foi anteriormente decidido.* =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *Então, ninguém se opõe a que esses documentos divulgados ao conhecimento dos senhores deputados, certo? Não havendo essa oposição, quando o Senhor Presidente da Câmara entender que os deve divulgar, pode divulga-los. Outra coisa é se vamos discutir esse assunto nesta sessão ou se vamos programar essa discussão para outra data? Foram duas questões. Não é discutir, se vamos dar a oportunidade de prestar esse esclarecimento nesta sessão, uma vez que o Senhor Presidente se comprometeu a dar esse esclarecimento na próxima sessão. E a próxima sessão é esta. Alguém se opõe? Não é para fazer intervenções, é para ouvir o que o Senhor Presidente tem para dizer.* =====

===== *Pelo Senhor deputado **Fernando Pais** foi dito:* =====

===== *Se há autorização expressa na ata, estou aqui à procura e não encontrei essa autorização expressa mas, admito que exista, admito que exista. Então, aquilo que o Senhor Presidente deve fazer é divulgar aos deputados os mails. E acabou. Agora, nós vamos estar a sujeitar isto a um fórum de discussão? Eu acho que essa questão nem seria levantada em sede deste fórum.* =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** continuou a sua intervenção:* =====

===== *Aquilo que o Senhor Presidente pediu foi que desse as explicações que ficou de as trazer a esta Assembleia. Nós podemos ouvi-las, mas não vamos discuti-las. É isto que eu estou a propor à Assembleia: Quem é que concorda que vamos ouvir o Senhor Presidente sobre essa questão, mas não vamos discutir? São duas coisas diferentes.* =====

===== *Pelo Senhor deputado **Fernando Pais** foi dito:* =====

19 15 05 2020

===== *Eu acho que a autorização foi dada. A ser dada, era a divulgação dos mails. Nós aqui estamos a estabelecer um fórum de discussão nesta assembleia, nem está na ordem de trabalhos, no sentido de proporcionar uma discussão sobre isso. Eu acho que o Senhor Presidente a única coisa que pode e deve, nesse caso, é disponibilizar aos membros da assembleia os emails trocados.*=====

===== *A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** continuou a sua intervenção:* ===

===== *Essa parte já está ultrapassada porque já dissemos que ia divulgar e já foi acordado por todos que vai divulgar. Portanto, não vamos voltar a falar sobre esse assunto.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Não quero tornar isto uma questão complicada. Porque o tempo que estamos a perder é já superior ao tempo que o Senhor Presidente de Câmara poderá utilizar para esclarecer.*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *É só para dizer que estamos a queimar o tempo de cada deputado e, portanto, eu já não vou dar a palavra depois a mais ninguém porque eu hoje faço questão de cumprir o tempo do PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia).* =====

===== *O Senhor deputado **Bruno Aragão**, continuou a sua intervenção:* =====

===== *Não há nenhuma discussão sobre o ponto nem nós o vamos discutir, porque isto não é um ponto. O Senhor Presidente vai prestar esclarecimentos. Eu relembro até que o Regimento desta Assembleia diz que: os munícipes colocam questões. A câmara responde; Mas a Assembleia deve conhecer essas respostas. Portanto, nós não estamos sequer a fazer nada daquilo que não esteja previsto. Mas, mais do que isso, mesmo que não estivesse do ponto de vista Regimental, eu não posso deixar de achar surpreendente que, depois do que aconteceu, nós próprios não queiramos que todos oliveirenses de uma vez por todas fiquem esclarecidos. A minha questão continua a ser essa. Não é uma questão nem do PS, nem do PSD, nem do CDS. Nenhum de nós quer intervir. Quer que a Autarquia, que publicamente foi acusada, porque foi isso que aconteceu, possa também publicamente no mesmo fórum responder.* =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====

===== Eu não tenho nenhum particular interesse na divulgação de nenhum tipo de informação. Mas cabe-me a mim explicar que, não existe nenhuma falha de comunicação entre a Câmara Municipal e a Cerciaz. O Senhor deputado Fernando Pais foi seguramente, eu não tenho qualquer dúvida sobre isso, não preciso sequer de consultar as atas, o deputado que mais vezes interveio neste e noutras Assembleias, sobre este tema Cerciaz. E, portanto, sempre procurou e bem, perceber e apurar a realidade dos factos. Isso é absolutamente determinante. Eu quando pedi autorização para poder divulgar o teor das comunicações que tinham existido entre as duas instituições, entre os presidentes das duas instituições, foi porque efetivamente a gravidade das acusações que foram feitas o justificava. E foi apenas e só por isso que eu pedi autorização, na altura, ao Senhor Presidente da Cerciaz, senhor António José, que depois veio a validá-la por escrito. Portanto, tenho autorização por escrito para, se for esse o meu entendimento, divulgar e publicitar essa informação aqui na Assembleia Municipal. Mas, deixem-me que vos diga que não tenho nenhum particular interesse nisto. Agora, não posso, naturalmente, deixar de lamentar, como lamentei na Assembleia de 29 de fevereiro, não apenas o tom, mas também a gravidade das acusações que foram feitas e que são absolutamente infundadas. Portanto, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, enquanto eu for presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, quer que o relacionamento com todas as instituições seja o relacionamento institucional adequado, correto e respeitador. Portanto nunca seremos contribuintes, naturalmente, para prejudicar o relacionamento que existe e que deve existir, saudável, entre a Câmara Municipal e qualquer instituição do nosso concelho. E, portanto, nessa perspetiva, foi apenas e só por isso, tendo eu pedido autorização que perguntei: se os senhores queriam receber essa informação ou queriam ler aqui essa informação? Porque essa informação decorre do dever de informar que a Câmara tem. Ao fim de cada ano de mandato enviamos um conjunto de informação para as mais variadas instituições do concelho e, portanto, foi respondida essa comunicação, que a Câmara fez chegar sobre a avaliação do segundo ano de mandato, com um mail que, na altura, eu respondi lamentando o conteúdo do teor do email e manifestando imediatamente disponibilidade para reunir com a direção da Cerciaz, no sentido de esclarecer o que motivava aquele tipo de resposta. Foi apenas e só isso. E depois seguiu-se uma troca de emails onde reiteradamente foi manifesta a disponibilidade da Câmara Municipal para reunir com a direção da Cerciaz e esclarecer tudo o que houvesse para esclarecer. E, naturalmente, procurar perceber o que é que esteve na base, o que é que motivou acusações tão graves, acusações daquela seriedade. E, portanto, senhores deputados, se os senhores quiserem ver o conteúdo dos emails? Eu não sei se os temos aí, podemos passá-los. Se não quiserem ver o conteúdo dos emails, não tem qualquer problema. Para mim fica resolvido o problema. Ser-vos-á enviado os emails e depois terão a possibilidade de perceber o que é que efetivamente se passou e o que é que motivou, digamos, aquele tipo de intervenção. No

dia 9 de março reuni com o Senhor Presidente da Cerciaz e tivemos a oportunidade de esclarecer um conjunto de questões. Embora eu não tenha percebido o que esteve na base da intervenção, sublinho, porque não me foram apresentadas as razões objetivas que conduziram à formação da opinião que foi veiculada. É evidente que serviu para que nós pudéssemos conversar de forma elevada de forma sensata, com hombridade e tive a oportunidade de dar as explicações sobre algumas questões e tive oportunidade de ouvir uma ou outra questão. E, portanto, continuo a manter exatamente aquilo que disse na Assembleia de 29 de fevereiro, da parte da Câmara Municipal não existe rigorosamente nada, rigorosamente nada que motive aquele tipo de intervenção. -----

===== Vou começar pela primeira intervenção do senhor deputado João Costa: uma intervenção sobre uma área que é muito importante para os territórios, é importante hoje, será estratégica no futuro, que é a área da Cultura. Hoje, os territórios entendem a cultura como um meio importantíssimo da sua valorização e da sua promoção. E, portanto, por isso é que os territórios hoje apostam tanto nas marcas culturais, as marcas identitárias dos territórios. E nós queremos também que no concelho de Oliveira de Azeméis e na cidade de Oliveira de Azeméis tenhamos também essa dimensão de marca cultural forte, de marca cultural que corresponda, não só, à divulgação de autenticidade do nosso território, mas também, à nossa capacidade para nos inserirmos no quadro de competição global que existe pela atração de eventos, pela multiculturalidade que se pretende para os territórios. E, portanto, ouvi aqui um conjunto de sugestões interessantes. A realização de espetáculos, como sabe, está vedada face ao período de crise pandémica que atravessamos. Mas nós estamos também, a estudar, a ensaiar algumas formas de podermos ter também, obviamente num formato completamente diferente daquele que seria normal, esses eventos serem realizados com palcos mais pequenos privilegiando naturalmente os artistas locais. É isso que estamos a pensar fazer com o 3720. Portanto, vamos fazer pequenos palcos com artistas locais. Estamos a estudar essa possibilidade porque, obviamente, é fundamental que, á semelhança do que está a acontecer com a nossa vida, com a atividade económica, com a atividade social, também a atividade cultural recomece. Falou aqui num conjunto de propostas que são muito interessantes. Muito interessantes. Eu tomei boa nota delas, nomeadamente animação de rua, cinema ao ar livre, festival de talentos, recuperação do encontro do teatro de Oliveira de Azeméis (ENTOA). Eu concordo em absoluto que é preciso diversificarmos as ofertas culturais. Nós somos tanto mais ricos quanto mais tivermos de afirmar a nossa capacidade cultural, mas também de contactar com outras realidades culturais importando boas práticas, boas experiências, que existem um pouco por todo o mundo. Há aqui coisas sobre as quais eu estou religiosamente de acordo consigo. A questão da valorização deste património cultural importantíssimo, por ventura, o património mais importante que temos no concelho, que é o escritor Ferreira de Castro. Um escritor universal, cosmopolita e com uma obra reconhecida em todo o mundo. E naturalmente que esse é um ativo fortíssimo que ainda não está suficientemente valorizado e que importa começar claramente a promover. Portanto, estamos

atentos a isso. Temos um plano estratégico de promoção de Ferreira de Castro. Obviamente que este período que atravessamos dificultou a sua implementação. Mas queremos que, logo que seja possível, possamos reatar esse plano. E, naturalmente, começar a olhar para estas sugestões que aqui apresentou das placas informativas. Acho que é fundamental tê-las em vários idiomas. Se queremos ser um concelho e uma cidade visitável, um concelho e uma cidade que quer explicar aos outros aquilo que é o seu percurso histórico, eu acho que é absolutamente determinante. Como também algumas sugestões que apresentou do Café-concerto na Garagem Justino. Essa é uma das possibilidades que estamos a pensar para a Garagem Justino e, naturalmente, um estúdio musical será uma das respostas que nós poderemos equacionar nas múltiplas respostas de vertente cultural que queremos implementar nessa oficina de artes, nessa casa artística. Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel José sobre o trabalho da ANAM. Eu julgo que não fará sentido estarmos aqui hoje, mas é um tema interessantíssimo, como é evidente, analisarmos, discutirmos aquilo que é o papel hoje das assembleias municipais, as ferramentas que estão disponíveis aos senhores deputados, a importância da valorização do papel dos senhores deputados municipais, o seu papel de fiscalização, a importância deste órgão deliberativo para precisamente validar o trabalho que é feito pelo executivo, e também, conforme nós temos tido oportunidade no nosso concelho, de termos assembleias municipais temáticas onde abordamos temas que são absolutamente determinantes para a nossa vida em sociedade, para o nosso futuro coletivo. E, portanto, eu subscrevo aquilo que o senhor deputado disse em relação ao papel e este trabalho importante que a ANAM faz de divulgação da importância das assembleias municipais. Em relação à intervenção da senhora deputada Helga Correia: Colocou um conjunto vastíssimo de questões. Eu peço-lhe desculpa, se me escapar alguma. Eu registei aquilo que disse. Efetivamente este tema da Covid, é um tema que não deve ser de todo politizado. Este tema da Covid, não é uma competição. Nunca foi encarado como uma competição. Nós tivemos sempre a possibilidade de criar um conjunto de respostas de natureza local e tivemos também, felizmente, a possibilidade de articular um conjunto de respostas numa dimensão mais regional e supramunicipal com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e com a própria Área Metropolitana do Porto. E, portanto, para nós nunca foi importante saber quem é que tinha primeiro um ADC (Área Dedicada ao Covid) ou quem é que tinha primeiro um Hospital de Campanha ou um Covid-drive, ou um Centro de Testes. Para nós o que era importante era que nós tivéssemos construído uma resposta em articulação entre os diferentes municípios que permitisse ajudar a nossa população e estar disponível para ser utilizada pela nossa população. Foi sempre este o princípio que presidiu à gestão, e continua a presidir, deste dossier Covid no nosso território. E, eu, sobre a questão da Covid, há uma tendência para dizer que não queremos politizar, mas, depois procuramos, de forma errada - na minha opinião, diminuir o trabalho que foi feito. O trabalho que foi feito? Muito sinceramente, estas questões não são questões de mérito. O trabalho foi feito por uma equipa vastíssima onde, naturalmente, incluo todas as entidades e todas as pessoas que representam essas entidades e que integram a Comissão Municipal de

Proteção Civil, pessoas na área da saúde, na área da segurança, na área da segurança social, os Bombeiros Voluntários das duas corporações, pessoas da Associação da Defesa Florestal, funcionários da Câmara Municipal, o representante das Juntas de Freguesia - Óscar Teixeira da Junta de Freguesia de Fajões, Simão Ferreira - Cruz Vermelha Portuguesa Núcleo de Cucujães, o senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospital do entre Douro e Vouga, o nosso Delegado de Saúde - Dr. Pedro Ferreira, enfim, um conjunto vasto de entidades que tiveram a possibilidade de discutir com ponderação, com seriedade, com recato, com descrição a estratégia que nós devíamos implementar no nosso território de maneira a que pudéssemos salvar vidas e que pudéssemos, naturalmente, proteger e socorrer a nossa população. Aquilo que nós fizemos foi uma coisa muito simples. A forma em Oliveira de Azeméis foi muito simples. Foi, neste quadro que eu acabei de vos dizer, procurarmos sempre anteciparmos as necessidades que perspectivávamos que iriam acontecer no futuro. E, portanto, procuramos antecipar as respostas. E, naturalmente que, para nós, o que era absolutamente importante, o que era absolutamente determinante era que essas respostas não fossem necessárias. Nada me pode deixar mais satisfeito naturalmente do que termos respostas que não foram utilizadas, que não foram necessárias. E, portanto, dizer-vos que, não há aqui um mérito especial de ninguém, há um mérito de todos. E dizer-vos que, naturalmente, a Câmara Municipal está grata a todos aqueles que trabalharam - e deixem-me que vos diga - empenhada e arduamente na construção destas respostas que permitiram criar a melhor resposta possível que nós pudemos disponibilizar à nossa comunidade. Eu, estou particularmente grato a todas estas pessoas. Como estou grato aos funcionários da Câmara Municipal que mantiveram serviços públicos essenciais a funcionar. Como estou grato à comunicação social que fez um trabalho absolutamente extraordinário de divulgação da informação não só emanada da direção Geral de Saúde e da Tutela, mas também da informação que era veiculada pela Comissão Municipal de Proteção Civil e também, naturalmente, por outras entidades. Agradecer também a todos os empresários que, mais uma vez, a todos os particulares e não empresários, demonstraram a sua generosidade e o seu altruísmo não só através da conta solidária, como é evidente, porque aí temos contributos importantes, contributos absolutamente fundamentais de particulares e de empresas, mas também porque readaptaram as suas empresas, começaram a produzir viseiras, máscaras cirúrgicas, máscaras sociais, disponibilizaram gel desinfetante, foram absolutamente extraordinários no apoio que procuraram dar não só com donativos, mas também com bens em espécie. Naturalmente que, também é muito importante o trabalho que foi feito pelos profissionais de saúde. Efetivamente eles estiveram na linha da frente. E esse trabalho é um trabalho absolutamente determinante e é um trabalho que nós naturalmente temos que agradecer. Porque foram eles efetivamente a primeira e a última resposta. Foram eles os grandes cuidadores das pessoas que nós tivemos e temos infetadas no nosso concelho, pessoas que passaram maus bocados nos cuidados intensivos, algumas seguramente faleceram. Mas naturalmente que, a esses profissionais de saúde devemos todos o nosso reconhecimento público, pelo trabalho extraordinário que fizeram. Naturalmente que também me cabe a mim fazer um

agradecimento muito especial às pessoas dos nossos lares. Estou a referir-me, naturalmente, aos seus dirigentes, mas também aos próprios cuidadores, aos profissionais que trabalham nesses lares. Porque muitos deles estiveram durante várias semanas, dentro dos lares a trabalhar, sem visitarem as suas famílias. Portanto, também a eles, nós temos que fazer este reconhecimento público por esse papel fundamental que tiveram não só a cuidar dos nossos seniores, esse trabalho foi muito importante, mas sobretudo a dar garantias que este grupo de risco não estaria exposto pelas saídas dos funcionários ou pela entrada de funcionários. Isto para mim, também, naturalmente, é muito importante. As Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia fizeram um trabalho extraordinário. Quando eu repetidamente digo que as Juntas de Freguesia e - tivemos aqui a intervenção - aproveito e respondo à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Amaro Simões: As Juntas de Freguesia, desde a primeira hora, estão na frente da batalha, disponibilizam-se para tudo o que é necessário. Não temos um não, não temos um não. Não há dificuldades a serem criadas. Normalmente quando pedimos alguma coisa às juntas de Freguesia elas o que fazem é: normalmente procuram, de uma forma absolutamente extraordinária, dar resposta aquilo que nós lhes pedimos. E, portanto, o trabalho, foi um trabalho de cooperação. As Juntas de Freguesia fizeram um trabalho de proximidade muito importante junto das suas populações. Acompanharam muitos casos. Tivemos a oportunidade de perceber a preocupação de muitos presidentes de Junta, neste processo, não só no acompanhamento dos infetados, nas operações de desinfeção, a disponibilização de material de proteção individual, enfim, um conjunto vasto de tarefas que foram desempenhadas pelos Presidentes de Junta que nós todos também temos que realçar. E, por último, os oliveirenses. Aos oliveirenses também temos que estar gratos pela forma responsável. É evidente que há exceções, não vamos também estar aqui a dourar as coisas, há pessoas que efetivamente não cumprem. Mas a grande maioria dos oliveirenses cumpriram escrupulosamente não só, as determinações da Tutela, da Direção Geral de Saúde, como também as próprias orientações que eram veiculadas pela Câmara Municipal e pela Comissão Municipal da Proteção Civil. E, portanto, também aos oliveirenses os meus parabéns o agradecimento pela forma como encararam e continuam a encarar este problema. E, naturalmente, dizer-lhes que, muito do resultado que nós temos é, naturalmente, um resultado conjugado de todos estes atores que souberam estar à altura deste grande desafio. Um desafio que, todos desconhecíamos e para o qual não estávamos preparados, infelizmente. Portanto, muito obrigado a todos os que contribuíram para este trabalho em Oliveira de Azeméis. Em relação à intervenção da Senhora Deputada (Helga Correia): Nós, não estamos no pódio do distrito, felizmente. No pódio do distrito está Aveiro, Santa Maria da Feira e Ovar. Esses três municípios representam 57% dos casos infetados no nosso distrito. Oliveira de Azeméis tem metade da percentagem (7,3%) do que tem o terceiro elemento do pódio. Portanto, nós não estamos no pódio, a não ser que o pódio seja composto por mais do que três elementos. Em relação á gestão da pandemia: Nós nunca gerimos a pandemia com dados empíricos. Eu peço desculpa - Nós sempre tivemos dados. Há é uma questão que é fundamental: Eu quando sou informado que os dados que

me são disponibilizados, são dados confidenciais e que não podem nem devem ser disponibilizados: Naturalmente que aquilo que eu faço é respeitar. É isso que eu faço. Eu tenho aqui uma informação da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que já tive a oportunidade também de a divulgar na Câmara Municipal, que é sobre a informação de dados Covid-19, e diz: “(...) as autarquias locais não podem publicar dados de saúde com a identificação das pessoas a que os mesmos dizem respeito.” - Estamos todos de acordo - Isto é o ponto um. Ponto dois) - (...) pelas mesmas razões, também não podem ser publicados dados de saúde mesmo sem identificação dos doentes, quando o seu reduzido número numa determinada circunscrição territorial em função da respetiva dimensão populacional permite a identificação das pessoas contaminadas. O que é que aconteceu no caso concreto de Oliveira de Azeméis e naturalmente nos três municípios da área de jurisdição do nosso Delegado de Saúde? Desde a primeira hora que o Senhor Delegado de Saúde entendeu cumprir escrupulosamente as determinações da Direção Geral de Saúde e, portanto, nunca divulgou o número de óbitos no nosso Concelho. Embora, nós saibamos da existência de óbitos por Covid-19, por pessoas infetadas, não sabendo nós se a causa da morte naturalmente foi a infeção ou foi das outras vulnerabilidades que essas pessoas sofriam. E, portanto, não nos peça para o fazer. Nunca o fizemos. Não vamos fazer seguramente até ao fim deste problema. Nunca divulgaremos dados que não nos sejam disponibilizados por via oficial. E, portanto, nós recusamos por um lado, a fornecer dados que são dados confidenciais, e, recusamos, por outro lado, a fornecer dados que não estejam devidamente validados pelas entidades oficiais. Mas, naturalmente que o Presidente da Câmara, como responsável pela Proteção Civil Municipal, tem um conjunto de dados que lhe permite dizer que: temos 4031 testes efetuados em instituições do distrito; temos 4952 testes, aplicados a funcionários; temos 135 testes, aplicados a recursos humanos externos a essas entidades; temos 450 testes positivos no distrito; temos 7339 negativos; temos 72 inconclusivos; temos 5616 profissionais na resposta social. E, portanto, conseguimos, com alguma facilidade, disponibilizar esses dados. Conseguimos disponibilizar que temos 2681 casos no distrito. Temos 150 óbitos. Retirando os óbitos de Vale de Cambra, os óbitos de Oliveira de Azeméis e os óbitos de S. João da Madeira, temos 150 óbitos no distrito. E, portanto, temos um conjunto vastíssimo de informação que, nos é disponibilizada diariamente, mas que, naturalmente, nós não vamos divulgar porque essa informação tem, digamos, umas parangonas a dizer que é reservado em todas as páginas. E portanto, esta informação, naturalmente, não pode, nem deve ser disponibilizada. Portanto, o Comando distrital de Operações de Socorro de Aveiro, diariamente, faz um boletim diário com informação atualizada sobre a situação da Covid-19. Em relação ao que nós temos no nosso Concelho: Nós temos neste momento 334 testes efetuados a lares; temos, neste momento, dois funcionários infetados e temos 29 utentes infetados em lares. Há aqui um conjunto de informação sobre os testes às educadoras. As educadoras de infância, neste momento, estão 244 testadas. E, naturalmente, como sabe, esse é um trabalho que está a ser feito agora com um grande ímpeto, porque abrindo, naturalmente, as aulas importa ter todas as educadoras testadas. Em relação à falta dos equipamentos de proteção individual (EPI), nas

nossas IPSS's: A Câmara Municipal, desde a primeira hora, que procurou responder sempre que lhe era solicitado. E naturalmente fê-lo, no quadro da disponibilidade que tinha. Até ao momento, nós disponibilizamos 56470 equipamentos de proteção individual às nossas IPSS's, aos nossos bombeiros, também, naturalmente, às autoridades de Saúde. Isto é um número que todos os dias cresce e continua a crescer. Em relação ao encerramento do Centro de Saúde de Nogueira do Cravo: Essa é uma questão que, naturalmente, diz respeito ao ACES. Foi o ACES que determinou o seu encerramento. E de Ossela também. O de Ossela entretanto já retomou a sua atividade. Em relação ao de Nogueira do Cravo, (o senhor presidente não está aqui) mas julgo que, há um conjunto de profissionais que estão de atestado e, portanto, julgo que é isso que motiva que o Centro de Saúde de Nogueira do Cravo não tenha aberto. Tem dois médicos e uma enfermeira, acho eu, e tem uma administrativa que estão de atestado em Nogueira do Cravo, neste momento. Neste momento tem dois médicos, uma enfermeira e uma administrativa, isso garantidamente, essa informação posso-lha dar porque é verdade. Em relação ao motivo? Eu julgo que será esse. Mas, eventualmente, poderá ser outro. Mas julgo que a breve prazo - suponho eu -o Centro de Saúde de Nogueira do Cravo abrirá também. Portanto, queria dizer-lhe que, essa decisão não é uma decisão da Câmara Municipal, não temos competência para o efeito, é uma decisão, neste caso, do Senhor Diretor Executivo do ACES. E naturalmente resulta da avaliação que ele fez das circunstâncias do momento e da importância da concentração de recursos humanos, não encerrou temporariamente essas unidades porque lhe apeteceu. Ele naturalmente também teve que criar respostas e essas respostas passaram naturalmente por esse encerramento. E suponho que ele terá falado, pelo menos comigo falou, também com os senhores presidentes de junta. E daquilo que me é dado a saber, falou com os senhores presidentes de junta sobre este assunto. Em relação ao que está previsto para o regresso às aulas: As escolas estão a preparem-se para o regresso às aulas. A Câmara Municipal está a preparar-se também para dar as respostas que forem necessárias. Aquilo que vai acontecer com os alunos, com os auxiliares e com os professores? Vão ter que respeitar as orientações que existem para a abertura das aulas. E, portanto, terão que usar máscara e terão que ter distanciamento nas salas de aulas. Portanto, teremos que evitar cruzamento de pessoas. Teremos que reforçar a higienização dos locais. Portanto, estamos a construir essas respostas. Estamos mais preocupados com a questão dos transportes dos alunos do 11º e 12º ano que estão resolvidos em três Agrupamentos, mas ainda estamos à espera, pelo menos dois estamos à espera, de um dos Agrupamentos para nos dar a lista dos alunos para que possamos assegurar uma resposta efetiva. Neste momento estão assegurados transportes para os alunos de três Agrupamentos de Escolas, falta-nos um Agrupamento. Em relação à intervenção do Senhor deputado Carlos Costa Gomes - [Eu peço desculpa ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de S. Roque, considero que respondi na minha intervenção.] Em relação à elevação a cidade: Obviamente que amanhã teremos a oportunidade de fazer essa comemoração. Só quero dizer que, naturalmente, a elevação a cidade representou o reconhecimento da nossa capacidade económica, social e cultural. E, naturalmente, aquilo que importa é que nós, todos, colaboremos

para construir uma melhor cidade todos os dias. E todos nós queremos uma cidade que seja uma cidade moderna, inovadora, conectada. Tivemos a oportunidade, ainda hoje, de assistir à instalação de um conjunto de equipamentos Wi-Fi, na parte central da nossa cidade e também na área da zona desportiva. Queremos que a cidade seja uma cidade inclusiva, uma cidade divertida, uma cidade alegre, uma cidade com autenticidade. É muito importante que as cidades preservem a sua autenticidade mas, ao mesmo tempo, tenham capacidade para serem inovadoras, empreendedoras, sejam um local onde todos tenhamos qualidade de vida e onde todos nos consigamos rever. E, portanto, é essa cidade que todos nós temos a obrigação de construir todos os dias. Ela não se constrói por acaso. Ela resulta do contributo dos cidadãos. Resulta do pensamento que nós somos capazes de ter sobre as políticas públicas que é necessário implementar para que essa cidade seja uma cidade cada vez mais competitiva, cada vez mais inovadora. Uma cidade com mais centralidade. Centralidade, na perspetiva naturalmente de ser uma cidade referenciada pelos nossos pares. É esse trabalho que todos nós continuamos a fazer. Portanto, comemorar o 16 de maio significa fazer uma homenagem desse trabalho que todos os oliveirenses diariamente fazem no sentido de construírem a sua cidade e o seu concelho. Em relação à carta dos municípios. (Tenho aqui a carta.) Eu não darei nenhuma resposta, particularmente, relevante em relação aquilo que foi dito. Falou aqui de um conjunto de coisas - referiu: o princípio de legitimidade da carta; princípio da utilidade do domínio do público. Eu não vou aqui discutir essas questões. Não usei meios municipais, naturalmente, nem foi com essa intencionalidade que a carta foi feita. Para mim, que é importante nesta carta é que, nada do que foi dito na carta seja mentira. Isso é absolutamente fundamental, para mim. E é fundamental por uma questão muito simples: essas são práticas que eu sempre abominei no passado e, portanto, de forma alguma eu as repetiria no presente. Isso para mim é absolutamente fundamental. E a carta resulta de uma coisa muito simples: da importância de informar os oliveirenses sobre um conjunto de questões que estavam a ser veiculadas e naturalmente muitas dessas questões resultam de perfis falsos nas redes sociais, resultam de cronistas partidários, de todos os partidos, que faziam tudo menos informar a população sobre aquilo que se estava a passar em concreto. E, portanto, eu fiz três coisas muito simples: Uma delas foi perguntar se, efetivamente, era ou não era verdade que tínhamos feito uma concessão. Já aqui disse que sim. Perguntei se era ou não era verdade que tínhamos tido fundos comunitários, que nos permitiam resolver este problema que nós não aproveitamos e outros municípios aproveitaram. Por isso têm o problema resolvido. Também é verdade. E depois fiz uma outra questão que também é muito importante: É se efetivamente o aumento substancial do tarifário, que nós tivemos no final do ano, que entrou em vigor em janeiro de 2020, é ou não resultado de um concurso lançado no mandato anterior e assinado também no mandato anterior. E foi claro nas minhas intervenções. Sou claro na Câmara Municipal. E sou claro em frente aos municípios que nos estão a ouvir. Há um aditamento ao contrato, que entrou em vigor em março de 2020, que incluiu um aumento do tarifário que é da responsabilidade deste executivo. Assumido. Existe um aumento nos resíduos sólidos urbanos em

janeiro de 2020, que é da responsabilidade deste executivo. Poderei explicar detalhadamente o que motiva quer um quer outro aumento. Agora, aquilo que eu não vou assumir é naturalmente o que não é da responsabilidade deste executivo. E portanto, aquilo que a carta pretende dizer, é uma coisa muito simples: cada um de nós que assuma as suas responsabilidades. E, portanto, como costuma dizer o povo: “o que começa mal, mal acaba.” Nós, efetivamente, tivemos uma concessão que foi um péssimo início. Eu sempre - Eu - mas há aqui muitos que foram contra essa concessão - lutei muito para que ela não se realizasse. Classifiquei-a muitas vezes como um negócio ruinoso. Um negócio que nos traria consequências graves no futuro, como agora estamos a verificar. E, portanto, isso para mim não tem nada de rigorosamente novo. Eu percebo que seja novo para muita gente, mas para mim não tem nada de rigorosamente novo. Agora, o que é importante para mim é que, isto tendo começado mal, não acabe mal. E portanto, a minha preocupação neste momento, é, naturalmente, criar respostas para as pessoas, é resolver o problema das pessoas. As pessoas neste momento são confrontadas, sobretudo num momento onde estão particularmente preocupadas em relação ao seu futuro, com aumento de tarifários que naturalmente as desmotiva, as angustia. E, portanto, cabe-nos a nós, cabe-me a mim, naturalmente, em primeiro lugar, encontrar soluções para procurar atenuar os problemas destas pessoas. Eu não gostaria aqui de vos ocupar o tempo, com tempo de verbos, eu, nós, enfim: Isto é dever de informar: portanto, o Presidente da Câmara dirige-se aos munícipes. E também gostaria de falar de utilização meios públicos para estas informações. Eu não tenho qualquer problema em dizer-vos exatamente ao cêntimo quanto é que custou o envio desta carta, ao cêntimo. Mas também, terei que vos dizer, depois, quanto é que se gastava em comunicações. Não tenho qualquer problema, se tiverem interesse nisso. E também deixem-me que vos diga, em 26 de fevereiro 2016, foi usada numa carta pela Câmara Municipal, dinheiros públicos da Câmara Municipal, para se dizer que se ia fazer a rede de água e saneamento a 100% em todo o concelho. Isso é que é verdadeiramente grave, a carta foi utilizada para mentir. Esta carta foi utilizada para esclarecer a verdade. E foi apenas e só isso que se pretendeu. E, portanto, teremos oportunidade, se quiserem, de esclarecer detalhadamente e de decompor até os diferentes aumentos tarifários para que as pessoas percebam exatamente do que estamos a falar. Mas para as pessoas a resposta mais importante, a resposta que as pessoas realmente ambicionam, é poderem pagar a água ou saneamento a um custo socialmente comportável. E é para isso que nós estamos a trabalhar. Embora, também, sobre isso, mais à frente teremos oportunidade de falar, no sentido de percebermos como é que nós nos posicionamos no contexto do Distrito e até da própria Área Metropolitana do Porto em termos dos nossos custos. Em relação à intervenção do Senhor deputado Bruno Aragão: Foi, ao fim e ao cabo, - pelo menos foi isso que eu entendi, o reconhecimento pelo trabalho que foi feito por toda a gente, no âmbito do Covid. E, portanto, eu sobre isso já disse o que tinha a dizer. Muito obrigado. =====

19 15 05 2020

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 29 minutos e 05 segundo; O PSD utilizou 20 minutos e 03 segundos, o CDS/PP e o Independente não usaram da palavra. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** - Ata n.º 18, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2020 - Aprovação; =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 18 -da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29 de fevereiro de 2020; =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 18, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de fevereiro, foi **aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.** =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É a cumprir uma formalidade legal, artigo 25º, n.º 2, alínea b) e c), da lei 75/20213, obriga-nos a prestar esta informação. Essa informação é até ao dia 5 de maio. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou a referida informação.** =====

===== **Ponto três:** - ***Suspensão do tarifário dos Serviços de Água e Saneamento, na parte correspondente às tarifas aplicáveis aos serviços de saneamento (I/40159/2020) - Conhecimento;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
- *o serviço de rede de água e saneamento foi concessionado à empresa Indáqua através de um Contrato de “Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis”, outorgado em 05-07-2013; - no referido contrato as atualizações anuais do tarifário resultam da fórmula que está prevista na cláusula 70ª do contrato de concessão, cabendo ao Município aprovar o tarifário mediante proposta da Indáqua, na sequência do parecer da entidade reguladora, ERSAR; - o contrato de concessão refere no ponto 4 da mesma cláusula, aumentos automáticos de tarifário de 5% ao ano, no 3º, 4º e 5º anos do contrato de concessão, aumentos esses que já ocorreram e contribuíram significativamente para o agravamento substancial do tarifário pago pelos municípios ao longo dos últimos anos e que culminaram no tarifário atual; - na reunião de Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2019 foi aprovada por unanimidade a proposta de revisão do tarifário, para entrar em vigor a 1 de janeiro de 2020; - a produção de efeitos do novo Tarifário dos Serviços de Água e Saneamento para o ano de 2020, passou a ser refletida nas faturas emitidas e correspondentes aos consumos de 2020; - o novo Tarifário dos Serviços de Água e Saneamento, representa uma atualização dos preços, que se refletem - no imediato - no valor final a pagar pelos Municípios; - a aplicação do novo Tarifário dos Serviços de Água e Saneamento, coincidiu com o período de declaração do vírus COVID-19 pela OMS como pandemia, assim como, da declaração do Estado de Emergência no território Nacional; - o acesso aos serviços de distribuição de água e saneamento, e sobremaneira, numa altura de crise pandémica e de saúde pública, é absolutamente essencial; - estamos a viver um período de forte crise mundial e nacional, com efeitos diretos na vida dos cidadãos, nomeadamente, ao nível económico e da capacidade financeira das famílias e, que consequentemente remete para redução do seu rendimento disponível; - em períodos como o que vivemos, compete às entidades públicas tomar as medidas, ao seu alcance, no sentido de apoiar os cidadãos, nomeadamente, no acesso aos bens essenciais; - o aumento do valor das faturas decorre, da atualização resultante da taxa de inflação, do aumento do custo da água fornecida pela entidade gestora (em alta) e pelo aumento substancial do custo de tratamento das águas residuais em alta; - a maior componente do aumento do valor da fatura é referente ao aumento do custo do tratamento das águas residuais em alta; Propõe-se: - a suspensão da aplicação do Tarifário dos Serviços de Água e Saneamento para o ano de 2020, aprovado em 12 de dezembro de 2019, na parte correspondente às tarifas aplicáveis aos serviços de saneamento, passando a aplicar-se - nessa parte - as tarifas de*

saneamento cobradas antes da aprovação do tarifário vigente, com efeitos imediatos; - a notificação da concessionária da presente deliberação, para proceder em conformidade.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigada, Senhora Presidente. Isto vem de uma decisão do executivo camarário. Nós decidimos suspender o tarifário dos serviços de água e saneamento, na parte correspondente às tarifas aplicáveis ao saneamento. Portanto, a tarifa que é aplicada é a tarifa que é de dezembro de 2018, digamos assim, a tarifa que estaria em vigor antes do primeiro aumento. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins, Bruno Aragão, Fernando Pais e Vera Aguiar. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, oliveirenses: O tema a que este ponto nos reporta tem sido, sem dúvida, o assunto mais falado em Oliveira de Azeméis nos últimos meses e nem sempre de forma esclarecida e esclarecedora. Por isso esta nossa abordagem a um assunto que não carece da aprovação desta Assembleia (vimos aqui que é para conhecimento) por já se ter efetivado pela decisão unânime da Câmara Municipal. Aliás, unânime seria também esta Assembleia, estou certo, se fosse questionada acerca da pertinência da suspensão do tarifário dos serviços de água e saneamento, ainda que parcial. Se outras razões não houvesse, a grave crise económica que se abateu sobre todos nós depois de fevereiro, em razão da pandemia que vivemos, seria motivo para muitos oliveirenses em dificuldades clamarem por ajuda, impotentes para suportarem os encargos com as suas necessidades básicas. No meio destas dificuldades surgiram os substanciais agravamentos da fatura da água. Aqui surgem as explicações e contraexplicações a começar pelas habituais histórias do passado, pelo atirar de culpas para a atual concessionária, para a concessão que lhe foi feita e para a falta de investimento nas redes de água e saneamento no passado. Mas verdadeiramente estas não são as razões para o agravamento drástico que os municípios sentiram nas suas faturas nestes últimos meses. Outras razões objetivas originam estes, não outros, aumentos. Vejamos: O primeiro aumento de valores aconteceu em Janeiro e foi de 15,8 %, reportando-se de forma mais significativa ao serviço de saneamento, com um acréscimo de 30,6 % e ao de resíduos sólidos urbanos com um aumento de 28,8 %. Aprofundando as origens destas duas variações, temos o custo do tratamento das águas residuais que aqui incorpora

também os encargos com as obras nas ETAR's de Santiago de Riba UI e Ossela. Referiu o Sr. Presidente na reunião de Câmara e na carta enviada aos munícipes que o executivo anterior assinou com a Associação de Municípios Terras de Santa Maria um contrato que triplicou o custo do tratamento das águas residuais. Dito assim, até parece que Oliveira de Azeméis não é um município pertencente a essa mesma associação, na hora do auto de consignação deste contrato presidida pelo nosso próprio município, na pessoa do Eng.º Joaquim Jorge Ferreira. Também não foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara que, dos cerca de 9,5 milhões de euros repartidos pelos municípios envolvidos, cerca de 4 milhões são custos de um conjunto de obras a realizar nas duas ETAR's e respetivos emissários os quais se encontram obsoletos e não têm capacidade para a dimensão atual e futura. Os restantes cerca de 5,5 milhões de euros são os valores do serviço de tratamento "em alta" que os municípios da Associação envolvidos terão que suportar nos próximos 7 anos do contrato. E se até podíamos aceitar alguma razoabilidade na imputação dos custos do serviço aos munícipes, já a parte correspondente às obras não nos parece razoável. O Senhor Presidente empurra as responsabilidades deste contrato para o PSD para se livrar do ónus das subidas no tarifário. Quer isto dizer que, por si, o contrato da Associação de Municípios Terras de Santa Maria não devia ser feito. Então explique-nos, Senhor Presidente: o tratamento "em alta", esse serviço prestado pela Luságua nas estações de tratamento de Santiago de Riba UI e Ossela não devia ser pago? E as obras? As obras nas ETAR's e emissários não se faziam? Qual era então a solução que preconizava? Optava por enviar águas residuais diretamente para os rios sem tratamento quando não houvesse mais capacidade nas ETAR's? Continuava a enviar para os meios hídricos, águas residuais que passam nas estações de tratamento, mas não são tratadas convenientemente porque os equipamentos já estão obsoletos? Esse é o panorama infelizmente que vemos frequentemente documentado com fotografias nas redes sociais ... (descargas nos rios, descargas de águas passadas nas ETARS e que são quase iguais as que entraram.) É evidente que a Associação de Municípios Terras de Santa Maria, em que nos inserimos, não tinha alternativa senão avançar para o contrato que onera necessariamente os municípios envolvidos. Aqui chegados, cada município tinha que optar por um de dois caminhos: ou assumia os encargos sem agravar as tarifas dos munícipes ou imputava-lhes essa despesa. Ao contrário dos seus parceiros, Oliveira de Azeméis - a Câmara Municipal em funções - fez a escolha que se sabe e os resultados estão aí. Eis a razão de um dos agravamentos da fatura dos munícipes. Sem recurso á justificação de qualquer concessão ruinosa, esta é a realidade factual. Mas não fica por aqui a razão do aumento de tarifários. Há outras razões. Prosseguindo na análise ao agravamento da fatura em janeiro, temos os 28,8% de aumento na tarifa dos resíduos sólidos urbanos que vem de um novo concurso lançado pela Câmara já neste mandato e que custa mais cerca 20 mil euros por mês. Aqui, porque não se trata de investimento, parece justo que sejam os munícipes a suportar a despesa. Mas, atenção, é preciso ponderar os agravamentos, que a vida custa a todos, sobretudo a quem tem menos recursos. O acréscimo substancial da fatura devia corresponder a uma melhoria notória, muito notória, nos serviços prestados. Uma melhoria com novos circuitos, novos

pontos de recolha, novos contentores, colocação de papeleiras mais frequentes, dispensadores de equipamento para recolha de dejetos de animais, mais área urbana limpa regularmente. E alguém notou essa melhoria? Em março surge um novo agravamento tarifário global de 7,6 % para o município suportar, incidindo nas tarifas de água e saneamento um aumento simultâneo de 9,4 %. Trata-se aqui de uma renegociação recente do contrato de concessão da rede de água e saneamento entre a Câmara Municipal e a Indáqua. Renegociação esta com vista ao alargamento da rede de água e saneamento e, portanto, visando um investimento. Quer dizer, aquilo que o Partido Socialista sempre disse no passado que competia ao Município fazer com fundos comunitários ou com fundos próprios quer agora fazer usando o elo mais fraco como financiador, o consumidor. E mais: no passado que tanto gostam de invocar, a Indáqua sempre foi o lobo mau em cuja boca nos metemos e que nos vai comer inapelavelmente. Até nos querem fazer acreditar que estes aumentos recentes foram obra do papão, estes aumentos que, está à vista de todos, por aquilo que acabei de dizer, caberia à Câmara Municipal suportar porque são muito mais investimento do que consumo - na nossa perspetiva. É com esta mesma Indáqua com quem temos um contrato classificado de ruinoso que o Município agora acrescenta outro com mais encargos para os consumidores. Senhor Presidente da Câmara, os oliveirenses não andam nada satisfeitos com estes aumentos tão pesados que lhes caíram assim repentinamente sobre um bem essencial. Para mais num momento em que tantos já perderam o emprego e outros viram reduzir-se ou desaparecer outras fontes de receita alternativas ou complementares. Andam insatisfeitos e manifestam esse descontentamento. O que nós estamos a dizer aqui é apenas fazer eco desse descontentamento. O Senhor Presidente anunciou e a Câmara aprovou por unanimidade a suspensão para o ano de 2020 do tarifário dos Serviços de Água e Saneamento, na parte correspondente às tarifas aplicáveis aos serviços de saneamento, porque, como o Senhor bem refere, “esta é a maior componente do aumento do valor da fatura”. É aquela componente do tratamento das águas residuais que pesa mais no aumento da fatura. É uma medida com que estamos completamente de acordo. Uma medida positiva, mas insuficiente, sobretudo se for temporária, como se depreende da proposta aprovada. As pessoas não se vão calar. Os oliveirenses acham o aumento injusto mesmo fora da pandemia. Os municípios, já tão sobrecarregados de impostos, não compreendem por que razão hão de ser eles a suportar diretamente nos seus consumos essenciais os investimentos que cabem às governações, sejam elas nacionais, regionais ou locais. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Eu disse isto várias vezes, disse-o em vários fóruns, em debates o que aconteceu nos últimos meses com esta contestação: Este é o meu quarto mandato, a Assembleia mais difícil que eu tive foi em Macieira de Sarnes, junho de 2013. Reli essa ata dezenas de vezes. Sei de cor a

expressão com que terminei a minha intervenção. E recorro profundamente a angústia com que disse aquilo. Professor Albino, de uma forma muito clara, o senhor esteve na última assembleia municipal? Esteve. O senhor acabou de discordar de coisas que aprovou nessa assembleia. Portanto, se este é o registo que nós vamos adotar para tentar esclarecer as pessoas, independentemente do que cada um de nós pensa sobre este processo; Então, de facto, teremos muita dificuldade em explicar tudo o que aconteceu, desde que em 2011 se decidiu por um modelo de concessão, desde que em 2013 se fez a concessão, desde que em 2014 se iniciou a concessão, desde que em 2015 se fez o primeiro ano de contrato - e desafio a ver qual foi o único partido que um ano depois voltou a fazer uma intervenção sobre isso. Está em ata. Desafio. Quando em 2016 se colocou novamente esta questão; Quando em 2017 trouxemos também a esta assembleia esta questão Há uma forma de facto que temos de complicar um processo que é desde o início complicado, que é criar ruído e desinformação. Senhor Presidente, é de facto fundamental que, independentemente o que cada um de nós votou em determinado momento. E o Partido Socialista assumirá tudo, integralmente tudo, até aquilo que aprovou na última assembleia municipal. Não sabemos estar de outra forma. Foi consciente o que fizemos, foi pensado e foi como eu disse também, nessa assembleia. E recorro perfeitamente essa frase, porque foi propositada: Esta é a realidade que temos, é com ela que temos de lidar. [projeção de slides] - Porque acho que antes das explicações do Senhor Presidente, nós de facto temos de simplificar. Há pontos sobre os quais vamos estar todos de acordo, porque são factuais. Se, sobre esses nós não estivermos de acordo, nem valerá a pena continuarmos a discussão, porque a complexidade de todo este processo é enorme. E, portanto, aquilo que eu procurei fazer, sem responder às questões que terá que ser o Senhor Presidente a responder, é pormo-nos de acordo, pelo menos, no que foi este processo. E volto a dizer: Se em relação a este que vão ser colocadas de forma simples - ou sim ou não - houver dúvidas, então, meus senhores, não valerá a pena em nenhum momento nós tentarmos de facto esclarecer o que aconteceu até agora. E, portanto, o que eu fiz foi uma coisa simples: Foi olhar-me ao espelho, que é uma coisa que sobre a qual não quero ter nenhuma dificuldade, e dizer assim: Se eu fizesse estas perguntas a mim próprio o que é que respondia? Imagino que cada um de vós possa fazer exatamente a mesma coisa. Porque, não tenho dúvidas, chegarão exatamente às mesmas respostas. Portanto: Tivemos dois quadros comunitários de apoio para construir rede de saneamento. Aproveitamos esses fundos? Ou sim ou não, não há talvez. Já chegamos todos à conclusão, face ao nível de redes que temos, que não aproveitamos esses fundos. Se não estivermos de acordo nisso, meus amigos? Ok. A esmagadora maioria dos outros concelhos do país aproveitou ou não esses fundos? Têm ou não as redes construídas? Construídas ou não naquele momento? Ou sim ou não, não há aqui um meio-termo. E a resposta é sim, aproveitou. Somos um dos piores concelhos do país em redes de abastecimento de água e saneamento? Ou sim ou não. Os dados, não são sequer do município de Oliveira de Azeméis, são do INE, são do PORDATA, são das entidades oficiais. E a resposta é sim, somos dos piores. E reparem, eu já nem pus aqui se somos o segundo, se somos o terceiro: somos dos piores de facto. Se até este ponto, até estas

questões não estamos de acordo, se isto ainda gera dúvidas sobre nós, depois de tudo o que aconteceu, a única coisa que eu posso fazer é: remeto-vos para aquilo que justificou, na altura, para o executivo da altura a opção de concessão e depois o contrato. Está tudo escrito lá. Tudo. Tudo o que eu disse agora, todas estas questões estão escritas e sobre elas debatemos. Temos quase 60% do território sem saneamento? Sim ou não. Também não há aqui meio-termo, ou sim ou é não. A resposta é sim, temos. Temos efetivamente. Fizemos um contrato de concessão em 2013? Sim ou não? Sim, fizemos. Esse contrato foi aprovado pelo PSD e teve os votos contra do PS? Ou sim ou não, também não há aqui um meio-termo. Cada um votou o que entendeu, genuinamente, e justificou o que está em ata. E a resposta é sim, foi isso que aconteceu efetivamente. Portanto, imagino que até aqui ninguém tem nenhuma dúvida sobre nenhuma das questões que eu coloquei. Até 2013 foi isto. Está em todos os documentos. Está em todas as intervenções públicas. Os senhores podem dizer: enganei-me, não era aquilo que queria fazer, não era aquilo que queria dizer. Qualquer um de nós o pode fazer. Mas foi isso que aconteceu. Portanto, até aqui estamos todos de acordo. Pelo menos isto não precisamos de voltar a discutir. Esse contrato previa aumentos de 5%, nos terceiros, quartos e quintos anos? Ou sim ou não. Ou esta é uma informação errada que eu vos ando a dizer ou é uma informação correta. E a informação é sim, previa, está no contrato. Mas, há dúvidas entre nós? É simples: Pegamos no contrato que aprovamos nessa assembleia de Macieira de Sarnes e vemos que está lá, página x, está lá isto plasmado. Pronto, podemos dizer: Bom, não é o que eu queria aprovar. Não está correto. Não aconteceu. Não veio a acontecer. Tudo bem. Estava ou não estava lá? Estava e veio a acontecer. Esse contrato previa um aumento de rede, nós íamos ter mais infraestrutura em água, nós íamos ter mais infraestrutura em saneamento, esse contrato previa isso? A resposta também é simples: ou é sim ou é não, também não há aqui um meio-termo. E, portanto, a resposta é não. Não previa. E se tiverem dúvidas, há uma tabela para esse contrato que tem 2 duas linhas. Está no contrato, não sou eu que estou a inventar. Foi mostrado naquela assembleia municipal em Macieira de Sarnes, em 2013. Tem duas linhas: a linha de cima diz o número de anos, os anos de concessão: ano 1; ano 2; ano 3; até ao ano 30. Em baixo tem a percentagem de aumento de rede (não estou a brincar) e diz: 0%; 0%; 0%; 0%; 0%; Está lá naquele documento. Foi apresentado e projetado naquela assembleia municipal. Esse contrato iniciou em 2014, depois de assinado? Sim ou não? É a partir daí que começamos a contar? Sim ou não, também não há meio-termo. Se não foi em 2014, foi em 2015, foi em 2013, foi quando foi. E, portanto, também não pode haver aqui dúvidas. E a resposta é sim, iniciou em 2014. Em 2016 o município, através da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria decidiu um concurso para tratamento de águas residuais? Ou sim ou não. Não podem uns estar a dizer que sim e os outros a dizerem que não. As coisas têm documentos. Não andamos a brincar aos órgãos, nem temos informalidade nestes processos. As coisas existem. E, portanto, ou é sim ou é não. E a resposta, se todos formos honestos, é sim houve. Pronto. Independentemente do que aconteceu depois. Até aqui continuamos de acordo, imagino eu. Isto tudo aconteceu exatamente como eu respondi, não há dúvida disto.

Esse novo acordo, esse contrato, como lhe quiserem chamar, ficou assinado em 2017 com o anterior executivo? Sim ou não? Ou é sim ou é não. E também sobre isto não pode haver dúvidas. E se houver dúvidas distingamos. De que é que nós estamos a falar? Estamos a falar da decisão que nos vincula ou estamos a falar daquilo que já não nos vincula? É exatamente essa a questão. E aí é que começa o perigo. E, portanto, a resposta, mais uma vez, ou é sim ou é não, não pode haver aqui meios-termos. Independentemente, mais uma vez digo, daquilo sobre o qual cada um de nós se quiser vincular, sobre os pedidos de desculpa que quisermos fazer, sobre as opções que tomamos, cada um, estou certo, honrará as suas. Mas não podemos andar a fazer aos oliveirenses este jogo. Ou é sim ou é não, não há alternativas aqui. E, portanto, a resposta é sim, isto aconteceu. E, portanto, até aqui estamos todos absolutamente de acordo. Esse novo acordo aumentava os custos de tratamento de saneamento de 0,06€ para 0,25€ ou não? Esses custos enormes que estavam previstos, que se falava, isso esteve equacionado ou não? Mais uma vez, independentemente do que venha a acontecer para a frente. Portanto, até aqui estamos todos mais uma vez de acordo. Sim, esteve previsto. Imagino que até aqui, até este momento não haja dúvidas sobre o processo, certo? Foi isto que aconteceu. Somos todos suficientemente honestos com nós próprios, para respondermos a estas questões. Em 2017 houve uma proposta de alteração ao contrato que implicava alteração de investimentos? (Na tal assembleia, em junho - penso eu.) Também, ou sim ou não. Aliás, estive cá até representado o grupo que faz o acompanhamento com o Arquiteto Gomes Fernandes que fez até uma intervenção nesta assembleia. E a resposta também é sim ou é não, também não há duas alternativas. E a resposta é sim, houve. Pronto. Foi a opção, acharam que era importante, justificaram-se. E os outros acharam que não era e justificaram-se também. Portanto, esse contrato, essa alteração, - até seria o mais correto - foi aprovado pelo PSD e teve os votos contra do PS? Também, ou sim ou não, porque está em ata também não há aqui alternativa. E a resposta é sim. Foi o que aconteceu, o Partido Socialista votou contra. Em fevereiro de 2020, portanto, este ano na tal assembleia que o prof Albino também esteve - houve um aditamento ao contrato, houve uma decisão de aditamento? A resposta também é sim ou é não. E a resposta é sim, houve. Houve uma decisão e uma discussão sobre o aditamento. Esse aditamento foi aprovado com os votos favoráveis do PSD e do PS? A resposta também é ou sim ou não. Se é sim, vê-se na ata. Se é não, confirma-se na ata. E a resposta é sim, foi aprovado com os votos favoráveis do PS e do PSD. Esse aditamento regularizava a alteração ao plano de investimentos aprovado em 2017 com os votos contra do Partido Socialista e os votos favoráveis do Partido Social Democrata? Mais uma vez, a questão é ou sim ou não, ou estava lá, ou estava nos documentos ou nós discutimos isso ou não. A resposta ou é sim ou é não. A resposta é sim, discutimos isso, estava lá nos documentos que nos foram disponibilizados. Esse aditamento considerava o não cumprimento da Câmara Municipal pelas ligações à Lactogal, que justificavam também o plano de negócio que estava em equação? Também, ou sim ou não. Ou está ou não está. E a resposta deste sim ou não, é sim, está. Esse aditamento prevê o aumento de rede em 12%, permitindo resolver um problema urgente de saúde pública e de acesso à rede? Também, ou sim

ou não. Também, não há aqui duas alternativas. Se sim, é sim. Se não, é não. A resposta é sim, prevê. Esse adiamento diminuiu a TIR acionista, isto é: o rendimento - se quiserem numa linguagem mais coloquial - que o concessionário prevê ao fim dos 30 anos, em 4 milhões de euros? Também, ou é sim ou é não. Também não há aqui duas alternativas. Se não, dizemos onde é que não. Se sim, dizemos onde é que sim. Não vale a pena andarmos aqui ao tio ao tio a dizer que é isto ou que é aquilo. Ou está ou não está? E a resposta mais uma vez é sim. Pronto. Esse aditamento prevê um aumento de custos para os municípios? Mais uma vez, aqui a resposta ou é sim ou é não. Não há duas caras. O Partido Socialista, não diz o que lhe interessa ou o que lhe convém, diz aquilo que é verdade. E a verdade é sim, prevê. E, portanto, imagino que estamos todos de acordo, em relação a todas as questões. Não é só em relação aquelas que nos interessa, é a todas. E isto foi o que aconteceu até aqui. Foi exatamente isto. São perguntas simples, para pessoas simples como nós, com respostas simples. Porque também é que como requerem perguntas simples, sem considerações, sim ou não. E os aumentos desse aditamento são próximos dos valores previstos na tal decisão de 2017, que passava de 0,06€ para 0,25€ o tratamento de saneamento? Ou sim ou não, também não há aqui duas alternativas. Mais uma vez, independentemente do que ocorreu e do que cada um de nós entendeu em determinado momento aprovar e aquilo a que cada um de nós em determinado momento se decidiu vincular. E a resposta é sim, é sim. Não dúvida nenhuma sobre isto também. E, portanto, meus senhores, ou nós estamos de acordo pelo menos com as questões básicas, que são estas, e podemos entrar na discussão da complexidade deste processo ao longo do tempo, ou nós temos muita dificuldade em fazer aquilo que nos compete que é, de facto, esclarecer os municípios. Cada um deles pensará como entender. Dito isto, Senhora Presidente, e porque acho que de facto isto é muito importante esclarecer, limito a minha intervenção, que não era esta, não era mesmo esta, estava longe de imaginar que se confundisse uma questão destas com outra questão que é uma resposta concreta num período muito concreto e específico da nossa vida coletiva. Estava longe de imaginar. Mas preparei-me. Preparei-me, porque, é cansativo, é muito cansativo continuar a ver como em 2013 um ruído tremendo e muita desinformação sobre uma coisa que veio a acontecer nos moldes em que discutimos. E, portanto, o que releva neste ponto é que, de facto, a Câmara Municipal assume custos que são elevados para os municípios. Sempre dissemos que seriam elevados para os municípios, num período extremamente difícil das suas vidas. Mas há uma coisa que não podemos deixar de dizer, e agradeço a sua compreensão sobre esse ponto, que é: A maioria dos municípios, não sentirá esta medida, porque não têm saneamento. E a maioria dos municípios continuará a sentir o peso das faturas. Isto é apenas uma parte. Mas há uma parte grande dos municípios que terá que ter imensa solidariedade para permitir que a sua Autarquia suporte, com verbas que são de todos nós, diminuição do tarifário de pessoas que têm rede, porque essas pessoas não têm. Temos que ser claros. É nossa opção. Eu voto conscientemente a favor disto. Conscientemente. Sei perfeitamente o que estou a dizer, não vou dizer o contrário. Mas sei disto. Há muitos municípios que não têm rede e, pagam os seus impostos, no valor da sua autarquia que está nesta

medida. E, temos que assumir isto, perante todos. É esta a transparência que nós devemos ter em política. Assumimos. Tenho a certeza que há munícipes que dirão: não concordo, porque eu continuo a ter que vazar as minhas fossas, a pagar por esse serviço, porque eu continuo a ter de pagar o motor do meu poço quando ele queima ou quando ele avaria, porque eu continuo no verão a viver sufocado que o poço deixou de ter água, porque eu continuo a comprar água engarrafada porque não posso beber água do meu poço. Atenção: É sobre isto que nós estamos a falar há dezenas de anos. E, portanto, Senhor Presidente, é absolutamente fundamental, neste período em concreto, esta medida. Mas não esqueçamos também o essencial E, mais uma vez, para falar a verdade, é que estamos a aprovar uma medida para um período de emergência. Vamos ter de voltar a discuti-la. Não tenhamos qualquer dúvida sobre isso. E, portanto, neste momento, mais uma vez, o Partido Socialista não negará nunca nenhuma das afirmações que teve, nenhuma das opções que tomou, e em consciência aquilo que aqui hoje, mais uma vez, com todos estes pressupostos, disse. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Vou fazer a minha intervenção, na sequência da intervenção do Bruno, uma intervenção quase profissional. Mas as coisas não podem ser ditas através desta forma, do sim e do não. Isso diria - na melhor rábula - o professor Marcelo - que as coisas não se resumem a isto. Eu, em primeiro lugar, quero dizer que estive também nessa assembleia municipal realizada em Macieira de Sarnes. Se me perguntarem, a mim, o que é que eu acho do contrato de concessão inicial? Eu, não mudei a minha opinião, embora pudesse ter outra visão. Evidentemente que eu naquela assembleia votei contra porque, exatamente, eu achava, em consciência e em honestidade política, de que aquele não seria, provavelmente, o melhor contrato e o melhor para o município. Mas, posto isto, esse julgamento já foi feito. Eu vou fazer aqui alguma história, procurando também desmistificar algumas das situações que foram aqui colocadas, porque também ninguém estaria à espera de uma intervenção destas e que implica alguma clarificação. A primeira clarificação prende-se exatamente com o âmbito da negociação deste contrato no início. Evidentemente que todos nós sabemos que Oliveira de Azeméis tinha uma fraca cobertura de rede de água e saneamento, isso é questão que de facto não era uma questão muito confortável para todos nós, e urgia de facto tomar medidas para que esse aumento de rede de água e saneamento fosse efetuado. Criou-se aqui alguma dúvida sobre se esse contrato de concessão (...). Vou fazer um pequeno parêntesis, que é: (Nós, Município, tínhamos para cumprir as metas do PEAASAR que era exatamente os 95% de rede de água e 90% de saneamento]. Bom, na altura, o Município optou - na minha perspetiva, mal - por fazer um concurso de alguma forma limitado. Ou seja, não fazer o âmbito da cobertura total da rede de água e saneamento, mas optou por fazer um contrato de concessão mais limitado - na ordem dos 18 milhões de euros - que permitisse, dessa forma, que

a rede publica de água atingisse 70% e cerca de 52%/ 53% da rede de saneamento. Evidentemente que uma das coisas que mais preocupava os oliveirenses e todos nós, porque é uma questão de qualidade de vida ambiental, é exatamente a cobertura da rede de saneamento. Então, nesse contrato de concessão uma das coisas que se previa e previu-se exatamente - Eu aqui responderia que sim - foi as obras na ETAR de UL. Foram feitas. Mais: houve de facto uma ampliação da rede de saneamento para cerca de 25%? Sim. (Uma ampliação da rede de saneamento por via da ETAR. A minha informação pode estar errada, mas é esta a informação que eu tenho.) Depois do contrato de concessão, quando se fala aqui no não aproveitamento dos fundos comunitários, é evidente que não se falou nesta intervenção que depois da concessão houve de facto um objetivo de que o investimento direto não fosse feito diretamente pela Indáqua criando um quadro comunitário que concedeu ao município de Oliveira de Azeméis o montante de 3 milhões de euros. Isto resulta em 2014, 2015 que era um fundo comunitário de cerca de 3 milhões, que permitiu investimento na rede de água em Ul, Travanca, Madail, Cucujães e são Martinho da Gândara, cujo contrato, também se encontra escrito, se previa que a contrapartida desse financiamento seria através de uma redução de tarifário, o que nunca veio a acontecer. Houve de facto no executivo anterior a preocupação de fazer um investimento através de fundos comunitários que realmente foram aproveitados na ordem desses 3 milhões, sim ou não? Sim. Esse investimento permitiu o aumento da rede em 12%. Creio que estarei certo, relativamente a essa questão. Obras de ampliação e beneficiação nas ETAR`s do Salgueiro ou Ossela. Também já foi aqui falado. E de facto esta necessidade dessa intervenção foi derivada de um contrato celebrado em 14 de junho de 2017, assinado pelo anterior executivo. Só que neste contrato não refere que a forma de pagamento da quota-parte de cada um dos municípios seria através da atualização tarifária da água e do saneamento. Verdade? Verdade. Portanto assinou-se a necessidade de nesse contrato, nomeadamente as obras da ETAR. Mas não está previsto no contrato de que forma é que cada um dos municípios “pagavam” essas intervenções. Ou seja, nesse contrato não estava previsto que as obras de beneficiação, ou ampliação nas ETAR`s do Salgueiro ou Ossela teriam repercussão direta nos aumentos da tarifa decorrente dessas. Estas obras de ampliação e beneficiação das ETAR`s foram decididas pela Associação de Municípios Terras de Santa Maria da qual o concelho de Oliveira de Azeméis faz parte, sendo que dos 9.494.908,29€ (nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e oito euros e vinte e nove centavos) uma parte respeita a obras nas ETAR`s que é o valor de obras nas ETAR`s e emissários, 3.926.039,75€ (três milhões, novecentos e vinte e seis mil, trinta e nove euros e setenta e cinco centavos) e outro valor resulta do serviço de tratamento em “alta”. E eu acho que essa intervenção no serviço do tratamento em “alta” - pensamos que de facto merecia aqui alguma participação do município com reflexos na sua tarifa, não propriamente as obras nas ETAR`s. Ou seja: Obras nas ETAR`s e nos emissários tinha o valor de 3.926.039,75€ (três milhões, novecentos e vinte e seis mil, trinta e nove euros e setenta e cinco centavos) e o valor da prestação de serviços de tratamentos de águas residuais era de 5.568.865,96€ (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e

sessenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), repartidos em sete anos. O que este município fez - e de facto aqui foi uma opção - foi repercutir o pagamento não só do valor correspondente ao tratamento nestes próximos sete anos no valor de 5.568.865,96€ (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), nas tarifas, mas também o valor das obras 3.926.039,75€ (três milhões, novecentos e vinte e seis mil, trinta e nove euros e setenta e cinco cêntimos) que fez repercutir no tarifário. É exatamente esta repercussão no tarifário que não constava do contrato assinado em 2017. Cremos que o Senhor Presidente avaliou mal a repercussão desse aumento quando, na reunião de câmara de 10 de janeiro de 2019, disse que esse aumento era insignificante (estariamos a falar de 2€, 3€.) Diga-se, inclusivamente, que se fosse apenas para aplicar o estipulado no contrato de concessão, aí a única coisa que merecia reflexo no tarifário dos munícipes era o valor da prestação do serviço e não o valor das obras. Aliás, os concelhos vizinhos, os outros concelhos, foi exatamente isso que eles fizeram. Mais: Também não resulta do contrato de concessão de 2013 que o aumento da rede de água e saneamento que o Senhor Presidente agora contratou recentemente no valor de 4.300.000,00€ (quatro milhões e trezentos mil euros), para cinco freguesias, seria para ser pago pelos munícipes por via de uma alteração tarifária, neste caso de 9,4%. Eu tenho ideia de que este último aditamento ao contrato não foi sujeito, nós não tivemos oportunidade de nos pronunciarmos sobre ele, não veio à Assembleia Municipal. Evidentemente que a questão desta rede de saneamento de águas e esta questão do aumento do tarifário, etc. Nós temos aqui algumas questões que é esta: Evidentemente que esta decisão, o que está em causa aqui neste momento, evidentemente que foram cometidos erros no passado, claramente que foram cometidos erros no passado, a situação da Câmara Municipal em 2013 não era igual à que é agora, nós temos agora um ponto que também vamos discutir, há de facto um superavit da Câmara Municipal no valor de 14 milhões. Em 2013, por razões que não interessam aqui escarpelizar. Mas, de facto, muitas verbas derivadas de erros de gestão que todos nós cometemos no dia-a-dia. Eu entendo que o Município de Oliveira de Azeméis, e é isto que para mim é claro, teria condições para suportar alguns destes investimentos que agora pretende repercutir na fatura dos munícipes. Nós temos aqui um superavit de 14 milhões. Temos uma situação financeira inigualável. Isso vai ser discutido agora. Temos uma receita de impostos diretos e indiretos que é impar na história de Oliveira de Azeméis. Portanto, a nossa perspetiva é: rede de água e saneamento, importantíssima. É um atraso ate civilizacional que nós estamos a fazer aqui em Oliveira de Azeméis. Agora, se o Município tem condições financeiras para não repercutir tudo, obras e contrato de gestão, no tarifário: Então, acho que o devia fazer. E é esta a mensagem que eu queria deixar aqui. Eu já me vou a alongar muito, a Senhora Presidente está ... e eu ainda não falei sequer no ponto. E tenho aqui três questões para pôr ao Senhor Presidente. Senhor Presidente, o ponto que está aqui diz: Suspensão - são dúvidas- são dúvidas - puramente dúvidas - "Suspensão do tarifário aplicável aos contratos de saneamento." Isto é para 2020? Está no corpo da proposta. A minha primeira questão é a seguinte: Esta suspensão retroage ao mês de janeiro? - Primeira questão. Segunda questão -

Como é que se resolve os pagamentos referentes a estas taxas entretanto pagas pelos munícipes? Como é que vai resolver? Se tem alguma ideia sobre isso? E a terceira questão - Este impacto terá nas contas cerca de 240 mil euros - a que período é que se reporta esses 240 mil euros? Será ao ano inteiro ou será apenas a partir do momento desta câmara deliberar? Eram essas as três questões. Quanto ao resto, evidentemente que, até acho que esta suspensão até deveria ser mais. Uma vez que até se resume ao ano de 2020 até seria mais uma medida Covid do que propriamente uma suspensão autónoma. Seria mais uma medida Covid. Mas, quanto a isso, não levantamos nenhum problema e não podíamos de deixar de louvar esta iniciativa. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== Senhora Presidente, é muito rápido. Eu queria apenas ter uma cortesia com o senhor professor Bruno Aragão. Aliás, eu não o estou a classificar pela negativa, não me vai levar a mal, porque já ouvimos no nosso Grupo Municipal, logo no início, uma classificação negativa da sua parte, agora vamos-lhe dar uma positiva. Portanto, a sua explanação foi interessante só que, conforme disse o meu colega Fernando Pais, não é tudo linear, não se pode classificar tudo, a menos que na sua pedagogia possa, mas essa pedagogia é um pouco impositiva, não se pode classificar tudo pelo sim e pelo não, que não é bem assim, sob pena de cairmos em meias verdades que são a negação da verdade também. Não há só a negação da verdade quando se diz mentira, mas, na minha perspetiva, também se nega a verdade quando se diz meia verdade ao nosso jeito. Eu só queria dizer duas coisas: Eu responderia afirmativamente e negativamente, tal e qual como fez, a muitas delas. São taxativas. Admito. Há aqui uma ou outra que se calhar nem assim tanto, por exemplo: Fala nos aumentos de 5%, no terceiro, no quarto e no quinto ano. É taxativa. É sim, é verdade. Sem quere defender ninguém, não tenho aqui mandato para isso, mas eu percebo, sem sequer estar na época e me ter sido explicado, eu percebo, por mim, pelo meu conhecimento pessoal. Se, em 2011, 2012, 2013, Oliveira de Azeméis comparativamente com outros municípios aqui à volta tinha a água mais barata - e eu falo com conhecimento de causa porque eu paguei água em três municípios ou quatro - agora felizmente é só em dois - mas dava para comparar e eu vi que as faturas eram substancialmente diferentes. Eu percebo que uma empresa tem que zelar pelos seus interesses. E naturalmente exigiu - e provavelmente vai-me dizer: a Câmara não cedia. Muito bem. O negócio é feito de cedências de um lado e do outro. Estou a falar um pouco teoricamente. Provavelmente a Câmara terá cedido num lado e eles cederam no outro. Esse aumento vem daí. Mas isso não é o que tem o grande peso atual. Eu já expliquei porquê, não vou repetir. Essa é a primeira questão que queria pôr aqui. A segunda - tem um pouco a ver também com outra a firmação, que é: o contrato dizia que a Indáqua tinha que fazer investimento na rede. Respondeu, que não. O que nós sabemos é que fez. A prova disso - grande ou pequeno, se é 20%, se é 10%, se é 5%, seja o que for, mas é significativo - a prova disso é a ETAR de Ul, são os

emissários que levam as águas residuais para a ETAR de Ul. E tem algum significado, assim como tem algum significado aquilo que eu ouvi lá na inauguração, - eu estive na inauguração, como muitos de vocês estiveram - e ouvi alguns números que me deixaram um pouco admirado, de um lado e do outro. Aliás, o senhor deputado Bruno Aragão, teve ocasião de perguntar ao senhor ministro, na Assembleia da República. E o senhor ministro elogiou. Claro que elogiou à sua medida, à medida dele e à sua, elogiou o trabalho deste executivo. Na minha perspectiva, o trabalho deste executivo não é assim tão alargado, porque a ETAR foi inaugurada em 2018 e nós sabemos que não é em meio ano, um ano, que seja, que se faz uma ETAR e que se faz todas as ligações, que se adquirem os terrenos. Não se consegue. Há muita coisa mais. Só queria falar mais uma coisa: Há mais uma informação que eu gostava só de dizer: O passado é muitas vezes atirado como arma de arremesso. E aqui continua a ser. E, depois, as mentiras muitas vezes repetidas viram verdades, nas pessoas, pelo menos no conhecimento das pessoas. A quem diz que é verdade, que não houve grandes recursos a fundos comunitários. Alguma coisa houve. E quem diz que no passado não investiu na água e no saneamento, não foi essa a opção. Eu só queria dizer o seguinte: Eu conheci um presidente da câmara, que por acaso já não está connosco, que em sete anos e meio conseguiu investir 8, 5 milhões de euros em água e 8,5 milhões de euros em saneamento, em sete anos e meio. Eu lanço aqui um repto ao Senhor Presidente: O seu mandato é de quatro anos, falta um. Faço votos para que consiga a tal metade deste senhor presidente, já não é do reino dos vivos, e que fez este investimento que eu disse. Eu não estou a falar de cor, tenho números. E estes números podem pecar por defeito. Foram retirados do PPI, daquilo que foi executado. Portanto, não me estejam a dizer todos os dias aqui: não se investiu no saneamento. Vocês já disseram que há cerca de 40 ou 40 e tal % de saneamento feito. Alguém o fez. Portanto, era isso que eu queria dizer. Tinha mais umas coisas para dizer, mas isto já vai longo. O senhor Presidente agora vai dar as suas explicações. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Vera Aguiar**, do CDS/PP. =====*

===== Muito boa tarde. Vou iniciar a minha intervenção cumprimentando a Presidente da Assembleia, doutora Helena Santos, Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores deputados Municipais, colaboradores da Câmara Municipal, Presidentes de Junta, comunicação social, e todas as pessoas que em casa nos acompanham local esse de eleição perante esta pandemia que vivemos. Apesar de toda a explanação feita neste âmbito, não podemos deixar ficar sem registo a nossa posição sobre esta questão. O PSD fez um mau negócio quando entregou a concessão da água e saneamento à Indáqua em 2013. Mas agora é necessário assumir responsabilidades e dedicarem-se a resolver os problemas em vez de estar constantemente a invocar negócios e problemas antigos uma vez que o atual executivo encontra-se no terceiro ano de mandato. Na última assembleia municipal

de fevereiro de 2020, o executivo trouxe a esta assembleia uma proposta para aprovação da renegociação do contrato com a Indáqua, dando a entender que seria uma oportunidade de expandir a rede de saneamento com um investimento na ordem dos 4,3 milhões de euros por parte da concessionária. Até aqui pareceu-nos tudo bem. Demonstrou uma capacidade negocial, aparentemente benéfica para todos, com uma expansão da rede significativa em cinco freguesias do município, totalizando uma cobertura na ordem dos 90%. O que não esteve nada bem foi a omissão a esta assembleia dos impactos diretos na fatura dos consumidores finais em que o mesmo se refletiu num aumento penoso para estes. O executivo não esteve bem com os oliveirenses, nem com esta assembleia que confiou nas suas intenções. Ora, quando os oliveirenses se deparam com a nova realidade dolorosa e impactante no seu orçamento familiar e com um aumento abrupto refletido na fatura da água, aumento este que tem a ver com renegociação, o executivo tenta a todo custo remediar a situação chutando uma vez mais responsabilidades para o passado. Esta responsabilidade recai inteiramente na operação realizada pelo atual executivo. Sejam sinceros: Os oliveirenses deveriam ter sido informados que haveria um aumento significativo no valor que iam pagar e o mesmo ser justificado. Este executivo em campanha eleitoral prometeu investimento anual na ordem dos 2 milhões de euros na rede de saneamento. Até ao momento, e já no terceiro ano do mandato, o investimento da autarquia cifra-se praticamente nulo. Constatase que o ano de 2019 tem um saldo de gerência superior a 13 milhões de euros. O que representa falta de investimento por parte deste executivo. No nosso entendimento, a situação financeira atual da Câmara permite investir na qualidade de vida dos oliveirenses e, neste caso, a nossa prioridade passa por esse investimento ser aplicado na rede de água e saneamento, sem causar danos aos consumidores. Aliás, será um investimento com retorno no futuro, pois quantos mais oliveirenses estiverem ligados à rede de água e saneamento o investimento será mais rapidamente amortizado e a fatura final será também aliviada para quem paga. É uma irresponsabilidade, para não dizer mesmo: falta de ética política onerar os oliveirenses dos custos associados a uma renegociação que tem única e simplesmente a intenção de fazer a obra a qualquer custo. Não olha a meios para atingir os fins. E os fins, neste caso, são meramente olhar para as prioridades do partido/ executivo e não as verdadeiras prioridades que todos os oliveirenses desejam. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Obrigado, Senhora Presidente, serei mesmo muito breve. O Senhor Presidente, certamente, tem muita informação para dar. Mas como disse, na minha intervenção anterior e em todas as intervenções que faço, - eu não minto. E quando eu mentir, eu peço desculpa. Isto que fique aqui claro: Eu não minto. E se mentir. Eu peço desculpa. Senhor Fernando Pais, eu não o referi propositadamente. Achei que era indelicado porque na altura estava em outra bancada.

Esteve na última Assembleia Municipal, sim ou não? Esteve. Fez uma intervenção sobre esse ponto na última Assembleia Municipal, sim ou não? Sim. Da mesma forma que o CDS aprovou também esse contrato de aditamento e, aliás, foi sempre favorável e votou sempre favoravelmente este processo. Não é ao Partido Socialista que vocês vão ver, passados dois meses, negar uma coisa que votou favoravelmente. Não é mesmo ao Partido Socialista. Não há um único número. Não há nada sobre este processo que o partido Socialista não assuma sempre as opções que fez. Nenhuma. Mas não vão ver esse exercício. Vocês estavam todos na última Assembleia. Das duas, uma: Ou os senhores não leem o que aprovam; ou então, agora, depois de perceberem o descontentamento das pessoas, que já se vinha fazendo sentir, bom, é mais fácil dizer que não aprovaram o que aprovaram. Foi exatamente o que aprovaram. Está lá em toda a documentação. Mas, releio uma parte da ata de 2013 - e o Fernando Pais dizia assim: "O investimento, é um investimento que não satisfaz. Lesiva, porque dos interesses públicos pouco contribui para o melhoramento da qualidade de vida e, no nosso entendimento, ruínosa (...)". Depois releia o que disse na sua intervenção. Porque nessa assembleia disse ruínosa "(...) por quanto terá reflexos negativos, não para nós, mas para as gerações vindouras." É hoje. Vindouras, é hoje e os próximos anos todos em que teremos este contrato. "Portanto, neste aspeto e neste enquadramento, para além de tudo o que o Bruno Aragão disse e em nada foi contrariado, é tudo matéria factual, nós entendemos que não temos condições nenhuma para votar a favor deste modelo." - Ata de 2013 (28/06/2013). Eu aceito que me digam tudo. Que não são as opções. Que não teríamos feito. Que até votamos e não sabíamos. Mas há coisa que mexem profundamente comigo: Eu não posso fazer um contrato de concessão, não saber o que é um contrato de concessão, e vir aqui falar em cedência - um cede o outro cede. Não, não. O caderno de encargos foi definido pelo Município. O Município decidiu uma concessão, fez o caderno de encargos e uma empresa comprou o caderno de encargos. Ou, então, nós agora temos de fazer aqui uma cedência e tal. Bom se pomos as coisas nesses termos fica de facto muito complicado. Mas, voltemos então ao sim ou não: Que aparentemente foi simplista de mais, mas quando interessou, afinal, ajuda. Eu continuo com sim ou não. As perguntas simples têm resposta simples de sim ou não. Mas para todos os números, para aqueles que nos são agradáveis e para aqueles que não nos são agradáveis. Houve investimento anterior - e depois posso fazer o mesmo PowerPoint na próxima assembleia com mais questões - Houve investimentos de anteriores executivos na rede de água e saneamento? Ou sim ou não? Sim. Se nós tínhamos 70% de rede de água, 42% de rede de saneamento, à altura da concessão. Claro que houve investimento. Sim. E querem que eu diga o quê? Em 2013? Que fique espantado por nós termos 42% de rede de saneamento e 70% de rede de água? Não, eu continuo é espantado com esses números. (Fonte: é a ata da mesma assembleia e a intervenção do senhor Fernando Pais - ata de 28 de junho de 2013, Macieira de Sarnes.) Vários de nós referimos os mesmos números. E todos os documentos de suporte a essa Assembleia têm também os mesmos números. E o contrato de concessão que nós aprovamos na Assembleia tem também esses números. É oficial. É isto. Ou é sim ou é não. É sim. E podemos trazê-los. É

sim. Não vale a pena fazermos esta questão. Agora, evidentemente que houve investimento no passado. Meus amigos? =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Senhores deputados, quem nos estiver a ouvir lá em casa estará tremendamente confuso e baralhado com tudo isto. E a nossa obrigação, hoje tivemos a oportunidade de ouvir aqui uma intervenção que referiu a importância e o papel das assembleias municipais e é bom que nós honremos a importância das assembleias municipais. E uma das suas competências é precisamente fiscalizar a atividade do executivo, pedir toda a informação que é necessária para validar aquilo que o executivo está a dizer. Eu a primeira coisa que, naturalmente, tenho para dizer, é que: à semelhança do que disse o senhor deputado Bruno Aragão, - e vai-me desculpar por utilizar a expressão que utilizou: - eu também não minto; se alguma vez incorrer numa mentira, naturalmente que pedirei desculpa às pessoas. Faz parte da minha natureza, faz parte da minha educação. E por isso, eu tive a minha primeira preocupação, a minha grande preocupação na carta que enviei aos munícipes: - E aqui tenho de fazer um agradecimento ao senhor vereador Rui Lopes que, na reunião de câmara municipal, foi perentório ao dizer que a carta não continha nenhuma mentira. Portanto tenho de lhe fazer esse reconhecimento e agradecer essa humildade e generosidade por parte do senhor vereador. Mas dizer-vos que a primeira preocupação que eu tive aqui quando, enfim, comentei a intervenção que foi feita sobre a carta que enviei aos munícipes, foi precisamente explicar que, para mim, a questão mais importante dessa carta é dizer a verdade. Eu combati durante muitos anos mentiras que foram repetidamente veiculadas aos munícipes portanto, seria uma pessoa com a tal, enfim, pouca ética política, para não dizer desonestidade, se recorresse a esse tipo de subterfúgio para fazer valer aquilo que são as minhas decisões e as minhas ações, enquanto Presidente de Câmara Municipal. Apetece-me, sinceramente, depois de ouvir aqui algumas intervenções, sair daqui e fazer uma nova carta para enviar aos munícipes. É essa a minha vontade. Porque, efetivamente, o princípio basilar que estava nessa carta acabou aqui por justificar a necessidade de uma segunda carta. Foram ditas, aqui, um conjunto de inverdades da maior gravidade, um conjunto de mentiras da maior gravidade. Da maior gravidade, senhor deputado. E, portanto, quando nós recorremos à mentira, quando todos nós concordamos que a descredibilização da atividade política resulta muito do incumprimento das promessas por parte dos políticos e pela falta à verdade, é evidente que, nós, quando incorremos neste segundo aspeto naturalmente que estamos a dar um péssimo contributo para a credibilização da atividade política. Bom, o senhor faz aqui um conjunto de observações, eu depois terei oportunidade de pedir aos serviços para passar aqui alguma informação que permite que vocês percebam em concreto todo este processo. Mas, eu dar-lhe-ia algumas explicações em relação às questões que colocou. O senhor diz que os emissários ficariam

sem obras, as ETAR's ficariam sem obras, continuávamos a mandar águas residuais para os rios. É isso que nós fazemos há muitos anos. Há muitos anos que nós mandamos as águas residuais para os rios sem qualquer tratamento, é isso que nós fazemos há muitos anos. E é isso que nós queremos deixar de fazer. Agora, o senhor não pode é dizer que, aquilo que foi decidido, enfim, aquilo que estava plasmado no contrato não incluía nenhum custo de tratamento. É mentira. Essa é a primeira mentira. O concurso que foi lançado foi com base num valor de tarifário e com base no volume de caudal expectável a ser tratado. Depois, disse que: nós devíamos suportar os 4,3 milhões do aditamento que foi feito ao contrato de concessão e também deu a entender que devíamos suportar também parte dos 4 milhões que corresponderia ao município de Oliveira de Azeméis. Este concurso de 2016, contrato de 2017 - para ser mais rigoroso, é uma operação única, não são duas operações, não há dois concursos, há apenas um concurso. Um concurso que tem duas componentes: é um concurso misto, que tem uma componente de prestação de serviços, já aqui foi referida, com um valor e tem uma componente da empreitada e, portanto, não é possível dissociar uma coisa da outra. E, portanto, aquilo que aconteceu: foi lançado um concurso público que permitiria a reabilitação da rede em alta e, por outro lado, naturalmente pagar o serviço prestado pelo operador, pela Luságua. Bom, dar aqui duas ou três notas que me parecem particularmente importantes neste processo: Quando eu assumi as funções de Presidente de Câmara pelo sistema de rotatividade assumi também o de Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e logo que tomo posse sou confrontado - depois teremos oportunidade de ver aqui os documentos - com este concurso, que nunca foi explicado aos oliveirenses, que nunca foi comunicado aos oliveirenses, portanto, nunca, ninguém teve a preocupação de explicar aos oliveirenses o que é que estava exatamente a acontecer e que implicações teria para os munícipes. Eu logo que tomei posse, no dia 16 de janeiro, tenho declarações da Lusa onde eu digo que "vai haver um aumento muito significativo da tarifa associada aos custos de tratamento das águas residuais e, aqui, a Luságua rejeita, contudo, a descrição adotada pelo atual Presidente Socialista da Câmara de Oliveira de Azeméis ao classificar de ruínosa a concessão da água estabelecida em 2014 pelo então governo local do PSD." Também, em 23 de janeiro, no Correio de Azeméis diz que a Indáqua reage assim à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que classificou ruínosa a concessão considerando que esta levará a que o custo de tratamento das águas residuais vá mais do que triplicar." Bom, há aqui muitas questões para esclarecer sobre isto, a melhor forma de o fazer é passando alguns diapositivos que nos permita perceber. Mas eu gostaria de referir algumas das inverdades, das imprecisões que foram aqui referidas: Disse o senhor deputado Fernando Pais que o executivo na altura fez mal. E fez efetivamente mal. Hoje, já ouvimos aqui vários deputados reconhecer que o negócio afinal foi ruínoso. Referiu que os dados de saneamento foram 53%. Isso é mentira, não sei onde é que foi buscar esse valor. Ainda hoje a nossa taxa de cobertura de saneamento não é de 53%, portanto. Eu julgo que se estará a referir talvez à ampliação da nossa capacidade de tratamento, porque a nossa rede é uma rede de 43%. A rede nunca foi no passado de 53%, nem é

hoje de 53%. Portanto, essa informação não é verdade. Aquilo que nós tínhamos era uma parte da rede existente - as águas residuais que iam para essa rede não eram tratadas. E, portanto, o plano de investimentos da Indáqua permitiu a construção da ETAR no valor de 2,5 milhões de euros - mais uma vez uma imprecisão do senhor deputado Albino Martins - a ETAR não foi inaugurada em 2018, foi inaugurada em 2019, mais concretamente em 7 de junho de 2019. Bom, há aqui um conjunto de questões. Referiu que o POSEUR faz um investimento de 3 milhões de euros. O POSEUR não faz um investimento de 3 milhões de euros, o POSEUR faz investimento de 2 milhões e a Câmara Municipal faz o investimento de 1 milhão de euros. Somos nós que estamos a pagar 1 milhão de euros para essa rede de água que está a ser criada. Diz também que o contrato assinado em 14 de junho de 2017 não refere que a forma de pagamento seja através do tarifário. Depois teremos oportunidade de vermos nos diapositivos como é que se refere a forma de pagamento. Bom, há aqui um conjunto de questões que eu considero muito importantes: Colocou uma questão que tem a ver com a suspensão - se é para 2020? Bem, a suspensão é para dezembro de 2018. Os oliveirenses pagam o tarifário anterior aos dois aumentos, portanto é o tarifário que vigorava em dezembro 2018. Foi aprovado em 2018. Bom, como é que se resolve o valor pago pelos munícipes? Será acertado nas faturas, naturalmente. Se pagaram num tarifário que não está a ser praticado, a concessionário fará o acerto desse valor. Em relação às questões do professor Albino Martins, eu gostaria de passar aqui alguns gráficos para que percebêssemos um pouco melhor a importância das coisas. Mas quando diz que o aumento 5% ao ano no terceiro, quarto e quinto ano não teve uma reflexão no tarifário substancial. Teve uma reflexão importantíssima no tarifário, o tarifário cresceu exponencialmente com esses aumentos. Aliás, aumentou para aí 20% nesse período. Para além de, naturalmente, depois outro tipo de implicações nos custos do qual a Câmara Municipal não tem qualquer culpa. Mas também não fui eu que disse sempre que os tarifários estavam controlados. Os tarifários não estão controlados, porque os tarifários dependem do custo da matéria-prima. E o custo da matéria-prima é o custo do tratamento das águas residuais, é o custo da água que nos é vendida pelas Águas do Douro e Paiva e, naturalmente, da atualização que resulta da inflação. Eu dava mais uma correção de uma inverdade ao senhor deputado Fernando Pais quando diz que este aditamento não foi aprovado aqui em sessão da assembleia municipal. Ele foi aprovado por unanimidade em 14 de novembro de 2019, e, foi, digamos, aprovado na assembleia municipal de 22 novembro de 2019. [projeção de diapositivos] Nós vamos falar obviamente sobre o aditamento ao contrato, depois teremos também oportunidade de falar sobre o STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) o tal contrato de 2017. Nós temos aqui o que é que foi o aditamento. É muito importante que nós percebamos que, logo que este executivo entrou em funções teve uma preocupação de procurar quer no quadro da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e nas reuniões com o POSEUR e nas reuniões com o senhor ministro do ambiente, quer no plano local, de encontrar soluções para o problema não só, da rede de água e saneamento em baixa, mas também, para as necessidades de investimento que nós tínhamos que fazer na requalificação da rede em alta. E,

portanto, aquilo que nós planeamos, aquilo que nós definimos foi um plano de investimentos ambicioso que tinha uma componente de investimento municipal - que era a mais expressiva - e tinha uma componente de investimento da concessionária que era o máximo que a lei permite, que são 25% da verba que está prevista no plano de investimentos. Nos tais 17 / 18 milhões de euros que o senhor deputado Fernando Pais falou há pouco. Eu já aqui várias vezes dei essa explicação. Se acharem que não é importante esclarecer os municípios sobre os aumentos do tarifário que se verificaram? Então, eu dispenso essa explicação. Isto são os pressupostos do aditamento. Há uma diferença enorme entre o aumento que resulta em janeiro de 2020 e o aumento que resulta em março de 2020. O aumento que acontece em março de 2020, que já aqui foi referido de 9,4%, é um aumento negociado com a concessionária que vai permitir expandir a rede de: Cucujães de 51,8% para 93,7%; Oliveira de Azeméis de 84,6% para 95,2%; S. Roque de 49,2% para 92,3%; Nogueira do Cravo de 24% para 84,2%; macieira de Sarnes de 72,9% para 96%. Quer isto dizer que: quase um terço das nossas freguesias ficarão com o problema do saneamento resolvido no seu território. Este contrato, que aqui está, de aditamento tem dois pressupostos muito importantes: Em primeiro lugar um investimento de 4,3 milhões de euros da concessionária e, por outro lado, uma negociação que se fez com a concessionária no sentido de ela reduzir a sua taxa - que já aqui foi referida - de retorno de investimento acionista em 1.57%. Ou seja, a concessionária abdicou de 4 milhões dos seus lucros. O que é que isto permite fazer? Está aqui a explicação da construção. O que é que nós vamos conseguir com este aditamento? Vamos conseguir que a taxa de cobertura atual passe de 42,6% para 54,7%. Estamos a falar obviamente de saneamento. E, portanto, senhor deputado, o ponto de partida não são os 53% que referiu, mas são aqueles 42,6%, é essa a nossa taxa de cobertura atual. Temos aqui as taxas de cobertura que já vos referi com a rede que vai ser construída em cada uma das freguesias. E temos aqui aquilo que resulta da nossa situação atual em termos de água: E, portanto, com este investimento de 4.3 milhões de euros, passamos de 83,3% para 84,4%; e em termos de saneamento passamos de 42,6% para 54,7%. Se a ERSAR - Entidade Regulador - tivesse aprovado o plano de investimentos municipal que nós tínhamos previsto, aquele valor de saneamento tinha mais 10%. Vamos ver o enquadramento do tarifário: Com estes pressupostos para a nossa tipologia de consumidor que é de 7m³, estamos aqui a comparar o que se paga em termos de água e em termos de saneamento: Área Metropolitana do Porto e no Distrito de Aveiro: - Temos o município de Oliveira de Azeméis (estou a falar com os tarifários antes da suspensão, os tarifários em vigor); Estamos posicionados a meio dos municípios. Isto aqui é que é muito importante. Isto aqui é que é falar verdade: O que é que acontece: Nós temos ali o tarifário em 2019; Temos ali o que resultaria se o tarifário fosse a 0,25€/ m³, - teríamos um aumento - e tem ali a repercussão do aumento - estamos aqui a retirar os impostos do estado, porque esses não são da responsabilidade de ninguém - estamos a falar de um aumento de 7,28€ para 10,57€ e na água de 10,21€ para 10,38€. Tem ali as percentagens do aumento. E tem ali os 3,46€ que resultam do concurso de 2016 e do contrato de 2017. Ali temos um outro valor de 19,87€ que foi o valor que resultou da renegociação dos 0,25€/ m³ para

0,1894€/m³. Um valor que continuamos a trabalhar e queremos baixar. Vocês ali têm a possibilidade de perceber o ponto de partida onde se não tivéssemos a renegociação do valor, se passemos dos 0,25€/m³ para o do aditamento, estaríamos a falar 3,72% e um incremento na fatura de 0,78€. É disto que nós estamos a falar. E, portanto, por aqui ficam com uma ideia clara do impacto que resulta do concurso de 2016, no contrato de 2017, que é a mesma coisa. E, senhor deputado, eu não lhe vou explicar o que é um auto de consignação. Depois de um contrato assinado, não lhe vou explicar a obrigatoriedade de fazermos o auto de consignação. Temos aqui uma coisa interessante que representa bem o peso do impacto do aditamento no aumento global do tarifário que se verificou nos dois aumentos e o peso que resulta do aumento do tarifário apenas de janeiro. Estamos a falar de 82% para 18%. Com uma diferença: enquanto este não se traduziu em nada para os oliveirenses, o outro vai permitir resolver o problema em 5 freguesias que são muito importantes para o nosso concelho, todas são importantes, mas aquelas têm uma realidade em termos de densidade populacional relevante e permitirá que a concessionária reduza os 4 milhões de euros de lucro que, enfim, teria direito. Poderei passar aqui os documentos: isto é muito importante para que nós percebamos se isto é verdade ou é mentira. Gostaria que passasse a ata, do conselho diretivo de 30 de junho de 2016, que refere o lançamento do concurso, que é para não termos dúvidas de quem lançou o concurso. Aliás, quem esteve presente na reunião foi o senhor vereador Ricardo Tavares. Eu confesso que fiquei surpreendido quando me dizem que votaram favoravelmente os dois aumentos tarifários que se verificaram em 2020 mas, aparentemente, não sabiam de nada, assim como não sabiam também o que estavam a fazer quando votaram a concessão em 2013, ou quando foi assinado um contrato que triplicava o custo do tratamento do saneamento também ninguém sabia o que estava a fazer. É muito difícil explicar às pessoas, que votaram favoravelmente um conjunto de aumentos dos tarifários dos quais não são responsáveis. É muito difícil convencer as pessoas de que votaram favoravelmente esse aumento dos tarifários, não tendo responsabilidade no seu aumento. Esta ata, nº 6, de 2016, é a ata que refere o lançamento do concurso para esta operação de reabilitação das ETAR's. Depois temos um conjunto de cartas do POSEUR que demonstram o trabalho que foi feito na tentativa de procurarmos financiamento para estas obras. Mas temos aqui que: nesta data não há previsão de novas aberturas de Avisos, mas logo que se tenha esta informação ela vai ser comunicada à Associação. Pedia a projeção de uma carta que foi enviada para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e para os outros municípios no dia 28 de setembro de 2017: Esta foi a carta que nós recebemos. Tem ali no contrato mencionado o consórcio que ganhou (Luságua), a duração de 7 anos; constata-se um custo unitário máximo de 0,16€ em vez de 0,0673€. E, atenção: neste concurso, estranhamente, eu não quero aqui acreditar que foi por se tratar de um ano de eleições, não temos revisão de preços, não temos a taxa de recursos hídricos, não temos a assistência técnica, não temos a fiscalização, não temos inopinados, tudo saiu do tarifário. Mas, entretanto, logo que este executivo toma posse, aparece uma carta a dizer: meus amigos, cuidado, isto foi a 0,16% a concurso mais IVA, mas isto vai para 0,25%. Está ali a explicação. Agora pedia que

projetassem o contrato de aditamento, da STAR e do aditamento, o aditamento é mais importante, o contrato da STAR é maçudo: isto é só para responder à questão de que isto não tinha nenhum tarifário associado: “a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário o preço unitário de 0,1678€ por metro cúbico de caudal até ao máximo de 9,5 milhões de euros ... às quantias supra mencionadas acrescentará o IVA.” Portanto, fica claro porque é que foi dito que o tarifário triplicava. E, portanto, foi este o valor que esteve de base no lançamento do concurso. Portanto, para mim é surpreendente que os senhores venham agora dizer que votaram um conjunto de aumentos de tarifário e que desconheciam a sua origem. Bom, eu queria dar-vos uma explicação, sobre a questão colocada em relação aos outros municípios: Porque é que a questão é diferente, para os diferentes municípios? Por uma questão muito simples: Todos os municípios entregam quantidades de caudais diferentes. Entregam quantidades e caudais diferentes em ETAR’s diferentes. É evidente que para o município de Vale de Cambra que pagava: - só para não haver dívidas: isto é um quadro da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria - isto é de 2016. O Município de Vale de Cambra paga pelo custo do metro cubico de tratamento 0,01990€. Quer dizer que, ao aplicar o novo tarifário, não tem que o refletir nos seus munícipes, pelo contrário, poupa 8.647,00€. Município de Santa Maria da Feira que entrega 294786 metros cúbicos no concelho de Oliveira de Azeméis tinha um custo de tratamento de 0,1327€. Este aumento de tarifário de 0,1327€ para 0,1894€, custa ao município de Santa Maria da Feira 16.714,00€. É evidente que, o município de S. João da Madeira tem um expediente completamente diferente de Oliveira de Azeméis, tem uma empresa de águas municipal que controla, que controla, onde a concessionária tem o capital minoritário, e naturalmente aquilo que faz, se for essa a sua decisão, será dissolver os lucros dessa empresa nesse aumento. Mas o município de Oliveira de Azeméis não tem essa possibilidade, não tem nem esses volumes de caudal, nem tem esse tipo de instrumentos. E, portanto, assumir isto representaria um encargo enorme para o município de Oliveira de Azeméis que, naturalmente, neste momento, não temos condições financeiras para suportar. Eu já ouvi aqui referir várias vezes, a questão do saldo de gerência. Teremos oportunidade de falar do saldo de gerência. Mas, convenhamos o seguinte: convenhamos que, nós, eventualmente, até podíamos pensar suportar este aumento tarifário, eventualmente, até esse investimento das ETAR’s, da requalificação das ETAR’s e suportar até o aumento que resulta deste aditamento ao contrato de concessão. Se não tivéssemos uma dívida ainda para pagar; Se não tivéssemos de pagar mais de 2 milhões de euros em processos judiciais este ano; Se não tivéssemos que ter devolvido 500 mil euros do Centro Interpretativo do Vidro, porque perdemos a candidatura de 1.4 milhões de euros; Se não tivéssemos as estradas no estado em que estão; Se não tivéssemos a rede de água e saneamento a fazer; Se não tivéssemos as zonas industriais no estado em que estão. E, portanto, nós aquilo que poderíamos fazer era, eventualmente, fazer isso. Mas nunca mais fazíamos rigorosamente nada. Ora bem, nós não temos dúvidas, que o tarifário só baixará quando conseguirmos, como disse a Vera na sua intervenção, trazermos mais gente para dentro do tarifário. Nós, neste momento, temos dois problemas: temos um problema de

dimensão de rede e temos um problema de taxa de adesão à rede existente. E, portanto, nós temos que trabalhar - e é esse o compromisso da Câmara Municipal - e é isso que resulta deste contrato de aditamento, que, na nossa opinião, foi bem negociado, é uma excelente solução para os oliveirenses. E deixem-me que vos diga, aqui já foi referido pelo senhor deputado, e é verdade, existe aqui de certa forma alguma solidariedade entre aqueles que hoje têm rede e beneficiam dessa rede e aqueles que com os seus impostos pagaram essa rede. Eu não vou discutir aqui os valores do Senhor Ápio Assunção. Sei que estamos a pagar a dívida que foi criada nesse mandato, isso sim está a ter repercussões terríveis para nós, mas atualmente não falarei aqui sobre isso porque acho que não faz rigorosamente nenhum sentido falarmos sobre pessoas que já não estão entre nós. Eu ouvi a intervenção da senhora deputada Vera Aguiar, reconheceu que se fez um mau negócio com a Indáqua. Efetivamente fez-se um negócio terrível com a Indáqua. Demorou esse reconhecimento, mas efetivamente ele hoje é uma realidade. Reconheceu que este contrato de aditamento demonstra capacidade negocial. É um facto. Não é fácil nós negociarmos este tipo de condições. Mas, deixe-me que lhe diga, não houve nenhuma omissão em termos de informação. As pessoas sabiam exatamente o que estavam a votar e sabiam exatamente do onde é que resultava os aumentos que estavam a votar, quer em janeiro, quer em março. E, portanto, eu não quero crer que as pessoas não sabiam o que estavam a fazer porque as pessoas, naturalmente, estudam as matérias e sabem do que se trata. Eu vou concluir refutando, - com todo o respeito, como é evidente, - esta última parte da sua (Vera Aguiar) intervenção, quando diz que houve falta de ética política e que não olhamos aos meios para atingir os fins e que quisemos fazer obra a qualquer custo: Não, não é verdade isso. Há coisas que nós não ultrapassamos, há limites que nós não ultrapassamos. E este da verdade é absolutamente fundamental. Essa é uma das componentes que nós quisemos trazer para o discurso político no nosso concelho, mas também para a gestão pública do nosso concelho. O rigor, a transparência, a verdade é absolutamente fundamental. E esses são valores dos quais não abdicamos, são valores dos quais não prescindimos. E, portanto, olhos nos olhos aos senhores deputados, é muito simples resumir esta discussão e podemos prolongá-la no tempo porque há aqui muita matéria de facto. Há um aumento de tarifário, em janeiro de 2020, fortíssimo. É um facto, está ali demonstrado. Que resulta de um contrato de 2017 negociado pelo anterior executivo. Há um aumento, dos resíduos sólidos urbanos, também incluído nesse aumento de tarifário que é da responsabilidade deste executivo. Nós tínhamos um sistema de recolha e tratamento de lixos altamente deficitário. Custava-nos mais de 400 mil euros por ano. E, portanto, esse aumento visa cumprir a lei. E a lei diz que o tarifário tem que cobrir pelo menos o custo da operação. E, portanto, é isso que nós estamos a fazer. Porque só se pode ter serviços públicos de qualidade se tivermos capacidade para implementar e para custear esses serviços públicos de qualidade. Por outro lado, há um aumento do tarifário que, enfim, começou no princípio de março de 2020, que resulta deste aditamento. E, portanto, nós assumimos integralmente as nossas responsabilidades. Há uma coisa que nós não vamos fazer nunca, é assumir as responsabilidades dos outros e, muito menos ainda, deixar que os outros digam que

19 15 05 2020

essas situações que são da sua responsabilidade afinal são da responsabilidade dos outros. Isso não vamos permitir. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD, para defesa da honra. =====*

===== A Senhora Presidente não tem razão de queixa de mim, porque eu sou muito breve sempre. Eu só pedi este bocadinho para repudiar a afirmação que o Senhor Presidente fez a meu respeito dizendo que eu menti na minha intervenção. Eu faço minha as vossas palavras: também não minto. Posso ter tido uma falha. E essa nem está escrita. A falha da data da inauguração da ETAR, mas essa nem está escrita. Mas eu desafio o Senhor Presidente a ler a minha intervenção - que eu vou deixa-la escrita - e depois fica até autorizado na próxima assembleia dizer aqui onde eu menti. Não tem problema nenhum. Era só isso que eu queria. Ao contrário, posso até ter tido uma ou outra falha, mentira declarada de certeza que não encontra. Pelo contrário, eu já disse aqui, meias verdades também são mentiras. E nisso, o Senhor Presidente é campeão. Não mentiu, mas há várias meias verdades. Termino: por exemplo: o Senhor Presidente não respondeu às três, ou quatro, ou cinco perguntas que eu fiz na minha intervenção que tinham a ver com o tal contrato que insiste em dizer que é do PSD. Tudo bem. Mas não respondeu. Qual era a solução que preconizava, se fosse o Senhor Presidente o presidente na altura? Como é que resolvia o problema? =====

===== [Pelo deputado Carlos Costa Gomes foi solicitado a disponibilização dos diapositivos apresentados. Tendo o Senhor Presidente dito que, não havia problema nenhuma, uma vez que os dados eram públicos.] =====

*===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**. =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi proposto que a análise e discussão do ponto quatro ao oito fosse efetuada em conjunto, o qual foi aceite por unanimidade. =*

*===== **Ponto quatro: - Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro - reporte a 31 dezembro.2019 - (I/44305-2020) - Apreciação;** =====*

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

19 15 05 2020

===== *O conjunto de pontos que aqui foram referidos e que vocês aceitaram discutir em conjunto, basicamente são pontos ora de conhecimento ora de cumprimento de formalidades legais, o ponto mais importante é naturalmente nós termos a possibilidade de falarmos sobre a prestação de contas individuais, esse é que é o ponto. E, portanto, se houver alguma dúvida em relação a qualquer um dos outros pontos, eu estou disponível para as esclarecer.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento.* =====

===== ***Ponto cinco: - Inscrição de Nova Rubrica da Classificação Económica da Receita relacionada com Participação do Município na Receita do IVA - Art. 26.º - A da Lei n.º 73/2013 Inscrição de Nova Rubrica da Classificação Económica da Despesa - 0102130301 - Senhas de Presença da Câmara Municipal e 0102130302 - Senhas de Presença da Assembleia Municipal (I/43613/2020) - Conhecimento;*** =====

===== *“Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Por força do Art. 26.º - A da Lei 73/2013, e para a contabilização da participação do Município na receita do IVA, é necessário inscrever no orçamento 2020, a rubrica da classificação económica da receita 06.03.01.07. Quando saiu a instrução difundida pela DGAL para a definição da conta orçamental a utilizar, já o Município de Oliveira de Azeméis tinha aprovado o seu orçamento para 2020, sem a inclusão da rubrica da receita indicada. Excepcionalmente, por se tratar da arrecadação de uma receita que resulta de um normativo legal, e não sendo possível aplicar a alínea c) do ponto 3.3.1. das Regras Previsionais do POCAL, por ser o primeiro ano, é necessário recorrer a uma alteração orçamental com o intuito de inscrever a nova classificação económica da receita, dando conhecimento ao Órgão Deliberativo na sessão seguinte à aprovação do Orçamento de Estado para 2020. Como a DGAL determinou nova rubrica da despesa para as senhas de presença, é necessário criar no orçamento, por substituição das já existentes, as rubricas 0102130301 - Senhas de Presença da Câmara Municipal e 0102130302 - Senhas de Presença da Assembleia Municipal.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a inscrição de novas duas classificações económicas, uma delas tem a ver com a participação do município na receita do IVA e a outra tem a ver com as senhas de presença na Câmara Municipal e as senhas de presença na Assembleia Municipal e é apenas para dar conhecimento.* =====

19 15 05 2020

===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**. =====

===== Ausentou-se da sala o senhor deputado **Carlos Costa Gomes (PSD)**. =====

===== **Ponto seis: - Saldo de Gerência dos Órgãos das Autarquias Locais (I/43751/2020)**
- Ratificação de Despacho; =====

===== “Considerando que: 1 - Nos termos do art.º 129º da LOE2020 (Lei n.º 2/2020, de 31 de março), após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestações de contas, o saldo de gerência da execução orçamental; 2 - O pedido de integração do saldo de execução orçamental a apresentar ao órgão deliberativo deve ser adequadamente instruído, em conformidade com modelo próprio a divulgar pela DGAL; 3 - Contudo a Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril veio permitir que a instrução do saldo de gerência 2019 dos órgãos das autarquias locais possa ocorrer logo que a conta de gerência seja aprovada pelo órgão executivo ou seja aprovado o mapa de fluxos de caixa do exercício de 2019, sem prejuízo da revisão vir a ser ratificada aquando da realização da primeira reunião do órgão deliberativo; 4 - O mapa de fluxos de caixa do exercício 2019 foi aprovado pelo órgão Executivo na reunião de 16 de abril de 2020; 5 - Não é possível reunir o Órgão Executivo de forma a apresentar a revisão orçamental subjacente à introdução do saldo de gerência do exercício 2019, para que seja enviada posteriormente à Assembleia Municipal para ratificação; 6 - Existe um conjunto de despesas a realizar, urgentes e necessárias ao bom funcionamento do Município, cuja execução orçamental depende da introdução do saldo de gerência 2019; 7 - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos de competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade (art.º 35º n.º 3 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); Pelo exposto: 1 - Aprovo a introdução do saldo de gerência do exercício 2019 nos moldes constantes da listagem (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e para os efeitos dos art.º 129º da LOE2020 e 3º A da Lei 1-A/2020, de 19 de março alterada pela Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril; 2 - Determino a remessa do presente despacho para ratificação na próxima reunião do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos do art.º 35º n.º 3 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Aquilo que estamos a fazer resulta da Lei 4-B/2020, criada no âmbito da pandemia, que permite a introdução do saldo de gerência logo que seja aprovado o mapa de fluxos de caixa

19 15 05 2020

de 2019. E, depois, há a necessidade de posterior ratificação no órgão deliberativo, na Assembleia Municipal. E é isso que nós estamos aqui a fazer. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade ratificar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto sete: - Certificação legal das contas do Município - Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Conhecimento e apreciação;** =====

===== Presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou a referida informação.** =

===== **Ponto oito: - Prestação de Contas Individuais 2019 (I/43963/2020) - Apreciação / Votação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1 - Balanço, 2 - Demonstração de resultados, 3 - Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4 - Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5 - Relatório de Gestão; 6 - Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; 7 - Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A apresentação de contas é muito importante e, obviamente, cabe-me a mim dizer-vos que esta prestação de contas corresponde efetivamente ao primeiro exercício, resume aquilo que foi o primeiro exercício, o primeiro orçamento integralmente realizado por este executivo. Isto porquê? Não estou com isto a desvalorizar o orçamento de 2019. O que é um facto é que quem chega á Câmara Municipal em 24 de outubro de 2017, não tem tempo para fazer um orçamento e, naturalmente, herda aquilo que estava previsto. Portanto, em bom rigor, este orçamento de 2019, relatório de contas, traduz precisamente um orçamento da nossa responsabilidade e traduz já também a gestão rigorosa e eficiente que nós queremos implementar na Câmara Municipal. Conforme vimos dizendo, a Câmara, tem que ser uma Câmara de boas contas, tem que ser uma Câmara que dê o exemplo para as empresas, para as famílias, para a região e para o país. E aquilo que para nós importa é que tenhamos a capacidade de gerar recursos financeiros importantes, substanciais, que nos permitam desenvolver projetos que são absolutamente estruturais e determinantes para o nosso futuro coletivo. É isso que nós estamos a procurar fazer. Estamos a procurar dotar, no presente, a Câmara Municipal de um conjunto de ferramentas que nos permitam fazer investimentos importantes em infraestruturas, que nos tornem ainda mais competitivos no futuro. Em termos da análise das contas, o resultado líquido positivo do exercício de 2019 foi de cerca 9,3 milhões de euros. E os meios libertos brutos foram de 15,2 milhões de euros. Foram os mais elevados de sempre alguma vez registados nas contas do Município. Para ajudar a perceber a dimensão deste resultado líquido: ele corresponde ao somatório dos resultados líquido, por exemplo, de três anos 2013, 2014 e 2015 ou, por exemplo, ao somatório dos resultados líquidos dos anos de 2017 e 2018. A redução anual da dívida do município foi de 2,33 milhões de euros. E a dívida municipal passou, em resultado dessa redução, de 13.8 milhões de euros, em 2018, para 11.5 milhões de euros, em 2019. A dívida a fornecedores aumentou 1.78 milhões de euros. Contudo, deste aumento resulta 1,57 milhões de euros da dívida de um processo judicial de 2011, e, também, 417 mil euros que resultam da compra da antiga Garagem Justino. Sem estas duas componentes a dívida teria ficado nos 9,9 milhões de euros, muito perto dos 9,7 milhões de euros previstos no plano de saneamento financeiro, mas algo aquém daquilo que estava previsto nos objetivos da própria Câmara Municipal que eram 9 milhões de euros. A dívida total reduziu 2,3 milhões de euros. A dívida de empréstimos bancários de médio e longo prazo diminuiu cerca de 4 milhões de euros. O que significa que o endividamento de empréstimos bancários a médio e longo prazo diminuiu de 8,3 milhões de euros em 2018 para cerca de 4 milhões de euros em 2019. Mantem-se, como é óbvio, o nosso objetivo de chegarmos ao final de 2020 com a dívida de empréstimos a médio e longo prazo, no âmbito do plano de saneamento financeiro, totalmente liquidada. O prazo médio de pagamento foi de 102 dias, a 31 de dezembro de 2019, que é disso que estamos a falar. E aumentou 30 dias, face a 2018. E,

portanto, compreende-se que em 2018 o prazo médio de pagamentos era de 72 dias. Bom, isto resulta do facto, sem termos créditos em atraso, o aumento do prazo médio a fornecedores tem origem no investimento realizado no último trimestre de 2019 e, tem, também, origem na forma de pagamento que foi acordado quer para este processo judicial quer também para o próprio pagamento da Garagem Justino. Se corrigirmos a dívida destes valores, teremos um prazo médio de pagamentos a 63 dias. E se expurgássemos todos os prazos de pagamentos que nós acordamos, o prazo médio de pagamentos seria de 39 dias. A redução anual do endividamento líquido municipal foi de 8,23 milhões de euros. Neste momento, o endividamento líquido municipal é de menos 19,9 milhões de euros. E diminuiu de 11,7 milhões de euros em 2018 para estes menos 19, perto de 20 milhões de euros em 2019. O volume de investimento, em 2019, quantificou-se em 6,25 milhões de euros e cresceu um pouco mais de 3 milhões de euros em relação ao investimento de 2018 que, como sabem, foi um pouco acima dos 3,1 milhões de euros. Em relação ao PPI a taxa de execução orçamental foi de 4,6 milhões de euros. Uma taxa de execução de apenas 28%. Os custos com pessoal ao serviço da Câmara Municipal cresceram 1,4%, estamos a falar de uma verba de cerca de 180 mil euros, apesar do número de colaboradores que temos ao serviço ter reduzido em 7 colaboradores no ano de 2019. Portanto, estes aumentos decorrem de quê? Decorrem do aumento do salário mínimo nacional e, como sabem, do anunciado e concretizado descongelamento das carreiras na função pública. Tivemos também um aumento com as despesas de saúde de mais 56 mil euros. Gastamos em 2018, 550 mil euros, com despesas de saúde, em 2019, 606 mil euros, com despesas de saúde. A receita total do município foi 39,4 milhões de euros, aumento 1,5 milhões de euros em relação a 2018. As receitas correntes foram de 36,9 milhões de euros e aumentaram 2,8%, em relação a 2018. Enquanto que as de capital que são de 2,5 milhões de euros, aumentaram 29,5%. As transferências de capital tiveram uma execução de 38,9% e as receitas correntes tiveram 93,9% de execução. Em termos de arrecadação de impostos: Os Impostos diretos tiveram um aumento de 197 mil euros e os impostos indiretos baixaram 97 mil euros; Quer isto dizer que houve aqui um saldo de mais 100 mil euros. Na prática significa que em termos de carga fiscal houve aqui alguma neutralidade, não houve um aumento de impostos. Nos impostos o que mais aumentou foi o IMT. Aumentou mais 450 mil euros. O IUC também foi muito importante com 113,5 mil euros de aumento. O IMI ficou praticamente estável, teve uma receita adicional de 46 mil euros. A Derrama é que teve uma quebra substancial, uma quebra abrupta e, esta queda abrupta consumiu praticamente o aumento que nós tínhamos originado no IMT, a Derrama caiu 412 mil euros. Em termos da despesa. A despesa total foi de 34.8 milhões de euros. A taxa de execução foi 67,15%. A despesa registou um aumento de 6,6%, portanto 2.1 milhões de euros, que compara com o aumento que eu vos referi há pouco de aumento de receita que foi 1.5 milhões de euros. Este aumento da despesa resulta de quê? Resulta do aumento conjugado das despesas de capital que é de 9.5 milhões de euros e que aumentou 1,86 milhões de euros e das despesas correntes que foram de 25.3 milhões de euros e aumentaram um pouco mais de 300 mil euros, em relação a 2018. As rubricas mais importantes, em termos da

despesa do Município, são as que se referem ao pessoal (custos com pessoal) valem 38,8% da despesa total, perto de 13.5 milhões de euros, e as aquisições de bens e serviços que foram 24,4% da despesa total e representam 8,5 milhões de euros.- As aquisições de bens de capital com 13,3%, 4,63 milhões de euros, cresceram 94.9%. Ou seja, 2,25 milhões de euros em relação a 2018. A outra componente também que tem alguma relevância são as transferências correntes e de capital que somam e que encerram esta lista das rubricas mais representativa em termos de despesa e que soma perto de 3 milhões de euros. - Depois eu queria passar aqui alguns gráficos para nós termos alguma ideia, porque acho que essa informação é relevante para a Assembleia perceber o que é que aconteceu ao nível das poupanças, ao nível financeiro e até nível também dos próprios investimentos. [Projeção de slides] Eu acho que esta parte é mais interessante do que estarmos a escarpelizar números que muitas vezes são difíceis de perceber e é muito difícil de explicar como é que chegamos até eles. O primeiro documento tem a ver com as poupanças: Nós damos aqui alguma explicação, para que vocês percebam: temos aqui um comparativo entre o que se pagava de rendas em 2018 e que se pagou em 2019: Estamos a falar de 2018 para 2019 em menos 74.704,00€ que se pagaram no ano. Aqui temos o que acontecia nos fundos de maneiio: Nós, em 2016, tínhamos 151.995,00€ que gastávamos de fundos de maneiio; tínhamos 106.424,00€, em 2017; em 2018, 28.538,00€; em 2019, 26.728,00€. Ou seja, fundos maneios decresceram, estamos a falar de menos 125.267,00€ de fundos de maneiio. Isto é um comparativo entre ambos: Por aqui nós temos uma ideia da ordem de grandeza do que ocorria em outros anos comparados com os dois anos de 2018 e 2019, portanto estamos a falar de um diferencial de menos 220.757,00€ nos fundos de maneiio. Gastos com publicidade e propaganda: aqui a informação em relação aos anos 2016 e 2017e têm aqui os gastos acumulados nos anos de 2018 e 2019: isto permite-nos comparar o número de 432.148,00€ com o número de 99.539,00€. Estamos a falar de uma diminuição de 332.609,00€. Despesas de representação: Estamos a falar de passar de 159.541,00€, que foi o topo que nós atingimos em 2016, para uma verba em 2018 de 48.307,00€, ou seja, diminuímos 111.037,00€ nas despesas de representação. Comparativo entre dois anos 2016 e 2017: estamos a falar de menos 142.050,00€ acumulados em despesas de representação. Vigilância e segurança: Neste momento, olhamos para 2017; em 2019 pagamos menos perto de 39.000,00€, em termos de vigilância e segurança. Mais uma vez os comparativos que nos permite perceber, menos 50.462,00€ de custos de vigilância e segurança. Eletricidade, uma componente muito importante: Em 2017, pagamos um pouco acima dos 2 milhões de euros (2.025.316,00€), Em 2018, um bocadinho abaixo dos 2 milhões de euros (1.959.592,00€); E em 2019, pagamos quase menos 390 mil euros (389.948,00€) de eletricidade. Isto resulta dos investimentos que estão a ser feitos, investimentos massivos de eficiência energética municipal. Estamos aqui a ver uma redução de cerca de 325 mil euros (-324.224,00€) no consumo. Combustíveis: Estamos aqui a ver a redução desde 2017, menos 31.702,00€ nos combustíveis. Isto dá-nos uma ideia de como é que os números aparecem e como é que os resultados aparecem. Transferências para as Juntas de Freguesia - Subsídios Correntes: 2017 para 2019: mais 146 mil euros (146.905,00€). Comparativo entre dois

anos 2016/2017 e 2018/2019: Estamos a falar de mais 255 mil euros (255.270,00€). Temos aqui o saldo gerência acumulado 2014/2015/2016 e temos o saldo acumulado de 2017/2018/2019: E vão perceber que há um diferencial de 20 milhões de euros (20.064.125,00€). Investimento Municipal: temos aqui o investimento feito pelo município; as transferências de capital em 2018 e 2019; investimento total em 2018 e 2019. Em 2019 temos mais 3 milhões de euros (3.111.785,00€) de investimento do que em 2018. A curva de tendência do investimento: Desde 2015 que o investimento municipal vinha a decrescer e a partir de 2017 invertimos essa tendência. Investimento em PPI. Este gráfico eu quis vos trazer porque ele é muito importante. Os municípios vão ter de começar a olhar para esta realidade, porque os fundos comunitários não são eternos. E nós temos de ter a capacidade e por isso é que o nosso objetivo municipal de ter 7 milhões de euros a serem investidos com capital próprio, que nós não cumprimos, que nós não cumprimos. É importante que se diga, só tivemos cerca de 5,4 milhões de euros. Portanto, é bom que se diga. Vejam, por exemplo, o que é nós temos em 2014 com a comparticipação comunitária e depois o que temos com capitais próprios e depois o investimento total. Vejam o que é que acontece: E vejam que no ano de 2019 não temos praticamente comparticipação de fundos comunitários, são quase que residuais. E temos 5,4 milhões de euros (5.429.385,00€) a serem investidos com capitais próprios, capitais da própria autarquia. Estamos a falar de um investimento municipal que, mesmo assim, é muito baixo. Um investimento municipal muito baixo que nos permite posicionar o investimento de 2019 nos últimos melhores seis anos, temos apenas o ano de 2015, com investimento superior a 6 milhões de euros (6.923.844,00€) melhor, reconheçamos, que o ano de 2019. Aqui temos também o investimento em água e saneamento. Já aqui falado. Há pouco tínhamos dito que podíamos falar um pouco sobre isto. Se eu soubesse que o Senhor Albino Martins ia falar de outros tempos, se calhar tinha tentado trazer isto. Mas, interessa analisar os últimos cinco, seis, anos. Temos aqui uma curva que representa o investimento que foi feito em água e saneamento nos últimos anos: Portanto, percebemos também a curva desse investimento em água e saneamento. Uma explicação: Uma coisa é redução de dívida outra coisa é amortização do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro. Nós podemos ficar com a ideia, para não ter ideia errada, que mesmo não tendo reduzido a dívida em 4 ou 5 milhões de euros, que não amortizamos aquilo que estava previsto. Este ano de 2019 foi a maior amortização de sempre no capital do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, 3.544.608,50€ foi a maior tranche do pagamento do empréstimo que tínhamos do Plano de Saneamento Financeiro. Capital em dívida: perto de 3 milhões de euros (2.968.445,69€) que nós esperamos liquidar até final do corrente ano. Decrescimento da dívida municipal: A dívida municipal tem vindo a reduzir de acordo com aquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro nos anos mais recentes. Portanto, a dívida desde 2017 até 2019 reduziu 6.7 milhões de euros (6.736.372,00€). A dívida a fornecedores de imobilizado aumentou drasticamente de 2017 para 2019. Temos aqui mais 2.5 milhões de euros (2.581.664,00€) de aumento na dívida do imobilizado. Isto resulta naturalmente, por um lado, da condenação judicial que já vos referi e, portanto estamos a falar

de 1.6 milhões de euros, resulta naturalmente dos ativos do património que nós compramos, nomeadamente do terreno do parque Urbano e da Garagem Justino. Dívida a outros credores: Nós devíamos, nestes dois anos (2016/2017), 6 milhões de euros (6.006.446,00€) a outros credores e neste momento devemos 3.9 milhões de euros (3.869.913,00€). Há uma redução de 2.1 milhões de euros (2.136.533,00). Empréstimos bancários de médio e longo prazo: 2016 e 2017 foram de 31 milhões de euros (31.134.885,00€), neste momento são de 14.480.115,00€. Portanto, baixamos 16.654.447,00€. Prazo médio de pagamentos: ano de 2018 - 72 dias; previsto em 2019, 48 dias, excedemos o prazo médio de pagamentos, foi de 102 dias. Está ali 39 dias, é se nós expurgamos todas as condições de pagamentos que foram acordadas. O terreno do parque Urbano, a Garagem Justino, o processo judicial da Oliprojeta, foi pago a prestações, foi diferido no tempo e naturalmente isso tem uma reflexão no prazo médio de pagamento. Passivos financeiros: O que tínhamos previsto em 2019 de passivos financeiros era de 6.8 milhões de euros (6.816.961,00€); tivemos 5.1 milhões de euros (5.148.409,00€). Tivemos portanto menos 1.7 milhões de euros (1.668.552,00€) do que o que estava previsto. Aqui é saldo de 2018 para 2019, temos menos 4 milhões de euros (-4.183.297,00€) de passivos financeiros. Resultado Líquido do Exercício: Estamos aqui a analisar a curva de tendência desde 2013/2014, que é o que interessa, vemos aqui o crescimento do resultado líquido do exercício. Eu julgo que esta informação é que é importante porque ajuda, de certa forma, a construir os números que nós apresentamos. Portanto, eu queria vos passar esta mensagem de que os resultados que se conseguem são, naturalmente, fruto de muito trabalho. Naturalmente não vou aqui dizer-vos que o investimento municipal foi aquele que nós desejávamos. Não, nós somos muito mais ambiciosos queremos muito mais investimento municipal a ser feito. Mas, naturalmente que, o caminho faz-se caminhando. E, neste momento, nós estamos numa curva de tendência que nos permite..., Obviamente que tivemos este constrangimento, esta dificuldade causada por esta pandemia, que vai criar naturalmente embaraços de execução a toda a gente. Mas aquilo que nós esperamos é que nós tenhamos patamares de investimento que nos permita promover o desenvolvimento do nosso território e melhorar a condição de vida da nossa população. Portanto, era isto que eu vos tinha para dizer em relação à prestação de contas de 2019. E naturalmente estarei aqui para responder às questões que me queiram colocar.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, Fernando Pais, Vera Aguiar e Bruno Rodrigues.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== [Intervenção acompanhada com projeção de slides em PowerPoint] Aprovamos hoje as contas de 2019. As contas que são realmente nossas, porque resultam de um orçamento

realmente nosso. Cito o que disse na aprovação do orçamento cujas contas hoje aprovamos - cito: “Um ano depois, e já iniciados alguns compromissos eleitorais, este é de facto e verdadeiramente o nosso primeiro orçamento. É o primeiro orçamento que nos permite começar a inverter uma estrutura orçamental que foi altamente penalizadora da capacidade de investimento do município. É esse o longo caminho que começamos a trilhar sabendo, como qualquer pessoa de bom senso e como sempre o dissemos, que há políticas que precisam de tempo, o tempo que as muitas expectativas e necessidades nem sempre compreendem.” (Fim de citação). Mas este exercício, como todos os que serão da nossa inteira responsabilidade, têm um enquadramento claro que deixamos bem vincado no início deste mandato. Senhor Presidente, relembro o que lhe disse na primeira Assembleia Municipal que inaugurou um novo tempo de executar política, um tempo de total seriedade, em Outubro de 2017. Cito: “Sabe que estamos conscientes dos problemas e dos enormes desafios que enfrenta o executivo, mas, sem qualquer pudor sabe também, e devo dizê-lo aqui publicamente, que não espera da Bancada do Partido Socialista intervenções laudatórias, caixas de ressonância ou ecos do executivo”. (Fim de citação). Mantemos integralmente o que dissemos e essa é a única lente com que podemos analisar e aprovar estas contas. Herdámos problemas difíceis. Não deixamos de falar sobre nenhum deles. Não fomos nós que os descobrimos agora e, seguramente, não somos nós que parecemos chegados de novo, como se nunca tivéssemos andado por aqui. Não somos nós que renegamos o que dissemos, que mudamos de discurso, que afinal já vemos os problemas que sempre andaram por aí. Não somos nós que fugimos dos números, nem dos nossos, nem dos outros. Não seremos certamente nós que veremos nos números aquilo que eles não dizem. Não esperamos isto de todos. Trilhamos um caminho. Exatamente aquele que dissemos que iríamos trilhar: de enorme rigor, de total transparência, de muita humildade e seriedade. Trilhamos um caminho. Exatamente aquele que dissemos que iríamos trilhar: um caminho que leva tempo, que não vende ilusões, nem promete em pouco o que sabe que só pode ser feito em muito. Trilhamos um caminho. Exatamente aquele que dissemos que iríamos trilhar: o que permitirá criar condições para um ciclo de investimento sustentado, que permita a Oliveira de Azeméis ganhar a centralidade que foi perdendo ao longo das últimas décadas. Há, portanto, uma única forma de mostrar isto mesmo. Fazer hoje o que fizemos em todas as aprovações de contas dos últimos anos: mostrar os números. Fazer os mesmos exercícios comparativos e não dizer hoje dos números o que não dizíamos no passado. Isso deixamos para os de sempre. São nisso, de facto melhor do que nós e, com sinceridade, também não queremos competir. No passado só viam virtudes e hoje, com números melhores, só veem defeitos. É a vida. Nós, continuamos a dizer o mesmo. Temos um longo caminho e não hesitamos. Senhor Presidente, nas primeiras contas que resultam de um orçamento realmente nosso, começamos a inverter o ciclo de desinvestimento no município. Mesmo pagando dívida, mesmo com processos judiciais, mesmo herdando um município quase sem projetos e, por consequência, com níveis de execução de fundos comunitários francamente baixos, começamos no nosso primeiro orçamento a mostrar uma gestão de rigor e, sobretudo, a mostrar como esse rigor se transforma e se deve transformar

em investimento. Vejamos, então, os números. O Plano Plurianual de Investimento em 2019 foi de aproximadamente 4.6 milhões de euros. É suficiente? Não, de todo. Não podemos estar satisfeitos, não podemos mesmo. O que diz o PSD? O mesmo que nós e muito bem. Não podemos estar satisfeitos. Como comparamos então com os anos anteriores. Vejamos todo o último mandato. 2014 e 2015 Plano Plurianual de Investimentos acima de 7 milhões de euros, anos fortissimamente influenciados por fundos comunitários (Parque de La-Salette e Área Acolhimento Empresarial Ul-Loureiro) e segue-se a descida que se foi acentuando pelo degradar das opções do Município. 2018 foi o pior ano, como dissemos na aprovação das últimas contas, um ano com um orçamento que vinha de trás. E 2019? Começamos de facto a inverter este ciclo de desinvestimento. 2019 compara bem acima de 2016, 2017 e 2018. O que diz o PS? É claramente insuficiente. O que dizia o PS antes, é claramente insuficiente. O que dizia o PSD antes? Grande capacidade de investimento. O que diz hoje? Insuficiente. E se analisarmos o Plano Plurianual per capita, como tantas vezes fizemos? Quando é que conseguimos investir em cada Oliveirense? A mesma análise. 2014 e 2015 valores um pouco acima de 100 euros, pelas mesmas razões (os dois investimentos que referi) e o ciclo de degradação fica evidente nos anos seguintes. Mais uma vez, 2018 como o pior ano, com um investimento de cerca de 35 euros (bem diferente dos 100 euros) por oliveirense. E em 2019? Um valor acima de 70 euros, resultado do que começam a ser os efeitos de uma gestão de rigor. 2019 compara bem acima de 2016, 2017 e 2018. O que diz o PS? É claramente insuficiente. O que dizia o PS antes, é claramente insuficiente. O que dizia o PSD antes? Grande capacidade de investimento. O que diz o PSD hoje? Insuficiente. E se retirássemos a participação comunitária. A tal que sempre dissemos ser fundamental para alavancar investimentos. A tal que tivemos que devolver já neste mandato e que está a influenciar, curiosamente, o investimento dos anos anteriores, como por exemplo: O Centro de Interpretação do Vidro. Mas poderia falar também dos mais de dois milhões de condenação pelos terrenos da Área de Acolhimento de Loureiro, um investimento que, curiosamente, também influencia aqueles anos e que já neste mandato também tivemos que suportar. Sem participação comunitária, isto é, suportado integralmente pela capacidade do município, de 2014 a 2017 nunca fomos capazes de investir mais de 3,5 milhões de euros. 2018, o pior ano em investimento de PPI, asseguramos já a quase totalidade do investimento com fundos próprios. E em 2019? O ano do primeiro orçamento e das primeiras contas do Partido Socialista? Compara melhor do que todos os anos anteriores. Houve maior investimento com o esforço próprio, com o esforço de gerir com rigor, de que em todos os anos anteriores. O que diz o PS? É claramente insuficiente. O que dizia o PS antes, é claramente insuficiente. O que dizia o PSD antes? Grande capacidade de investimento. O que diz hoje? Insuficiente. E, sempre fizemos a mesma análise, como também o fizemos muitas vezes, per capita, por cada oliveirense? A mesma linha. Entre 2014 e 2017 só em 2016, com fundos próprios, se conseguiu investir um pouco mais de 50 euros. Em 2018, o ano da transição, foi o pior, com um investimento de 32 euros. E 2019? O primeiro ano de um orçamento e de contas do Partido Socialista? Foi o melhor dos últimos anos. Em 2019 conseguimos investir

com fundos próprios, com a capacidade de gestão do município um pouco acima de 57 euros. O que diz o PS? É claramente insuficiente. O que dizia o PS antes, é claramente insuficiente. O que dizia o PSD antes? Grande capacidade de investimento. O que diz o PSD hoje? Insuficiente. Mas como todos sabemos, um Plano Plurianual de Investimento, sendo um instrumento fundamental, não resume todo o investimento do Município. Vejamos então o investimento global dos últimos anos, um investimento que engloba também o PPI. O investimento global total, só em 2015 ficou próximo de 7 milhões de euros. Repare-se que há uma diferença em relação ao PPI, que foi maior nestes dois anos. Há uma diferença entre o registo da execução (um auto de obra, por exemplo) e o seu pagamento. É o que está refletido aqui. 2018, o ano de pior PPI dos últimos anos, ainda que de forma muito ténue, inicia-se a inversão deste ciclo. Mesmo com um PPI muito baixo, o investimento do município foi já superior ao do ano anterior. E em 2019? O primeiro com orçamento e contas do Partido Socialista? Um investimento superior a 6,2 milhões de euros. Só menor do que no ano de 2015. O que diz o PS? É claramente insuficiente. O que dizia o PS antes, é claramente insuficiente. O que dizia o PSD antes? Grande capacidade de investimento. O que diz hoje? Insuficiente. Analisemos então por fim, a capacidade de investimento que o município esteve capaz de fazer nos últimos anos, como também tantas vezes fizemos. De todo o investimento agregado, quanto investimos de facto em cada oliveirense? De 2014 a 2017, só um ano (2015) o valor foi superior a 100 euros. Cerca de 104 euros. Um valor que em 2014 foi de 80 euros e em 2017 de 43. Em 2018 há já o início desta inversão, ainda muito ténue, com cerca de 47 euros. E em 2019? Em 2019 o valor cresce 98%, acima de 94 euros. O que diz o PS? É claramente insuficiente. O que dizia o PS antes, é claramente insuficiente. O que dizia o PSD antes? Grande capacidade de investimento. O que diz hoje? Insuficiente. Estes são os números. Sobre os quais fazemos as mesmas análises, que olhamos da mesma forma séria, sobre os quais não podemos dizer o que eles não representam. Não representam os níveis que deveríamos ter. E mesmo tendo em 2019 um nível de investimento dos maiores dos últimos anos, o maior PPI com fundos do próprio município, deixamos de pagar a dívida do plano de saneamento financeiro? Não pagamos? Não. Pagamos menos? Não. Deixamos de ter processos e erros do passado que pagamos hoje, como a Oliprojecta, que tem um impacto de 1,15 milhões de euros? Não. E aumentamos impostos aos munícipes? Não. E prejudicamos os próximos anos? Não. E temos recursos para os projetos que estão no Plano Plurianual de Investimento? Temos. E inflacionamos o valor desses projetos? Não. E o saldo de gerência consome-se em muitos desses projetos? Muito. Então isso é lucro? Não, não é lucro como dissemos também muitas vezes no passado quando nos apresentaram superavit e que dissemos não há lucro num município que tem tanto para investir. Então, com mais investimento do que praticamente em todos os anos anteriores, há um saldo de gerência de 14 milhões de euros? Bom, essa é uma reflexão que deixo para cada oliveirense. Senhor Presidente, nunca dissemos que seria fácil, nem rápido. Isso foram promessas de outros horizontes. Continuemos com rigor, continuemos a tentar inverter a capacidade de investimento do município e a conseguir potenciar este território e as suas gentes. Não deixemos de dizer o que

é certo e fazer o que é certo. Cá esperamos o momento para dizer de facto, grande nível de investimento. Para já, podemos dizer, o que não é nada pouco, muito rigor e esforço de gestão. É mesmo este o caminho que queremos continuar a trilhar. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== No início do mandato deste executivo (outubro 2017), o Senhor Presidente repetia: “O nosso papel é precisamente ter orçamentos rigorosos, não inflacionados, por isso é que nós incluímos no PPI até 2021 verbas que consideramos razoáveis e aceitáveis que vamos trabalhar para procurar cumprir”. Aquando da prestação de contas do ano de 2018, primeiro ano completo de gestão deste executivo, o Senhor Presidente justificou a execução orçamental da receita, da despesa e, sobretudo, a baixa taxa de execução do investimento, 28%, pelo facto de a gestão desse ano ter sido o resultado de um orçamento feito para 2018 condicionado ainda pelas opções e ações do passado. Ora, 2019 é já o segundo ano de gestão completa deste executivo que traduz as suas grandes opções e estratégias. Vejamos, em primeiro lugar a execução da receita no ano de 2019 foi de 91% e teve um aumento face ao ano anterior de cerca de 1,5 milhões de euros, traduzida nos seguintes pontos: Mais transferências oriundas do Orçamento de Estado; mais receita derivada da venda de bens e serviços correntes; mais transferência de capital relativamente a 2018. Mais receita oriunda da cobrança de impostos diretos e da cobrança de taxas e multas. Se olharmos para a evolução de impostos e taxas, vemos que estes ascendem a um valor cobrado superior a 14,3 milhões de euros. Com um saldo de gerência de 14 milhões de euros e com um montante de investimento no Plano Plurianual de Investimentos na ordem dos 4,6 milhões de euros, torna-se difícil explicar porque não assistimos a um desagravamento fiscal, mormente no que diz respeito à Derrama e ao IMI e porque se assiste a um grau de execução de investimento tão baixo. Vejamos, agora, a execução do lado da despesa: A execução foi de 67%. Teve um aumento face ao ano anterior de cerca de 2 milhões de euros. Ou seja, despesa bruta de 2019, totalizou cerca de 34,8 milhões de euros. E o que nos diz a execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos: O grau de execução foi de 27,9%. Num orçamento superior a 48 milhões de euros, o montante de investimento foi de apenas 4,6 milhões de euros. Ou seja, o Município investiu em cada oliveirense cerca de 67,00€, no ano de 2019. Relativamente a 2018: é certo, temos um aumento do investimento global superior a 2 milhões de euros, mormente no investimento na iluminação pública, na aquisição de terrenos, na aquisição de outras oficinas e armazéns e no edifício para oficinas criativas. No fundo, aquisições de imóveis - O Parque Urbano, Garagem Justino e outros que são prioritários para este executivo, mas, nossa opinião, não são objetivamente prioritários para as necessidades dos oliveirenses. Continua, na nossa opinião, a faltar um projeto para a regeneração do nosso centro urbano; um plano destinado a não criar fortes assimetrias sociais e económicas entre as freguesias do nosso concelho; Voltamos

à questão do Saneamento. Estamos a falar de um valor absoluto investido em 2019 nesta rubrica, por parte do Município, de 25.323,00€. Em 2018, tinha sido de 13.413,00€. Para quem uma das suas bandeiras, a expansão da rede de saneamento era a prioridade das prioridades. No nosso entendimento, e porque reunidas as condições, seria neste particular que se deveria ter efetuado um forte investimento direto por parte da Câmara Municipal. Esperemos que, de acordo com as prioridades estabelecidas por este executivo, esse investimento seja de facto uma prioridade. Não posso deixar de fazer referência às nossas Juntas de Freguesia daquilo que em termos financeiros tem sido o relacionamento da Câmara Municipal com estas instituições nos últimos anos. Vejamos: Não obstante o tão publicitado aumento de 15% nas transferências para as freguesias, os números dos últimos cinco anos dizem o seguinte - (estamos a falar de transferência corrente e de capital, não estamos a falar de investimento direto nas freguesias): 2015 - Total de transferências correntes e de capital para as Freguesias - 1.369.000,00€; 2016 - Total de transferências correntes e de capital para as Freguesias - 1.361.000,00€; 2017 - Total de transferências correntes e de capital para as Freguesias - 1.060.000,00€; 2018 - Total de transferências correntes e de capital para as Freguesias - 1.362.000,00€; 2019 - Total de transferências correntes e de capital para as Freguesias - 1.359.000,00€. Ou seja, em 2019, as transferências para as freguesias, eram menores do que em 2015. E a análise no que diz respeito a transferências para as instituições sem fins lucrativos: todos sabemos que mais do que palavras, estas instituições precisam e merecem ser objetivamente apoiadas. O que vimos nas contas de 2019 é que, pelo menos desde 2011, este foi o ano em que menos transferências foram feitas para as instituições sem fins lucrativos. Relativamente à dívida municipal, Senhor Presidente, assistimos à manutenção da trajetória de diminuição que já vem de há 12 anos para cá. Quando tomou posse a dívida era de 18 milhões de euros, mas se em anos anteriores, inclusive de 2018 para 2019, assistimos a uma diminuição em linha com aquilo que era previsto no plano de saneamento financeiro, ou seja, na ordem dos 4 milhões de euros, este ano a redução anual da dívida foi na ordem dos 2,3 milhões de euros; O montante final da dívida no ano de 2019 é sensivelmente 11,4 milhões de euros situando-se acima do montante previsto no plano de saneamento financeiro que seria à volta dos 9,7 milhões de euros. Pensamos que com saldo de gerência de 14 milhões de euros, uma dívida sustentável, uma situação financeira que permite, objetivamente, à Câmara Municipal aumentar o seu nível de investimento direto, assistimos à manutenção de um nível de investimento - que nós consideramos - baixo. Um grau de execução do PPI inferior a 28%. E nem tão pouco sequer, foi aproveitado o período que gerou um saldo de gerência de 14 milhões de euros para diminuir a dívida para os níveis previstos no plano de saneamento financeiro. Quanto ao investimento, estamos falados. Em suma: Perante uma situação financeira do Município, unanimemente considerada mais favorável, - não me lembro de uma situação tão favorável em outros anos anteriores - independentemente das opções que possam tomar - com um nível de liquidez muito superior ao passado, justificar-se-ia, com um saldo de gerência de 2018 superior a 8 milhões de euros, com um saldo de gerência de 2019 de 14 milhões

de euros, não podermos deixar de considerar de alguma forma difícil de entender o baixo grau de execução do investimento: 27,9% de grau de execução do investimento, e 67,00€ de investimento per capita, em 2019. Quem apresenta um saldo de gerência de 14 milhões de euros, Senhor Presidente, não pode dizer o contrário. Quem pode, de alguma forma, já não estar sob a alçada do plano de saneamento financeiro mesmo que, e muito bem, mantenha a intenção de cumprir o plano de dívida, não pode dizer outra coisa. Pensamos, Senhor Presidente, que: E eu volto à questão da água e do saneamento. E para terminar esse assunto que já vai longo: Eu acho que os oliveirenses perante esta realidade das contas, já sei que não foi essa a sua opção, mas, esperava sinceramente que houvesse um investimento mais direto da Câmara, no que respeita às obras e no que respeita à gestão da água e saneamento, no sentido de desagrar. Acho que era uma possibilidade efetiva. Embora haja outras opções que nós, evidentemente, temos de respeitar, mas não podemos deixar de as apontar. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Vera Aguiar**, do CDS/PP. =====*

===== Relativamente ao ponto 8, o CDS caracterizou o ano de 2018, que foi o primeiro ano do mandato do executivo atual, como um ano dedicado a medidas de cortes de despesas correntes e cortes de despesas supérfluas. Era o primeiro ano de um novo ciclo autárquico e o CDS não achou mal. A contenção era uma necessidade. O que agora assistimos é que, o ano de 2019 se caracterizou apenas nesta linha de gestão de curto prazo, focado no corte da despesa corrente. Se a Câmara se tratasse de uma empresa comercial, diríamos que estariam bem. Mas, não estamos a falar de uma empresa privada. Há muito mais para além desta análise de controlo orçamental da despesa. Este relatório de contas é efetivamente de toda a inteira responsabilidade do atual executivo, não podem reclamar de ninguém. O orçamento para o ano de 2019 teve a aprovação do CDS, pois tinha implícita a intenção de um avultado investimento em capital que o município se propunha a fazer em 2019 e seguintes, como já não se via há muitos anos. Também era natural, pois quando o Senhor Presidente e a sua equipa tomaram posse, o município vinha de um longo período de pagamento elevado do serviço da dívida, o que sobrava pouco para o investimento. E assim grandes investimentos foram sendo sucessivamente adiados. Então e agora o que verificamos? A receita do município atingiu valores recordes em 2019. A Câmara apenas executou 27,9% do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano que o CDS votou a favor. Efetivamente, não podem estar satisfeitos. Das duas uma, ou o orçamento elaborado para 2019 foi feito de uma forma inconsciente, sobrevalorizado, ou o ano de 2019 foi um ano de passividade. Provavelmente agora se cairá na tentação de sobrecarregar ao máximo o próximo orçamento para encher o olho em futuro e próximo ano de eleições. Quando o CDS votou a favor do orçamento de 2019, era para dar um voto de confiança ao executivo, independentemente de outras opções. O ano de 2019 foi efetivamente generoso para os cofres do município com aumentos significativos das receitas

por cobranças de impostos e por aumento das transferências do Estado central. Outro ponto que deverá merecer atenção é ao nível das contas de terceiros, verificam-se saldos credores elevados em algumas rubricas referentes a instituições e associações sem fins lucrativos. Estamos a viver um tempo impar, sem precedentes e sem um fim à vista, as consequências poderão ser devastadoras para um grande grupo de pessoas oliveirenses. Como estará o nosso município disponível para ajudar? Para chegar ao fim do ano com 27,9% de execução do PPI, desde muito cedo, em 2019, que a Câmara já ficou a saber que não conseguiria cumprir com o que tinha sido orçamentado. Então, porque não definiu logo um plano b, para poder avançar com algumas das sugestões aqui lançadas pelo CDS, com efeitos práticos e diretos na vida do quotidiano das 19 freguesias, para dar corpo a várias melhorias que vêm sucessivamente a serem adiadas e as suas populações, só com muita paciência conseguem esperar mais. Apenas para citar alguns exemplos: Ligação de Vilarinho a S. Luís vai ter de esperar, porque não avançou? A Ponte nova de Ossela vai continuar com um sinal de limitação de carga? Ficou à espera da sua reabilitação. A Rua do Mosteiro, em Cucujães, ainda falta a sua conclusão até à fronteira do Concelho. Porque não se procedeu à reabilitação da Avenida Ferreira de Castro, em Carregosa? Já nem é digna do seu nome nem serve as necessidades das indústrias aí instaladas num eixo Carregosa/Fajões/Cesar. A ligação de Teamonde ao centro de Carregosa? Até parece que pertence a Vale de Cambra, pois para chegar ao centro de Carregosa é um suplício. Gostaríamos só de deixar também ficar uma nota, relativamente à certificação legal de contas: Só realçar a necessidade realmente da especial atenção às reservas invocadas, nomeadamente na necessidade de averiguar a razoabilidade do valor considerado em provisões, dado a extensividade dos processos judiciais. Também julgamos que é de todo interesse a confirmação do registo da titularidade dos bens imóveis que integram o ativo do município, dado que a Câmara é a melhor entidade para poder tratar deste tipo de situações que julgamos também poderão ser facilmente controláveis. Em reta de conclusão: Julgamos que o ano de 2019 foi extremamente generoso. E o ano de 2020 e 2021 vai exigir muito de todos nós. As prioridades decorrentes do estado pandémico vão exigir muito de todos nós. E esse tem de ser o foco de todas as necessidades que muitos oliveirenses e muitas empresas já estão a passar. São dificuldades sérias. Ainda pouco sabemos do que aí vem em termos sociais. O resultado líquido, não podemos deixar de dar nota, efetivamente foi um bom resultado. E sabemos que não é lucro, mas que também surgiu em detrimento de atuações que não foram feitas. O que nos leva a pensar que 2019 foi um ano perdido em termos de investimento. Daí, também, depois, iremos manifestar a nossa intenção de voto, por esse motivo. Obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====*

===== Senhora Presidente, muito boa noite a todos. Estimo vê-los com saúde, aqui hoje. Vou falar primeiro sobre o ponto seis. Sobre o saldo de gerência tinha só uma questão para

colocar ao Senhor Presidente que era sobre os montantes (os grandes bolos) que foram colocados em Edifícios e Outras Construções e Infraestruturas. E a questão era: Se nos podia adiantar, se tem já alguma coisa que não tivesse antes e que agora esteja a pensar investir? Depois, em relação às contas: Quero primeiro colocar uma questão que o senhor deputado Bruno Aragão trouxe cá hoje: Os gráficos que trouxe, não discuto nenhum número. Os números são conhecidos. Só acho que podia acrescentar, para a apresentação ficar enriquecedora, também a capacidade de investimento que existia em 2015 e a que existe agora. Nem estou a falar da capacidade da questão do Plano de Saneamento Financeiro, falo da parte da receita que a Câmara tem hoje que não tinha há uns tempos. E uma das partes tem a ver com a arrecadação da receita proveniente de impostos. Como bem disse: não houve aumentos das taxas. Mas a economia nos últimos anos tem estado positiva e tem havido uma forte arrecadação de IMT, de IUC, da Derrama embora, como vimos, neste último ano baixou um bocado e infelizmente em 2020 vai ser menor aparentemente. Posto isto, eu gostava de fazer uma abordagem diferente do que se tem feito normalmente nestas assembleias, em relação aos números. E então, tomei a liberdade de fazer um breve cálculo para explicar o porquê de não concordar com as políticas que foram levadas a cabo pelo executivo neste último ano: E o número é 23.6%. 23.6% é a percentagem da receita total obtida pela Câmara que se tornou em resultado líquido. É a percentagem de receita que a Câmara não gastou. É a percentagem de receita que a Câmara angariou mas não investiu. É uma percentagem que são poucas as empresas que conseguem alcançar. Se estivéssemos a falar de uma empresa, com este rácio, possivelmente estaria aqui a dar-lhe os parabéns. Mas não estamos a falar de uma empresa. O fim último de uma empresa é a obtenção do lucro. O fim último de um município é o maximizar o bem-estar da sua população. Eu sei que o Senhor Presidente pretende e vai investir estes lucros que tem vindo a ter, não tenho dúvidas disso. O problema é que estes lucros sucessivos significam que os investimentos estão a ser adiados. Foram adiados em 2018. Foram adiados em 2019. Veremos se são adiados em 2020. Mas agora não creio que passem de 2021. O que traz felicidade e bem-estar aos oliveirenses não é ter dinheiro no banco da Câmara, o que traz felicidade e bem-estar aos oliveirenses é ver a resolução dos problemas do seu dia-a-dia serem resolvidos. E estes valores dariam para melhorar algumas dessas coisas. Só mais uma coisa: Até lhe posso dizer que sou apoiante da existência de superávits nas contas municipais, assim como nas contas nacionais. Pequenos superávits em períodos que a economia está mais favorável para compensar períodos de menor fulgor como aquele que infelizmente estamos a atravessar, mas nunca superávits desta magnitude. Obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Vou dar então aqui algumas explicações, sobre estas intervenções. Em relação á intervenção do senhor deputado Fernando Pais: O investimento municipal não foi dos mais baixos

dos últimos anos. Pelo contrário, foi dos mais altos nos últimos anos. Isso já foi aqui evidenciado. E só em 2015 é que tivemos um ano comparável em termos de investimento. É um facto que este não é o investimento que nós queremos para o nosso concelho e é um facto também que não é este investimento de PPI que nós queremos para o nosso concelho. Mas é inegável que, nós tivemos um aumento de 2,25 milhões de euros em termos de investimento no PPI, em relação a 2018. O que se traduz num acréscimo da ordem dos 95%. Isto é que é absolutamente inegável. Como sabem (e eu aproveito para responde também à intervenção da Vera), nós temos um investimento que é fortemente condicionado (volume de investimento) pelas grandes obras. Quando nós não temos grandes obras, é evidente que o investimento custa a aparecer. Mesmo que tenhamos muitas pequenas obras, é evidente que essas muitas pequenas obras somadas não representam o que representa, por exemplo, uma grande obra como o Cineteatro Caracas (que vai arrancar- espero eu - na próxima segunda-feira). Portanto, estamos a falar de um investimento de mais de 54 milhões de euros. Portanto, são esse tipo de investimentos que ajudam a alavancar o investimento concelhio. Não há aqui nenhum tacticismo político. Nós não fazemos uma gestão dos processos de maneira a que isto calhe em ano eleitoral. Nós fomos confrontados com um conjunto de vicissitudes que nos obrigaram naturalmente a fazer uma redefinição de muitas das obras que estavam no PEDU. Tivemos que negociar a abertura de novos Avisos. Tivemos que fazer projetos, ainda estamos agora a fazer projetos para algumas dessas obras. E é isso que condiciona a nossa capacidade de investimento. Nós vamos ter o Cineteatro Caracas finalmente a arrancar. Contamos também, enfim, ter a possibilidade - estamos neste momento numa fase de apresentação de propostas - de termos também a obra do Fórum Municipal a arrancar. Estamos a trabalhar também no projeto para o Parque Urbano, para o lançamento de um concurso de ideias e depois para adjudicação do projeto para o Parque Urbano. E temos, enfim, um conjunto enorme de obras que nós queremos rapidamente avançar. Quanto mais rapidamente conseguirmos avançar melhor. Mais rapidamente elas estarão disponíveis para que a comunidade delas possa desfrutar. É evidente que, quando nós olhamos para um saldo de gerência de 14 milhões de euros, é vidente que, nós podemos dizer que se isto fosse uma empresa era excelente sendo na Câmara isto já não é excelente. Não. É excelente na mesma. É excelente na mesma porque nós devemos gerir uma Câmara Municipal com o mesmo rigor que gerimos uma empresa. Este saldo de gerência resulta de um conjunto de questões que deviam ter acontecido em 2019 e não aconteceram. Mas nós temos uma parte substancial deste saldo de gerência já comprometido no exercício de 2020. Nós temos, por exemplo, o fecho dos sistemas de abastecimento de água - o financiamento da Câmara Municipal - a tal POSEUR - 937.197,35€. Temos também aqui a reabilitação da Escola Ferreira da Silva onde a Câmara vai ter que investir 185.000,00€. Temos também aqui os planos de combate ao insucesso escolar onde a Câmara vai ter que investir 114.000,00€. Temos aqui as alterações das luminárias com tecnologia led, vários projetos 1ª, 2ª e 3ª - Fase, onde a Câmara vai ter que entrar com a sua comparticipação. Temos aqui a reabilitação do Cineteatro Caracas onde a Câmara vai ter que investir perto de 1.850.000,00€. Temos aqui a reabilitação da Casa

Sequeira Monterroso onde a Câmara vai ter que investir (estou a falar do orçamento municipal, para além dos fundos comunitário) mais de 1.000.000,00€. Estou a falar da reabilitação da Piscina Municipal, da reabilitação energética, onde a Câmara vai ter que investir 242.000,00€. Estou a falar da reabilitação da Escola de Fajões onde a Câmara vai ter que investir 624.000,00€. Assinamos o auto de consignação esta semana e vamos lançar a 2ª - Fase da Escola de Fajões também, espero eu, muito rapidamente. Temos também a requalificação de Jardins-de-infância e das EBI onde, se avançarmos com a totalidade das obras que estão previstas nas escolas, estamos a falar de um esforço municipal de 680.000,00€. Estamos a falar da criação de ciclovias no centro da cidade, se avançarmos com esta obra 115.000,00€. Estamos a falar do Centro Coordenador de Transportes e requalificação do Mercado Municipal 467.000,00€. E, portanto, rapidamente chega aqui a compromissos, só para estas obras, e não lhe falei aqui de um conjunto vastíssimo de obras que nós temos que realizar e que constam do PPI, de 6.836.087,74€. Só nisto. Portanto, está a ver que nós temos muito efetivamente onde investir. E nós temos um conjunto gravíssimo de problemas ainda por resolver e nunca o negamos. Portanto, esses problemas que eu hoje já aqui identifiquei: da nossa rede viária profundamente degradada; das necessidades que todos reconhecemos que temos de fazer investimentos mais expressivos na rede de água e saneamento; do edificado público que está muito degradado; da necessidade que temos de mais espaços verdes; da necessidade de nós reforçarmos os apoios às Juntas de Freguesia, às nossas IPSS's, ao nosso movimento associativo. Nós temos efetivamente muito onde gastar o dinheiro. Temos um caminho enorme para fazer no domínio da eficiência energética também, porque é absolutamente fundamental começarmos a poupar através dessa via. Mas, dizia eu, respondendo ao drº Fernando Pais, este orçamento não é um orçamento que tem falta de rigor. Quando nós nos referimos a um orçamento que tem falta de rigor, significa que nós temos lá valores completamente inflacionados e temos um conjunto vastíssimo de obras, como acontecia com Planos Plurianuais de Investimentos anteriores, que já estavam inclusive executadas. E elas constavam lá dos Planos para execução no futuro. Havia muitas mesmo. E é desse rigor que nós estamos a falar. Portanto, neste Plano Plurianual de Investimentos não tem esse tipo de obras nem tem obras inflacionadas, por um lado, nem tem obras que já estão executadas e que constam desses Planos. A receita aumentou 1.500.000,00€-. É verdade. Mas esqueceu-se de dizer que a despesa aumentou 2.100.000,00€. Portanto, percebemos aqui exatamente do que estamos a falar. Impostos e Taxas: Pronto. É um argumento como outro qualquer. Ascenderam a 14,3 milhões de euros. É uma afirmação popularucha. Eu podia-lhe dizer assim: Bem, os 14,3 milhões de euros dão para pagar os 13,5 milhões de euros que nós temos de vencimentos na Câmara Municipal. É evidente que as coisas não se fazem assim. Não é assim que nós devemos falar. O que é um facto é que os impostos municipais praticamente estabilizaram. E portanto, já aqui foi dito, naquilo que se refere aos impostos diretos nós tivemos praticamente uma estabilização. E, portanto, não é verdade que nós tenhamos uma arrecadação substancial dos impostos. Diz que com um saldo de gerência de 14 milhões de euros e com um investimento em PPI de 4,6 milhões de euros torna-se difícil explicar

aos oliveirenses porque é que não se baixou os impostos. Nós baixamos o IMI, os oliveirenses já estão a sentir este ano, perto de 600.000,00€, e hoje vamos ter a oportunidade de ver um noivo abaixamento de 1,1 milhões de euros. Portanto, são, digamos, investimentos fortíssimos que estamos a fazer, não só, nas famílias, mas também, nas empresas porque este é um imposto transversal. E estamos a falar num mandato de reduzir, só em termos de IMI, 1,7 milhões de euros. Estamos a falar de passar o IMI de 0,375 para a taxa mínima e o concelho de Oliveira de Azeméis passa a ter condições de atratividade diferentes das que tinha no passado. Eu já expliquei aqui que uma grande parte do Saldo de Gerência fica comprometido com estes projetos que temos em curso. Mais uma vez utilizou a receita total, que dá 700€ por cada munícipe, e a despesa total dá 500€, mas depois faz o exercício dos 67€, confrontando esses valores com os do PPI. O PPI não é aquilo que o município investe. Portanto, o investimento total do município é completamente diferente do investimento no PPI. Eu estou a falar precisamente no que disse. Se pegar nos 67 mil oliveirenses, se dividir por esses 6,7 milhões de euros; vai perceber que estamos a falar de 100€ e não dos 67€ que está a falar. Repare: este tipo de coisas não devem ser trabalhadas, nós devemos ser rigorosos nestas coisas. E quando quer falar no que se investiu em cada oliveirense por ano, deve ir buscar o investimento total e não o Plano Plurianual de Investimentos, com sabe. Isso é falsear as contas, isso não é bonito. Deixe-me dizer-lhe só o seguinte: Diz aqui que, em relação a 2018, temos um aumento de investimento de 2 milhões de euros no ordenamento do território, estaleiros, iluminação pública, etc.... Diz que são investimentos prioritários para o executivo mas não são prioritários para os senhores. Eu acho que os Estaleiros é um investimento prioritário para todos. Resolvemos um velho problema do passado e, resolvemos, sobretudo um equipamento que tinha uma renda pesada todos os meses. E, portanto, eu julgo que é importante resolver isto. Eficiência energética: Até pelos gráficos que apresentamos, não há dúvidas em relação à importância de continuarmos a fazer investimentos fortíssimos. Estamos a falar de poupanças substanciais. E não estou a falar só de poupanças financeiras. Porque nós muitas vezes cometemos esta imprudência de falar apenas nas poupanças financeiras, mas estamos a falar também em poupanças ambientais substanciais e da qualidade de iluminação pública que nós temos. “Um Parque Urbano, não é fundamental. Uma Oficina de Artes, não é fundamental.” Bem, isso são questões que nós respeitamos. Eu sei que o que não é fundamental é o que nós pagamos pela Quinta da Cachana e pelo terreno do Polo de Inovação e Cultura (PIC), que está lá abandonado ou, então, se quiser, pela estátua do Milénio, onde pagamos 130.000,00€ e nem sabemos o que é que lhe aconteceu. Isso é que são investimentos substanciais, é dinheiro perdido. Nós estamos a falar de ativos importantes que se vão valorizar, não tenho nenhuma dúvida em relação a isso. Referiu aqui, mais uma vez, a verba do saneamento; de investimento de 88%, 13.000,00€, que, enfim, em função do ano de 2018 tivemos um crescimento de 88%. Aqui esqueceu-se de falar da água. E, portanto, separou apenas a componente saneamento e não lhe juntou a componente água. E depois temos aqueles gráficos que ali estão. Porque, repare: em 2013, tivemos 25.000,00€ de investimento em água e saneamento; em 2014, tivemos 14.000,00€ ou 15.000,00€; em 2015,

tivemos 400.000,00€ de investimento, em saneamento; em 2016, em água e saneamento, tivemos 13.900,00€; em 2017, em água e saneamento, tivemos 96.000,00€; em 2018, em água e saneamento, tivemos 414.000,00€; em 2019, em água e saneamento, tivemos perto de 800.000,00€. Estas são as diferenças e rapidamente se percebe por aquela curva que ali foi descrita. Referir a relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, IPSS'S e as outras entidades, quando uma das primeiras medidas que nós tomamos foi de aumentar em 15% as transferências para as Juntas de Freguesia, é naturalmente não reconhecer o esforço que nós estamos a fazer. Eu julgo que, as Juntas de Freguesia, são elas próprias que poderão afiançar aquilo que está a ser feito no domínio do apoio que nós lhes procuramos prestar num conjunto de investimentos que são muito importantes para as Freguesias. É evidente que ouvi aqui a senhora deputada Vera Aguiar referir um conjunto vastíssimo de aspetos, com os quais eu concordo. Eu concordo com todas estas questões que mencionou aqui da Avenida Ferreira de Castro, da Rua do Mosteiro da ligação a Vilarinho de S. Luís e tantas, tantas, outras que podíamos aqui identificar bastava pedir a cada um dos presidentes que eles rapidamente enchiam aqui uma lista. E é precisamente para isto que é importante ter dinheiro. Porque, obviamente, nenhum de nós quer ter uma rua como a Rua do Mosteiro, que é uma rua importantíssima, numa Freguesia importante do nosso Concelho, que é uma rua que é inenarrável. Eu julgo que é quase indescritível classificar o perigo que aquela rua representa para os automobilistas e também para os peões e era importante que conseguíssemos resolver definitivamente o problema daquela rua. Por isso é que nós neste momento estamos a trabalhar no projeto para a requalificação daquela rua que, esperamos, ainda durante o mês de maio esteja disponível para que possamos trabalhar esse investimento. É evidente que não é uma coisa fácil, não é uma coisa fácil. Mas também não fomos nós: Eu estive presente no dia em que se anunciou a estrada para Vilarinho de S. Luís, que nunca chegou a ser concretizada. Há uma diferença, nós não anunciamos nem prometemos em campanha eleitoral a estrada para Vilarinho de S. Luís. E já foi adjudicada. Essa é que é a diferença. Portanto, é esse caminho que nós queremos continuar a fazer. Dizia eu: quando nós comparamos os investimentos - Eu só vou referir aqui um número: o investimento do município em 2018 mais as transferências de capital para as juntas de freguesia e para as outras entidades, estamos a falar de 3,58 milhões de euros. Em 2019, o investimento do município mais as transferências de capital para as juntas de freguesia e para as outras entidades, são 6,69 milhões de euros. É disso que nós estamos a falar. Portanto, estamos a falar de uma variação anual de 2018 para 2019, de 3,1 milhões de euros. É isto que é relevante e é isto que é importante assinalar. Nós temos efetivamente aqui um ano que é um ano atípico, é um ano onde nós temos efetivamente dificuldade em competir, não conseguimos competir com o ano de 2016 onde os subsídios totais atribuídos foram na ordem dos 4,4 milhões de euros. É realmente um ano extraordinário. Mas é um ano extraordinário porque tem lá o relvado do Cesarense com 300.00,00€, tem lá o relvado do Carregosense com mais 300.00,00€, tem o relvado do Macieirense com 135.000,00€, tem também as obras no campo do Viso com 60 e não sei quantos mil, tem as obras no pavilhão do

Clube Desportivo de Cucujães com 40 e tal mil, tem também as obras no Auditório da Ferreira da Silva. Enfim, eu acho que escuso de explicar do que estou a falar, toda a gente percebe este investimento que foi realizado este ano. Portanto, aquilo que eu tenho para vos dizer, em relação ao nosso desempenho: E deixe-me corrigi-lo drº Fernando Pais: a dívida, não era de 18 milhões de euros, era de 18, 2 milhões de euros quando nós chegamos ao executivo. Nós reconhecemos que não reduzimos a dívida conforme estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro, que está suspenso. Portanto, não somos sequer obrigados a cumpri-lo. Mas queremos cumpri-lo, fizemos ponto de honra em cumprir o Plano de Saneamento Financeiro. E queremos chegar, conforme eu disse, ao ano de 2020 com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro completamente liquidados. E, portanto, faltam-nos cerca de 3 milhões de euros para o fazer. E vamos pagar esses 3 milhões de euros. Agora, nós nunca perdemos o norte, em relação aos muitos investimentos que temos para fazer no nosso concelho. E por isso é que eu acho surpreendente que nós consigamos dizer que temos dinheiro para fazer tudo e mais alguma coisa, que temos dinheiro para pagar os 4,3 milhões de euros do aditamento, para pagar as obras da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, Bem, se o processo for esse? O senhor nunca mais vai ter saneamento em Loureiro, garanto-lhe. Nunca mais vai ter saneamento em Loureiro e o senhor também nunca mais vai ter saneamento em Fajões. Aquilo que nós temos que fazer é aquilo que está a ser feito, é uma gestão rigorosa que não é uma gestão empresarial mas é uma gestão que tem que ter o rigor de uma gestão empresarial, para libertar recursos financeiros que nos permitam resolver muitos destes problemas. Eu hoje quis trazer-vos aqui este conjunto de gráficos que é para vocês perceberem de onde é que aparecem essas disponibilidades. Essas disponibilidades, não aparecem de cortes mórbidos no investimento, aparecem de poupanças substanciais que se estão a fazer e que todos lucrámos com isso - Deixem-me que vos diga. É muito importante nós trazermos para a administração pública, seja para o Estado Central seja para o Poder Local, este tipo de rigor. Nós termos uma gestão minuciosa dos recursos financeiros que nos são confiados, é absolutamente determinante. E aquilo que eu espero é que, esta curva de tendência que nós temos continue a manter-se, no sentido de gerarmos cada vez mais recursos que nos permitam, com capitais próprios, fazer os investimentos que são necessários. Porque, meus caros amigos, os fundo comunitários não são eternos. E muito daquilo que é o investimento nacional e muito daquilo que é o investimento nos municípios está suportado nos fundos comunitários. E nós temos de começar todos a trabalhar e a refletir sobre isto, no sentido de dotar os municípios de capacidade financeira para desenvolverem e implementarem políticas públicas suportadas nos recursos que conseguem gerar e não nos recursos que conseguem, ao abrigo dos quadros comunitários, obter. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido **apreciado e deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas Individuais relativas ao ano de 2019, com a seguinte votação: - a favor: onze votos do PS e o***

19 15 05 2020

voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - contra: cinco votos do PSD e um voto do CDS/PP; - abstenções: uma do PSD e uma do CDS/PP. =====

===== Ponto nove: - Quadro de medidas excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal - COVID-19 (I/44077/2020) - Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - A emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020; - Que foi declarado pelo Presidente da República o estado de emergência, através do Decreto n.º 14 -A/2020, de 18 de março, o qual veio a ser renovado pelo Decreto n.º 17 -A/2020, de 2 de abril e Decreto n.º 20-A/2020, de 17 de abril e Decreto da Presidência de Conselho de Ministros n.º 2-C/ 2020, da mesma data; - Que o Governo tem vindo a aprovar um conjunto de medidas extraordinárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID -19, em diversas matérias, designadamente no âmbito de apoio à economia, social e de apoio ao emprego e postos de trabalho, serviços públicos; - Os impactos relevantes na economia, no emprego, na coesão social local, o Município reconhece a necessidade de complementarmente à ação Governativa, serem adotadas medidas excepcionais e temporárias de emergência social e económica municipal, para além das que já realiza, de mitigação da crise social e económica (que se encontram publicadas no sítio de internet da autarquia), visando minimizar os efeitos desta pandemia para a coesão territorial e para a sobrevivência de muitas famílias oliveirenses; - Que constituem atribuições dos Municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da Educação, Saúde, Ação Social, Proteção Civil e Promoção do desenvolvimento, conforme decorre do artigo 2.º, e alínea d), g), h), j), e m), do n.º 2, do artigo 23.º, Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que os municípios dispõem de poderes tributários, nomeadamente concessão de isenções e benefícios fiscais (alínea d) do art.º 15 e n.º 9 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03.09-RFAL e posteriores alterações); - A publicação em 10 de abril, da Lei nº 6/2020 (com efeitos a 12 de março), que fixa um regime excepcional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 (art.º 1º); - Que durante a vigência da Lei n.º 6/2020: a) O reconhecimento do direito à isenção previsto no n.º 9 do art.º 16.º do RFAL, é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento das normas do regulamento referido no n.º 2 do mesmo artigo, salvo em situações excepcionais devidamente fundamentadas e diretamente relacionadas com as medidas de combate à pandemia da doença COVID-19, nas quais se dispensa a necessidade de aprovação de regulamento pela assembleia municipal; Não podendo neste caso a isenção, total ou parcial, ter duração superior ao termo do ano civil em curso, não abrangendo quaisquer impostos previstos na citada Lei n.º 73/2013; b) Considera-se delegada no Presidente da Câmara Municipal a competência para a prestação de apoios a

peessoas em situação de vulnerabilidade que se circunscreverem no âmbito e associadas ao combate à pandemia da doença COVID-19, alínea v) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, independentemente da existência de regulamento municipal ou de parceria com entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social; Estas isenções/apoios devem ser comunicados aos membros da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas sobre a sua prática; Ao abrigo do disposto dos decretos do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março, o qual veio a ser renovado pelo Decreto n.º 17 -A/2020, de 2 de abril e Decreto n.º 20-A/2020, de 17 de abril e Decreto da Presidência de Conselho de Ministros n.º 2-C/ 2020, da mesma data e posteriores alterações; do artigo 1.º, 2.º, 7.º e 9º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março; artigo 2º e 4.º, e alíneas d), g), h), j), e m), do n.º 2, do artigo 23.º e alíneas b), c), d), e h) e j) do n.º 1, alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, alíneas, e), o), r), u), v), ff) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, conjugado com os artigos 6º, 15º, 16º, 18º, 20º, e 21º da Lei nº 73/2013, e posteriores alterações, os artigos 1º, 2º, e 4º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril e ainda nos termos dos artigos 4º a 11º, 15º, 155º, 156º e 164º do CPA. Propõe-se, nos termos, pelos fundamentos e ao abrigo das disposições legais citadas, atendendo às circunstâncias supervenientes da declaração de Estado de Emergência e respetivas renovações, de calamidade epidemiológica, de força maior e, nessa ordem, de relevante interesse público local, a aprovação do Quadro de medidas excecionais de Emergência Social e Económica Municipal - COVID 19, documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com efeitos imediatos, quando se mostre possível e aplicável, ou logo que realizados os respetivos atos/despachos/protocolos de execução às mesmas. Remeta-se à aprovação/ratificação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições legais e para os efeitos retrocitados.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *São um conjunto de medidas que nós submetemos à vossa consideração. Um conjunto de medidas que, naturalmente, visam apoiar as famílias, apoiar as empresas. E aquilo que nós, neste ponto, pretendemos foi tentar criar um conjunto de medidas que tenham um impacto a curto prazo, mas também tentar ao mesmo tempo, apresentar-vos, apresentar aos oliveirenses um conjunto de medidas que tenham impacto no médio prazo. Isto significa que é importante dar um sinal de confiança e de esperança para o futuro às pessoas. Os problemas das pessoas não se vão extinguir nos próximos dois ou três meses, os problemas das pessoas vão perdurar no tempo. E, portanto, nós temos que ter um conjunto de medidas que permitam, por um lado, dar uma resposta de emergência, mas é fundamental também que nós tenhamos um conjunto de medidas que permitam às pessoas sentirem os apoios que lhes prestamos no tempo. E daí que nos tenhamos aqui um conjunto de medidas que visam dar respostas, ao nível das necessidades dos alunos, ao*

nível das necessidades de arrendamento, ao nível das pessoas que poderão ter dificuldades na compra de medicamentos, ao nível das refeições. Mas temos também um conjunto de medidas de natureza mais estrutural que passam pela atribuição do Vale Educação a um universo de alunos que até ao momento não eram contemplados, os alunos do terceiro ciclo, e também duas medidas que consideramos que são sinais importantes, uma delas: a redução do IMI no valor de 1,1 milhões de euros, portanto, reduzirmos de 0,35 para 0,30 e também fazermos um investimento de 1,1 milhões de euros nas nossas zonas industriais. Uma das condições que é importante neste processo é que: todos nós tenhamos a consciência de que não nos podemos limitar a apresentar um conjunto de medidas com um valor e fechar o processo. Isto é um ponto de partida, é um pontapé de saída. E é muito importante que todos nós tenhamos a disponibilidade para ir evoluindo em função do quadro com que formos sendo confrontados. Eu reconheço, com toda a humildade, que, não faço a menor ideia do que vem por aí, não faço mesmo a menor ideia. Eu estive a tentar obter os números de desemprego do nosso concelho. Tenho os números de desemprego até março, mas não tenho os números do desemprego em abril e era muito importante termos os números de desemprego em abril. Tivemos, curiosamente, um pico muito forte de desemprego em fevereiro, mas tivemos, curiosamente, um abaixamento desse pico em março. E, portanto, gostaria de perceber agora em abril, se voltamos a ter um novo pico, se temos uma estabilização do número ou, se, até reduziu. Mas dizia eu, que as necessidades das nossas IPSS's, as necessidades das famílias, algumas delas vão ter elementos que vão perder o seu emprego, há muitas empresas que vão ser seguramente confrontadas com dificuldades, algumas delas já tinham essas dificuldades e viram a sua situação agravada, - dizia eu - que nós não podemos limitar-nos a apresentar um pacote de medidas e achar que o nosso trabalho está feito. Muito menos é importante apresentá-las primeiro que os outros. Não é isso que importa. O que importa é que as nossas medidas sejam as medidas corretas e adequadas à nossa realidade e, sobretudo, que as nossas medidas sejam dirigidas para quem delas precisa. Seria tremendamente terrível que nós estivéssemos a adotar um conjunto de medidas que não fossem direcionadas efetivamente a quem perdeu rendimentos. Esta crise originou outra crise. Originou essa crise económica e aquilo que é nossa responsabilidade é naturalmente procurar dar uma resposta que seja o mais abrangente possível. E foi isso que procuramos fazer quando apoiamos as famílias, quando apoiamos as empresas, quando apoiamos as corporações de bombeiros, quando apoiamos as juntas de freguesia, quando apoiamos o movimento associativo, etc. Mas, naturalmente que, a primeira coisa que se pode dizer em relação a tudo isto, é que uma ou outra verba é curta, uma ou outra verba é pouco e, portanto, que havia necessidade de se fazer um esforço maior. Pois, é essa a disponibilidade que eu vos estou a pedir. É disponibilidade para nós, no futuro, e caso seja necessário - e espero que não seja necessário - era bom que não fosse necessário, mas caso seja necessário todos nós tenhamos a disponibilidade para fazer esse esforço de apoiar a nossa comunidade num momento particularmente difícil que nenhum de nós quis, que nenhum de nós desejou, mas que é uma realidade e que está a ter consequências que, enfim, todos nós antevemos

muito difíceis. E, portanto, este pacote de medidas, que aqui está referido de 3,3 milhões de euros (em números redondos), é um pacote de medidas que visam dar uma primeira resposta às necessidades da nossa população. Eu queria só pedir-vos para vocês aceitarem uma correção, na listagem que vos foi enviada, essa correção na reunião de Câmara foi feita e por lapso não veio aqui indicado os noventa mil euros de apoio às AAAF's e às CAF's que já está a ser dado. Pediamos que considerassem esse valor neste conjunto de medidas de apoio económico e social que estamos, aqui, hoje a aprovar.=====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais, Bruno Aragão, Vera Aguiar, Helga Correia.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.*=====

===== *Estamos a falar num quadro de medidas excecionais de emergência social económica municipal que, evidentemente, nem sequer merece discussão. A única discussão que eventualmente possa merecer é que, mesmo a atribuição destas medidas, parece sempre para quem recebe exíguas, relativamente às necessidades das pessoas. Em momentos de dificuldades especialmente severas como aquele que atravessamos, com impactos relevantes na economia, no emprego e na coesão social, justifica-se a adoção de medidas excecionais destinadas a apoiar as famílias carenciadas ou com diminuição de rendimentos, empresas ou profissionais liberais que, tendo encerrado ou diminuído as suas atividades, terão dificuldades em cumprir compromissos e retomar a seu normal funcionamento, assim como o tecido institucional local, designadamente social, cultural, educativo e desportivo. Interpretando aquela que é a sua responsabilidade e âmbito de atuação, o Município tem de reconhecer que a sua ação é complementar à que deve ser assumida e desenvolvida pelo Governo, no contexto nacional, designadamente através do lançamento de fortes estímulos à revitalização e relançamento da economia, através de sistemas de apoio às micro e pequenas empresas e profissionais liberais, à criação e reforço de linhas de crédito, ao alargamento da base de aplicação do lay-off, entre outras, assim como de extensão e reforço dos instrumentos de apoio social, designadamente nas situações de desemprego, perda de rendimento familiar e carência social. Estamos a falar de medidas de execução imediata e de apoio ao rendimento das famílias e das empresas da região, com o objetivo de mitigar os efeitos económicos e financeiros provocados pela pandemia da Covid-19. Torna-se importante reforçar o fundo de emergência social dirigido às famílias, às instituições sociais e à aquisição de todos os bens, serviços e equipamentos que se tornem necessários nesta situação de emergência, agora calamidade. “São contributos para a economia, no momento presente, em que é preciso que as empresas tenham liquidez, num cenário de escassez de receitas, ou até nenhuma, e também para que as pessoas possam manter algum rendimento, se não for possível.” Já devem ter reparado*

que o foco da minha intervenção significa que a intervenção quer do Estado central quer, do estado local, dos Municípios tem que ser no agora, no momento. E nós vemos qui que grande parte daquilo que é apresentado pelo Município como medidas Covid, são medidas que só se vão refletir em 2021; mormente uma redução da taxa de IMI de 0,35 para 0,30, que só é aplicável em abril de 2021; temos aqui o reforço da dotação no PPI 2020 em investimentos ou melhorias das condições nas zonas industriais do Concelho. Concordamos e subscrevemos por baixo estas iniciativas. Não achamos que esta segunda iniciativa seja uma verdadeira medida Covid, no sentido de fazer uma intervenção imediata sobre as situações carenciadas; e, nomeadamente na isenção de Derrama para as empresas que faturem mais de 150.000,00€ por ano. Curiosamente, esta última proposta vem de encontro a uma proposta que eu já tinha feito na altura em que se discute isto, que é em novembro, de fazermos isto. Eu acho que, devemos acrescentar que salvo o devido respeito pelo mérito de tais medidas, - não as pomos em causa - como disse, só pomos em causa de facto alguma escassez dos valores atribuídos, mas também compreendo que os recursos são escassos - certo que as mesmas só se vão repercutir em 2021, pelo que não faz sentido, no nosso entendimento, apelida-las de medidas Covid. É agora Senhor Presidente que estamos num período difícil e a intervenção tem que ser imediata. Amanhã pode ser tarde. A emergência é atual, é-o agora. O desemprego está a crescer, as empresas começam a ter dificuldades e algumas completamente irresolúveis. Nestas 3 propostas - diga-se sensíveis e meritórias e que mereceram a nossa aprovação os efeitos só se vão verificar em 2021 (abril) onde muita coisa poderá já ser irreversível. Na realidade não tem nada a ver com medidas COVID, nem tem nada a ver com medidas de emergência. Parece querer soltar um sound bite de 3 milhões para apoio às famílias, para apoio às empresas que não resolve - esta é que é a situação que eu quero aqui deixar vincada - no imediato, as situações carenciadas. O que se poderia fazer? E num esforço também de se dizer que a nossa posição não é de criticar é de fazer. E uma das coisas que se podia fazer, Senhor Presidente, era, eventualmente, fazer-se uma redução do IMI para as pequenas e médias empresas aplicável já neste ano em 20%. Eu já antecipo um bocado essa situação: Isto é perfeitamente exequível; Isto poderá funcionar exatamente como a descida que nós aprovamos no ponto anterior, relativamente às taxas de saneamento. Ou, então uma redução do IMI, também para as famílias, também em 20%, aplicável este ano, para habitação própria e permanente. Quem tiver várias casas, só tem a redução na casa onde habita. Mas, só queria fazer esta achega, acho que é importante o apoio. Todo o apoio é importante. Portanto, nós não vamos discutir aqui rigorosamente nada. Teríamos evidentemente outras opções. Mas também compreendo, são opções de caráter estratégico. E aquilo que está aqui está bem, apesar de nós depois fazermos uma declaração de voto. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== *Tivemos já hoje oportunidade de refletir sobre a situação que vivemos, sobre o seu impacto, sobre a perplexidade com que continuamos a olhar para o que acontece à nossa volta e para o que se passa nos outros países. A maioria de nós sentirá um receio do desconhecido como talvez nunca imaginámos. A incapacidade que temos de prever o que possa acontecer é quase tão grande como a determinação que temos para o enfrentar e isso é, talvez, a nossa grande vantagem. A esperança com que continuamos a olhar para o futuro, mesmo com receio. Essa esperança depende, em muito, da capacidade que o Estado, central ou local, tem e terá para fazer face aos desafios de saúde pública, de recuperação económica e emergência social que inevitavelmente se colocarão. Sabemos hoje que, aconteça o que acontecer, teremos, do ponto de vista social e económico, longos meses pela frente. E este reconhecimento tem que ir balizando as nossas opções e informando as medidas que tomamos. É a percepção de que teremos meses de recuperação e emergência que nos deve fazer adotar medidas imediatas, que mitiguem necessidades que já se sentem e que se irão agravar, mas ao mesmo tempo encontrar medidas que possam ter um forte impacto na recuperação a médio prazo e que possam ajudar empresas e pessoas a antecipar e a perceber esses apoios. O pacote de medidas de apoio social e económico que agora discutimos, de aproximadamente 3,3 milhões de euros, permitir-nos-ás enfrentar as consequências e os desafios desta pandemia e mitigar muitas das dificuldades que inevitavelmente se sentirão. Esse pacote tem dois grandes eixos e sobre eles recupero o que sobre isto tive oportunidade de dizer:*

- 1. Um eixo com medidas de contingência. Medidas de impacto imediato que respondem à perda de rendimento das famílias, às necessidades das instituições, às dificuldades do comércio local. Estas medidas são tão mais eficazes quanto mais dirigidas forem, isto é, (numa linguagem simples) pondo o dinheiro onde ele realmente faz falta. O apoio às pessoas com rendimentos mais baixos é um exemplo que todos percebemos e com o qual, não tenho dúvidas, todos somos solidários.*
- 2. Um eixo com medidas de recuperação de médio prazo. Medidas mais transversais, que procuram a médio prazo criar condições de recuperação e de reforço da nossa competitividade. A baixa do IMI é um exemplo claro, com repercussões diretas na vida das pessoas e das empresas. Tal como o investimento nas zonas industriais é agora ainda mais fundamental para facilitar a competitividade das empresas. Quando as empresas decidirem abrir ou fechar, que é a questão que muitas colocam, quando as famílias resolvem pensar se têm que mudar de casa, diminuir a renda ou até vender a casa que têm, é absolutamente fundamental que percebam as condições que este Município está preparado para lhes oferecer. Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo, o Partido Socialista não pode deixar de fazer dois alertas: 1. Que a adoção das medidas de carácter imediato possa ser célere e nos tempos em que estão previstas. O apoio é fundamental, mas o tempo do apoio também. 2. Que o executivo esteja disponível para poder reforçar alguma medida que se revele necessária. 3. Que o executivo tenha para com os planos de apoio que a autarquia vinha já implementando, o mesmo esforço de execução que pedimos para estas medidas. 4. Que tenha sobre estes planos a disponibilidade de reforço financeiro se a avaliação das necessidades assim o exigir. Independentemente do que cada partido entenda*

legitimamente votar neste ponto, favoravelmente se concorda e desfavoravelmente se discorda, há duas coisas que não podemos deixar de fazer: 1) Esperar que elas se cumpram e executem e 2) Fazer a devida avaliação do seu cumprimento. É este o espírito do Partido Socialista. Um esforço de cooperação, em total disponibilidade, e num registo de trabalho e proximidade. Hoje ainda mais. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Vera Aguiar**, do CDS/PP. =====*

===== Relativamente a este ponto, começo por referir que, toda a intenção de promover medidas extraordinárias de apoio serão bem-vindas e necessárias para dar apoio a todas as famílias e entidades que já estão a viver dificuldades e que muitas outras com certeza que irão viver dias bem difíceis. Não podíamos deixar passar sem dar nota aqui de algumas situações que julgamos pertinentes, no sentido de acharmos que algumas medidas apresentadas pecam por não serem efetivamente medidas de efetiva emergência, que já deveriam ter tido alguma atuação nesse sentido outras porque terão efeitos apenas a longo prazo e outras porque têm mesmo uma curta duração. Vou então só aqui dar nota de duas ou três questões, nomeadamente, por exemplo, na questão da suspensão de pagamentos de estacionamento de superfície durante os meses de março a junho. Isto efetivamente é um período que foi de emergência, em que as movimentações foram muito poucas e que foram restritas, portanto, as pessoas acabaram por ficar muito em casa. Será que não era uma medida que deveria ter um efeito a longo prazo ou, pelo menos, avaliar a continuidade desta suspensão do pagamento de estacionamento de superfície? Será que o Covid vai efetivamente ficar irradiado no próximo mês? Outra situação que também gostaríamos de deixar ficar nota, tem a ver com a questão da redução do IMI. Efetivamente é uma medida, mas só vamos ter efeitos diretos no ano de 2021. Atualmente as nossas famílias já estão a passar e estão a viver com algumas dificuldades, se não mesmo bastantes. E só para também deixar aqui ficar mais uma nota: a proposta de reforço de dotação do PPI de 2020 em 1.100.00,00€ em investimentos na melhoria das condições das zonas industriais do concelho que também é para 2021. Aqui a questão também é o reforço. A matemática é a única ciência exata e nós que estudamos matemática ficamos a saber que o reforço de zero é precisamente zero. Portanto o Senhor Presidente, não vai reforçar nada, está a fazer no fundo um aproveitamento político de uma desgraça para anunciar medidas de investimento que sempre as recusou com as propostas do CDS. Relembro aqui o que foi a intervenção do CDS nesta Assembleia aquando da votação para o Plano e Orçamento para 2019, passo a citar o CDS de 2018: “Assim destacamos o muito reduzido investimento na criação de novas áreas empresariais e infraestruturação e qualificação das zonas industriais existentes. As empresas e os empresários vão ter que esperar por melhores dias, lá para depois de 2022.” Isto foi o que dissemos em 2018. Quem diria que uma pandemia vinha alterar tudo isto? Pois, no CDS sabemos que uma coisa é ajudar a quem precisa e outra é

gerir a propaganda. Mais de 3 milhões de euros deste plano de medidas excepcionais e de emergência social e económica, uma terça parte destinada à melhoria das zonas industriais em 2021, isto é para quem lá chegar. Entretanto, muitas empresas irão fechar e os empregos vão se extinguir. Para que vão servir só essas melhorias? Como ter sorte é muito fácil, da parte do CDS desejamos que todos consigamos chegar a 2021. Sempre faremos tudo enquanto facilitadores de medidas por pequenas que sejam, mas a favor da melhoria do bem comum. Obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Relativamente a este ponto algumas notas e depois uma declaração em nome do Grupo Municipal do PSD. Relativamente ao ponto que diz respeito ao quadro de medidas excepcionais de emergência social e económica - Covid-19, começar por saudar as medidas e as respostas de emergência elaboradas para mitigar os efeitos da crise económica e social em que nos encontramos derivada a esta doença (Covid-19), mas permita-me que assinale, Senhor Presidente, que pecam um pouco por tardias. Senhor Presidente, os vereadores do PSD tiveram a oportunidade de apresentar e sensibilizar o executivo para um conjunto de medidas de combate a esta pandemia, na tentativa de aliviar as famílias, as associações, as instituições e empresas do concelho de Oliveira de Azeméis, no período de crise, decorrente da situação de emergência. E algumas foram acolhidas pelo executivo. Pelo que saudamos esse acolhimento. Pegar concretamente em algumas medidas, por exemplo: a compra de 300 computadores. O Sr. Presidente referiu na última reunião de câmara que existiam em Oliveira de Azeméis 616 alunos sem computador e sem internet, queria isto dizer que com esta compra de 300 computadores iríamos ficar com 316 alunos excluídos deste acesso. Nessa mesma reunião o Senhor Vereador da Educação veio corrigir o Senhor Presidente dizendo que falam realmente de 300 alunos sem computadores, isto porque algumas empresas, a título individual, falaram com os agrupamentos e houve pessoas que foram cedendo e oferecendo alguns equipamentos. Deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos os empresários, a todos oliveirenses, aos diretores de agrupamentos, associações de pais que em conjunto conseguiram responder a uma carência, e assim reduzir o número de alunos e o número de computadores necessários. Essa generosidade foi essencial para que a autarquia hoje necessite de comprar apenas metade dos computadores que necessitava e assim canalizar essa verba para outras medidas excepcionais de emergência social. Mas, Senhor Presidente, importa esclarecer quando é que estes computadores vão realmente chegar aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis? Estamos no último período, praticamente no final desse período, e é neste momento que esses alunos precisam destes computadores. Relativamente ao Programa de Emergência Social - PES- OAZ colocaram uma verba de reforço de 20.000,00€. Há bocadinho o Senhor Presidente dizia que este é um ponto de partida. Esperamos, Senhor Presidente, que este realmente seja um ponto de partida. E nas verbas (rubricas) que seja

necessário alocar ou aumentar a verba existente, que assim seja feito. Dizer que entendemos que esta verba é muito pouca para esta resposta social, num período e num momento tão particular como este para as famílias oliveirenses. Entendemos que esta é uma das verbas que terá necessariamente aumentada a sua dotação. Mas, não é só esta. Para tal, basta analisar o quadro que diz respeito às entidades e parceiros, onde se incluiu um conjunto de entidades, algumas das quais estiveram sempre na linha da frente no combate a esta pandemia e que merecem ver reconhecido o seu trabalho e o seu esforço. Contudo, não posso deixar de elogiar as medidas que foram aqui colocadas, mas, dizer que, estão necessariamente abaixo das expectativas criadas por estas instituições que aqui são indicadas que começam a passar neste momento por algumas graves dificuldades financeiras fruto desta crise económica e social. E dou o exemplo, Senhor Presidente, dos bombeiros e das IPSS: bombeiros que perderam o serviço de transporte de doentes; as IPSS's que deixaram de ter o serviço de lar de dia, que deixaram de ter muitas das creches em funcionamento. Relativamente às IPSS's do concelho, quando falam aqui na compra de equipamento de proteção individual, falam no apoio às IPSS's que prestam apoio SAD e com resposta de ERPI, não falam nas das creches. Não sei se está contemplado ou não, se vão contemplar, se vão alargar às creches do nosso concelho? Uma outra questão: Quando falamos nas verbas de apoio ao arrendamento, na oferta de 800 cabazes, na isenção de 50% nas habitações, na oferta da entrega de 400 refeições (e só estou a falar assim por alto): Dizem que esta medida se refere aos agregados familiares com 3 ou mais elementos. Eu questiono, onde é que ficam os agregados que são monoparentais, se está contemplado ou não? Dizer, Senhor Presidente, Senhores deputados, que, o PSD vai votar favoravelmente esta proposta apresentada.

O Grupo Municipal do PSD apresenta a seguinte Declaração de Voto: O Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a proposta apresentada, uma vez que a mesma contém um enquadramento de medidas da responsabilidade da Câmara Municipal, no apoio económico e social aos oliveirenses, às nossas instituições e aos nossos empresários, neste período particularmente difícil para todos sem exceção. Entendemos, atendendo à situação crítica em que já vivem centenas de famílias oliveirenses, que esta proposta deveria ter sido feita muito mais cedo, no entanto reforçamos que independentemente desta demora todas as medidas que neste período de pandemia ajudem os oliveirenses merece o nosso total apoio. O nosso sentido de voto refere-se apenas às medidas que consideramos serem de combate à crise económica e social provocada pela Covid-19, mesmo que: 1 - Consideramos algumas das verbas que o executivo se propõe gastar, escassas ou mesmo insuficientes; 2 - Para algumas das medidas não nos são disponibilizados dados suficientes que nos permitam averiguar a adequação dos valores que a Câmara se propõe disponibilizar; Excluindo-se as seguintes medidas: Atribuição do Vale educação no valor de 30€/aluno, para todos os alunos do 3º ciclo de ensino; Redução da taxa de IMI de 0,35% para 0,30% aplicável em 2021; Reforço de dotação no PPI 2020 em investimentos na melhoria das condições das zonas industriais do concelho; Que são medidas com reflexo em 2021, que são propostas antigas do PSD e/ou promessas eleitorais do PS, e as quais não estão

relacionadas com a Covid-19. Apoiamos todas as melhorias que a Câmara pretenda fazer nas nossas zonas industriais mas isso nada tem a ver com a pandemia. Apoiamos a diminuição do IMI sem margens para dúvidas mas isso não é uma medida de apoio no âmbito da pandemia.” O Grupo Municipal do PSD. Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Respondendo aqui às questões que foram colocadas neste ponto: Este é um ponto onde não é importante fazer depressa, é importante fazer bem. É muito importante que se faça bem. E, portanto, nós não devemos desenhar medidas sem as discutirmos, sem termos a devida ponderação e percebermos se as medidas que estamos a dotar têm ou não têm efetivamente impacto para as pessoas que realmente precisam da nossa ajuda. Portanto, não faz sentido apresentarmos medidas à pressa sem sequer sabermos quanto é que elas custam e sem sequer a refletirmos profundamente. Desde o princípio a nossa preocupação não foi comparar as nossas medidas com as dos outros municípios, não foi apresentar mais valores que os outros. Eu tenho aqui casos onde tenho medidas de apoio à família com investimento municipal de 22.000.000,00€. E no investimento municipal de 22.000.000,00€ está todo o investimento que o município vai fazer num conjunto de obras. Portanto, entenderam que era a forma com que se deviam propor estas medidas. Eu não tenho dúvidas nenhuma que a preocupação de todos os municípios é apresentar um conjunto de medidas que sejam eficazes para a sua realidade. Portanto, foi o que aconteceu também em Oliveira de Azeméis. E quisemos que elas fossem o mais transversais possível. É evidente que nós não conseguimos, e portanto este é um exercício quase como o Orçamento, é um exercício provisional, quantificar aquilo que vão ser as necessidades. A crise ainda não passou, a crise ainda continua. Nós ainda temos uma perceção ainda ténue sobre o impacto que isto tem nas famílias. Nós dizemos: há centenas de desempregados e não sei quantas centenas de empresas a fechar. Mas nenhum tem e ninguém tem efetivamente esses dados. É importante termos esses dados. É importante perceber, eu falo com os empresários, os próprios empresários ainda não conseguiram quantificar o impacto que isto teve nas suas empresas, nas suas organizações. É um trabalho tremendamente complexo. Mas há uma coisa que eu vos posso dizer: Toda a gente está preocupada. Isto é transversal a toda a gente. Toda a gente está muito preocupada com o que aí vem. E, portanto, a nossa preocupação foi - conforme eu já disse - ter um conjunto de medidas de curto prazo, ditas de emergência, para as famílias e para as empresas que foram afetadas por esta crise pandémica, mas termos também medidas de curto e médio prazo que sejam um sinal claro que existe mundo para além da pandemia. Isto é absolutamente determinante para nós. E foi precisamente isso que nós resolvemos fazer. Com uma enorme coragem porque- deixem que vos diga - conforme aqui um dos senhores já disse - presumivelmente vamos ter uma quebra acentuada de receitas no próximo ano. Não tenhamos dúvidas sobre isso. E não serão só receitas que caíram

por via da Derrama, o que é expeável, mas também julgo que teremos uma quebra muito grande do IMT(s), eventualmente até de IUC(s) e nas participações fixas no IRS. E, portanto, eu não tenho dúvidas de que isto é um exercício de uma enorme coragem e é um sinal importante de grande simbolismo que nós damos às pessoas. Dizer que, continuamos a investir, continuamos a apostar, continuamos a criar condições, independente de garantidamente termos uma perda substancial de receitas. E por isso é que a medida de redução do IMI: porque, reparam: seria até aceitável que dadas as circunstâncias difíceis com que os próprios municípios estão a ser confrontados, porque esta crise não afeta todos exceto os municípios, afeta toda a gente, portanto, seria possível que o município reforçasse com mais 300.000,00€ ou 400.000,00€, ou 500.000,00€ estas medidas e que utilizasse esses 300.000,00€ ou 400.000,00€ em algumas medidas que acabaram de referir e, por exemplo, utilizasse isso como desculpa para não baixar o IMI. Dizer precisamente que face à crise pandémica, as dificuldades inesperadas, face à surpresa com que fomos todos confrontados, não tínhamos condições financeiras para baixar o IMI. Não. Este é um compromisso eleitoral, é algo que se assume entre quem elege e quem é eleito, e os compromissos são para se cumprir. E, portanto, independente das dificuldades com que nós vamos ser confrontados, e estou seguro que vão ser muitas, nós quisemos assumir este compromisso com os oliveirenses e dar este sinal claro. E aquilo que vamos ter é, no mandato, uma redução - como eu já disse - de 1,6 milhões de euros, 1,7 milhões de euros, que é significativo, é uma devolução substancial de recursos financeiros para as famílias. As empresas é muito diferente. E nós temos que fazer uma boa interpretação daquilo que é a nossa realidade económica e da importância das nossas medidas. Nós temos que olhar pra o nosso tecido económico e perceber o seguinte: no universo das nossas 7500 empresas, poderíamos dar 500,00€ ou 1.000,00€ a cada uma delas. Estaríamos a falar, se dessemos 1.000,00€, em 7.500.000,00€. É muito mais do que o que nós conseguimos investir no ano inteiro de 2019. Agora, eu pergunto-vos, muito sinceramente, muito honestamente: Se vocês acham que esses 1.000,00€ vai impedir que uma empresa, que está com muitas dificuldades, sobreviva? Garantidamente que não. Garantidamente que não. E, portanto, a nós o que nos interessou foi dizermos aos nossos empresários o seguinte: Nós achamos que vocês têm futuro, achamos que o nosso tecido económico tem futuro e nós vamos reforçar já em 2020 o investimento no PPI em 1,1 milhões de euros, para requalificarmos as nossas zonas industriais, para vos darmos condições para que possam produzir riqueza, para vos darmos condições para que vocês possam recuperar deste problema que vos aconteceu. Isto é muito importante porque, eu nunca disse, nunca neguei, nunca disse que não era verdade: as nossas zonas industriais não são zonas industriais dignas de um concelho com esta realidade económica, a grande maioria das nossas zonas industriais, com a exceção talvez da nossa Área Empresarial de Ul/Loureiro mas, mesmo essa com um conjunto enorme de debilidades como, por exemplo, a inexistência de rede de água e saneamento e uma entrada que todos nós consideramos que não é digna, as nossas zonas industriais de uma maneira geral estão em muito mau estado. E é muito importante que nós transmitamos esta mensagem forte de confiança no nosso tecido económico, de confiança nos

nossos empresários e da nossa determinação em criar condições nas nossas zonas industriais para que eles continuem a desenvolver os seus negócios. Esta crise, conforme eu disse, não é uma crise que se extinga com o fim da crise de saúde públicas, vai perdurar no tempo. E por isso, acho que faz todo sentido que nós tenhamos medidas também que sejam mais perenes, medidas que possam perdurar no tempo e que possam de alguma forma ser sentidas pelas nossas famílias e pelas nossas empresas. Eu gostaria só de dar uma nota que é importante porque houve aqui, numa ou noutra intervenção, um cunho eleitoralista nestas questões. Nada disso, não tem nada a ver com isso. Se efetivamente nós quiséssemos ter um cunho eleitoralista com estas medidas poderíamos aqui incluir (...) Aliás, temos aqui algumas medidas de apoio social importantes que vão ser decididas hoje, nomeadamente um apoio de 81.800,00€ aos Bombeiros Voluntários de Fajões; uma isenção da renovação da concessão no Mercado Municipal de 40.000,00€. Isso são medidas efetivas também de apoio às empresas e às pessoas. Portanto, nós temos um programa de apoio ao empreendedorismo com um valor de 250.000,00€ e estamos agora a desenhar um novo programa de apoio ao empreendedorismo jovem e à criação do próprio emprego com mais 250.000,00€. Portanto, isto são sinais claros que nós queremos transmitir para as pessoas e para a economia e são absolutamente fundamentais. Em relação aqui a um conjunto de questões que foram colocadas: Em relação ao Senhor deputado Fernando Pais: que devíamos reforçar o fundo de emergência social. Ele foi reforçado em 20.000,00€, aliás, como disse a senhora deputada. Mas é evidente que se a verba for insuficiente, nós naturalmente vamos reforça-la. A Câmara continua a prestar todas as respostas sociais que prestava até aqui e está a fazê-lo ainda de forma reforçada. Vi aqui a sua proposta de redução de IMI em 20% para as empresas ou para os particulares. Bom, isso é ilegal, não se pode fazer. Não é legal fazê-lo. É ilegal. E isto tem a ver com o facto de que a Lei nº 6/2020 (...) É ilegal. A Lei 6/2020 foi clara, em relação a isso, diz claramente que nós podemos promover isenções mas não podemos promover isenções de impostos que estão previstos na Lei 73/2013. Portanto, é ilegal fazermos esse tipo de sugestão que fez. É evidente que eu aceito, perfeitamente, com toda a humildade, que me digam que os valores que são insuficientes que são baixos. Mas já não aceito que me digam que são baixos quando comparam com os valores das medidas que apresentaram. Se apresentaram um conjunto de medidas de 869.585,00€. Mas, repare, quando nós dizemos que estas verbas são insuficientes - e nós reconhecemos que são insuficientes. Aliás, se elas fossem triplicadas ou quadruplicadas continuariam a ser insuficientes, assim como aquilo que o governo disponibiliza para apoiar as famílias e a economia, todos nós sabemos que é insuficiente. Mas o que eu lhe estou a dizer é que, repare: mesmo expurgando todas essas medidas que referiu, nós temos 969.500,00€. Portanto, muito mais do que as medidas que foram propostas. É evidente que custa-me a perceber como é que nós podemos defender que estas verbas devam ser reforçadas e são insuficientes. Senhor deputado Bruno Aragão: Inteiramente de acordo. Devemos ter muita rapidez na sua aplicação e devemos ter muita disponibilidade para alterar as medidas que, por ventura, percebamos que num dado contexto deixam de fazer sentido e, também, naturalmente, devemos ter a disponibilidade -

esse foi o compromisso que já assumi em sede de reunião de câmara - e assumo perante vós e perante os oliveirenses - para reforçar as verbas caso elas se manifestem insuficientes numa ou noutra rubrica. A Senhora deputada Vera Aguiar referiu a suspensão do pagamento do estacionamento à superfície. Nós consideramos esses três meses. A atividade económica aos poucos está a recuperar. Os estabelecimentos aos poucos vão abrindo e há a necessidade de regular o estacionamento, é isso que nos pedem os comerciantes. Portanto, nós não podemos abdicar desse instrumento de regulamento. Deixe-me dizer-lhe que, a EML, a empresa que faz a gestão dos estacionamentos em Lisboa vai começar a trabalhar na segunda-feira, já na próxima segunda-feira. Portanto, isto é uma informação importante. Também tive aqui a proposta da redução do IMI, que só vai ter efeitos para 2021. Há um conjunto de municípios que apresentaram um conjunto de propostas, muitos municípios por esse país a fora não tiveram essa interpretação, não tiveram essa visão e apresentaram um conjunto de medidas que terão efeitos precisamente no próximo ano. A nossa medida de redução do IMI e de investimento nas zonas industriais, para além do vale educação, obviamente, não terão efeitos só no próximo ano, terão efeitos para sempre. Isto acho que é muito importante, acho que é fundamental. Os oliveirenses passarão a contar no futuro quer com mais 1.100.000,00€ de requalificação das zonas industriais, quer com uma taxa mínima de IMI no seu território, quer com apoio nos três graus de ensino em termos de vale educação. Senhora deputada, eu vou-lhe perguntar se quer ou não quer a Avenida Ferreira de Castro, na zona industrial de Carregosa? Porque está-me a dizer que isto não faz sentido nenhum. Portanto, eu pergunto-lhe: se quer ou não quer que nós façamos a intervenção na rua (Av. Ferreira de Castro)? É evidente que precisamos desesperadamente de investir nas nossas zonas industriais. E precisamos de investir na zona industrial do Nordeste, (para obviarmos um bocado as coisas), e também na zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo. Mas também na zona industrial de Oliveira de Azeméis nós precisamos de investir, porque a zona industrial de Oliveira de Azeméis também está uma tragédia. Mas também na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro também precisamos de investir porque, ali há coisas por resolver, temos lá uma estrada que serve a zona industrial em terra batida. Portanto, digamos que é transversal a todas as nossas zonas industriais as dificuldades que nós temos e a urgência que temos na sua requalificação. Eu terminaria esta intervenção com uma mensagem diferente dessa que vocês veicularam aqui: Eu gostaria muito que a grande maioria das nossas pessoas, dos oliveirenses, das nossas empresas chegassem a 2021. Eu não tenho, sinceramente, essa visão apocalíptica nem tenho, digamos, enfim, essa visão tão dramática e tão drástica das coisas. Não nego com isso que nós vamos ter problemas sérios para resolver. Agora, à semelhança daquilo que aconteceu muitas vezes na nossa história, eu não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que não só os portugueses, como também os oliveirenses vamos em conjunto arranjar soluções e vamos unir esforços para ultrapassar esta situação muito difícil. E se os oliveirenses já demonstraram a sua raça em vários momentos da sua história, então os nossos empresários têm dado verdadeiras lições de resiliência e de capacidade de adaptabilidade às crises e de sobrevivência às crises. Muita gente vaticinava

o fim do setor do calçado. O setor do calçado conseguiu reinventar-se, hoje temos calçado de grande qualidade no mercado internacional. O setor dos moldes é um setor fortíssimo que nós temos que continuar a apoiar. Temos os colchões. Temos também as louças metálicas. São indústrias muito importantes. É este sinal que nós vamos dar de redução de IMI, que também se aplica às empresas, e de investimento nas zonas industriais é - na minha opinião - absolutamente fundamental em termos de mensagem que nós devemos deixar para o futuro. Efetivamente, 616 computadores, 360 ligações à internet, numa primeira análise. Numa primeira análise, nós quando fizemos o primeiro contacto claro que se contacta as famílias, se o pai está em casa e só tem um computador, o pai precisa de trabalhar e diz logo que não tem computador. É normal. Ou se tem dois filhos em casa e só tem um computador, dizem logo que não têm computador. E é normal também e é verdade. O que é que acontece? Nós quando fizemos a primeira avaliação, efetivamente os números eram esses: 616 alunos sem computador e sem internet e 360 sem internet. Nós, o que é que fizemos? Não foram apenas os pais. Os pais compraram equipamentos, aqueles que puderam comprar. A própria Câmara Municipal e as escolas disponibilizaram um conjunto de equipamentos para os miúdos. E, portanto, por isso é que nós não temos necessidade de adquirir 600 e tal equipamentos. Eu tenho aqui: Isto é o parque informático que nós temos nas nossas escolas. E, deixem-me dizer-vos que, temos computadores de 2001, 2002, - estou a falar de computadores com quase 20 anos - 2003, 2004 e o grosso dos computadores que temos nas escolas é de 2005. É de 2005. Portanto, passamos completamente ao lado do plano tecnológico, é um facto. E só em 2015, no anterior executivo, é que houve um investimento forte em computadores e que foram comprados 72 computadores, em 2015, para as escolas. Mas foi o último ano onde investimos. Porque o ano anterior onde tínhamos investido tinha sido em 2011. Nós temos um parque informático nas escolas muito degradado. Na Câmara estamos a fazer um esforço enorme para o recuperar. Nas escolas, o parque informático é muito antiquado. E portanto, nós, com estes 300 computadores que estamos a comprar vamos, em princípio, resolver o problema das nossas crianças muito rapidamente. Quando é que isso vai acontecer? No início da próxima semana vamos distribuir, em princípio, 130 computadores. Estamos a tratar do procedimento - eu julgo que já foi tratado - para a aquisição do resto dos computadores, para os podermos entregar. O programa de emergência social já falou que a verba é curta. Pronto. Dr.^a Helga, claro, os bombeiros deixaram de transportar doentes, perderam receita. As nossas creches também precisam de apoio. As nossas IPSS também precisam de apoio. Nós tivemos alguma preocupação com isso, sabe. Quando dizemos os nossos apoios são apoios pequenos: o município do Porto apoiou o seu movimento associativo com 160 mil euros; nós apoiamos com 20 mil euros. Mas o nosso orçamento não é comparável aos 315 milhões de euros de orçamento da Câmara Municipal do Porto. E, portanto, nós fizemos um esforço, no sentido de procurarmos obedecer aquilo que são os critérios que nós vemos a serem aplicados em muito lado, mas, sobretudo, ter uma preocupação de ter um conjunto de medidas que chegassem ao maior número de entidades possível com o máximo de expressão possível. Portanto, é evidente que, quando nós olhamos aqui

para algumas das medidas, nós percebemos que elas excluem algumas pessoas como, por exemplo, as famílias monoparentais. E reconheço que não foram aqui consideradas. E se calhar fará sentido que nós desenhemos qualquer coisa para as apoiar. E, portanto, é esse também o pedido que eu vos faço. Nós não temos a presunção de acharmos que sabemos tudo e que fazemos tudo bem, longe disso. Mas, naturalmente, agradecia que algo que nos tenha passado ao lado e que vos venha a surgir depois, que nos façam chegar para nós equacionarmos e vermos até que ponto é compaginável com a nossa capacidade financeira para investir. Eu não me atrevo a dizer que isto é melhor de dois mundos. Isto é o que se pode fazer, foi aquilo que nós desenhamos. Olhamos para isto com todo o rigor. Procuramos, essencialmente, fazer chegar o dinheiro às pessoas que mais dele precisam e às empresas que mais dele precisam. Mas, naturalmente, estamos disponíveis para, até seguindo aquilo que foi a intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, rever estas medidas, de lhe acrescentar outras, de reforçar financeiramente estas medidas. Porque é isso que faz sentido. Mais uma vez eu termino, Senhora Presidente: Isto não acaba no período de vigência destas medidas, não tenho dúvidas nenhuma. Quando nós temos um conjunto de medidas que duram até junho, junho está já aí. E nós não tenhamos dúvidas que vamos ter problemas em julho, em agosto, e até ao final do ano. Não tenham dúvidas nenhuma sobre isso. E há muita coisa que não sentimos hoje que só se vai começar a sentir daqui por alguns meses. E, portanto, vamos estar atentos. E vamos naturalmente estar disponíveis para reforçar estas verbas, que é isso que interessa. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Agradeço os esclarecimentos, Senhor Presidente. Eu vinha aqui não só por isso, mas também. Desejava que ficasse registado em ata que, o Grupo Municipal do PSD de Oliveira de Azeméis, não vaticina as empresas oliveirenses. Ao longo desta assembleia fomos nós, como os outros Grupos Municipais, que enaltecemos e elogiamos o papel das empresas oliveirenses, dos trabalhadores também das empresas oliveirenses, que não o dissemos, mas que dizemos agora, dos trabalhadores de todas as instituições que estiveram disponíveis durante este período de pandemia e que vão continuar a estar, enquanto muitos de nós ainda nos podemos resguardar em nossas casas. E dizer que, a capacidade das empresas oliveirenses, a resiliência e a capacidade de se reinventar, Senhor Presidente, nós queremos que elas estejam hoje, que estejam em 2020, que estejam em 2021 e por aí fora, porque temos empresas com histórico que é de elogiar e de saudar. E nós não estamos aqui para vaticinar as empresas, estamos aqui para dar alento aos trabalhadores e aos empresários para continuarem a criar emprego e continuarmos a ser um concelho com pleno emprego. =====

19 15 05 2020

===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== Regressou à sala o Senhor deputado **Carlos Costa Gomes (PSD).** =====

===== **Ponto dez: - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sobrance na Avenida D. Maria I (I/37997/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação de bens de domínio público municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; - que a parcela de terreno sobrance na Avenida D. Maria I, constante da planta anexa, com área de 395,37 m², que confronta do norte Lote número 5, do sul e nascente com SIMAZE e de poente com Avenida D. Maria I; Propõe-se: Que seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público a parcela de terreno acima identificada e na planta anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), para integração do domínio privado municipal e posterior alienação para instalação do equipamento de restauração “Burger King”. Depois de deliberada, se proceda à publicitação dessa intenção, para que no prazo de 10 dias úteis se convide todos os eventuais prejudicados pela presente desafetação, assim como todos os munícipes em geral, a deduzirem as suas reclamações, e caso não haja impedimento durante o prazo previsto, esta proposta seja enviada à Assembleia Municipal.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma faixa que nós vamos aqui disponibilizar, vamos vender, julgo que são 395 m². É uma faixa que nós vamos vender ao investidor, para que ele instale na cidade um equipamento de restauração. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de **Albino Martins e Fernando Pais.** =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhora Presidente, o Grupo Municipal do PSD, congratula-se com a abertura de uma nova loja “Burger King” em Oliveira de Azeméis, sempre foi favorável e continua a ser ao

alargamento do comércio local e à inclusão de espaços que sirvam e cativem os oliveirenses evitando que procurem alternativas em concelhos vizinhos. No entanto, para tomarmos uma decisão, para votarmos em consciência agradecia que o Senhor Presidente nos esclarecesse três coisas: Primeiro - Gostaríamos de saber se já existe algum tipo de licenciamento da obra? Segundo - Qual a dimensão da construção que se pretende implementar naquele terreno? E, por último - quais os valores que este negócio vão envolver? Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Licenciamento da obra? Sim, existe um processo a decorrer. Aquilo que nós estamos aqui a votar é a desafetação do domínio público para o domínio privado, para que depois se possa consumir a venda. E, portanto, em resultado da avaliação do terreno far-se-á a venda. Os valores envolvidos? São os valores que resultem dessa avaliação. A dimensão da construção? Sinceramente, não lho sei dizer, não tenho esse dado aqui comigo. Nós primeiro vamos desafetar isto do domínio público para o domínio privado, para permitir a venda. É só isso que nós estamos aqui a autorizar, mais nada. Depois disso, é preciso ver se o privado aceita pagar o valor que nós queremos em resultado da avaliação. Porque, o senhor está a dizer que fica muito contente com a construção. Eu não sei se vai haver construção. O terreno só será vendido para esse fim. Portanto, só o comprarão se for para construir. O Burger King é um investidor que se chama Simaze. Alguém constrói e depois aluga à Burger King, acho que é essa a metodologia. Eu não sou especialista nisso, eu não percebo nada disso, mas a metodologia é essa: Constroem - entregam chave na mão - e os indivíduos pagam uma renda pelo investimento que foi feito. E, portanto, essa empresa já comprou o terreno. Aquele terreno é propriedade dessa empresa. Existe uma faixa, não é a faixa total da frente do terreno, mas uma pequena parcela em frente ao terreno que eles queriam que a Câmara lhes disponibilizasse, eles responsabilizavam-se por ajardinar aquilo mas ficariam com o espaço público ao seu dispor. E nós não aceitamos isso. E, portanto, queremos vender aquele terreno. E eles, naturalmente, estão interessados em comprá-lo. (Caso não haja venda, da parte da Câmara, a obra não vai ser feita?) Poderá não ser feita. Porque, repare: esta frente de construção pode ser importante para a obra, em termos dos acessos à obra, dos acessos ao espaço. Eles queriam era que nós disponibilizássemos isto sem vender. (A frente para a D. Maria I (avenida) é o acesso que eles queriam?) É o acesso principal, sim. Se for ver no terreno, é importante a faixa que se está a vender, estes 395 m² é importante para que o terreno fique com a frente disponível. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== *Eu já chamei aqui à atenção numa outra deliberação que nós tomamos quando foi, numa parcela de terreno, por causa da Estalagem. A questão é exatamente esta: Há pareceres em que esta desafetação do domínio público para o domínio privado dizem que não basta uma deliberação da Assembleia Municipal. Ou seja, em princípio, os bens do domínio público não são vendáveis. Porquê? Porque encerram qualquer utilidade pública maior do que os bens do domínio privado do município. Evidentemente, Senhor Presidente, que nós gostaríamos de saber. Aliás, eu tenho aqui o parecer que diz exatamente isto: “Os bens do domínio público estão fora do comércio jurídico; As desafetações de bens do domínio público são da exclusiva competência dos competentes órgãos municipais, de acordo com os competentes termos e trâmites legais, competindo exclusivamente à própria autarquia verificar se existem fundamentos de facto e de direito que possam fundamentar uma possível desafetação;” Ora, nós não temos aqui nenhuma fundamentação, quer de facto quer de direito. Como o Senhor Presidente diz aquilo que estamos a discutir é desafetar um bem do domínio público para o domínio privado a fim de poder vendê-lo. Portanto, eu acho que nós ficaríamos muito mais confortáveis, se Vossa excelência nos tivesse para nos dizer algo mais do que uma coisa nenhuma, não é? Acho que nós devemos ter em atenção estas regras, acho que devemos ter cuidado nestas deliberações, principalmente para desafetar bens do domínio público para o domínio privado. Há uma outra situação que queria também que o Senhor Presidente refletisse comigo, que é: Pode até nem haver, mas eu não sei - por isso é que estou a perguntar - como é que este imóvel veio à pertença da Câmara? Como é que ele se tornou propriedade da Câmara? Foi compra, por aquisição, por doação, se há reserva, qualquer coisa? Eu não tenho essa informação. Procurei e não consegui essa informação. Não sei se o Senhor Presidente a terá neste momento para dar? Mas, se tiver eu agradecia. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== *Eu não sou jurista, mas há uma coisa que eu sei: nós para alienarmos património público tem que se passa-lo do domínio público para o domínio privado, se não de outra forma não é possível. O Senhor está-me a dizer que isso não é possível. Então, não sei de que forma é que se faz alienação de património público. As razões de facto: são estas para a instalação de um equipamento de restauração. As razões de direito: terá que ser o departamento jurídico da Câmara a fundamentar essa questão. Em relação á questão que coloca: qual foi a origem deste terreno ser propriedade da câmara? Julgo que tem a ver com o processo da Avenida D. Maria I, é uma parte sobrance do terreno da D. Maria I que, como sabe, também teve um desfecho complicado para o município porque ainda hoje estamos a pagar prestações que tivemos de pagar por causa da abertura da via sem a negociação com o particular. Julgo que estamos a pagar a última prestação de cento e não sei quantos mil euros. (É um processo. Não lhe sei dizer se foi na Feira, se onde é que foi. É um processo. Eu não tenho essa capacidade, são tantos que eu não*

tenho essa capacidade de perceber onde é que ele decorreu.) Mas aquilo que eu lhe posso dizer é que, suponho que o terreno será uma parte sobrance que resultou da Avenida D. Maria I. Mas, estou-lhe a dizer isto sem ter certeza rigorosamente nenhuma, não faço a menor ideia. Sei que é um terreno da Câmara Municipal, é a única coisa que eu sei. Sei que não nos interessa para nada porque não tem nenhuma capacidade construtiva. Sei que o terreno viabiliza, digamos assim, não determinante mas viabiliza, de certa forma, o acesso a este equipamento de restauração. É isso que eu lhe sei dizer. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dez à votação, tendo sido **deliberado por maioria aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sobrance na Avenida D. Maria I, com a seguinte votação: - a favor: onze votos do PS, um voto do PSD, dois votos do CDS/PP e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: seis do PSD.** =====*

*===== **Ponto onze: - Cofinanciamento Projeto Empreendedorismo Social “À Barca, À Barca” (I/43649/2020) - Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Constituição da República Portuguesa de 1976 estabeleceu o princípio da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, que foi alargado 10 anos mais tarde a 9 anos de escolaridade obrigatória gratuita pela Lei n.º 48/1996, de 14 de outubro (art.º 5º do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março) e posteriores alterações; - Que os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação (art.º 23º n.º2 alínea d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município (art.º 25º n.º2 alínea k)) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que o município celebrou o Contrato interadministrativo de delegação de competências - Contrato de Educação e Formação Municipal - Contrato n.º 559/2015, Diário da República, 2.ª série - N.º 145 - 28 de julho de 2015, destacando-se: a) Existência de uma verdadeira articulação estratégica do ensino, visando o aumento da qualidade educativa, sucesso educativo e melhores resultados escolares; b) Desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica curricular, administrativa e organizativa; c) Contínuos processos de aperfeiçoamento do serviço público de educação, no desiderato estratégico de promoção da qualidade de aprendizagem dos alunos, através de respostas mais eficazes e mensuráveis que permitam uma melhoria contínua nas suas práticas pedagógicas e de um crescente envolvimento da comunidade educativa; - Que o município de Oliveira de Azeméis continua a optar por uma política de desenvolvimento consolidada, estando sempre atento às necessidades da comunidade educativa local, no sentido de proporcionar mais bem-estar e melhor qualidade de vida; - Que Oliveira de Azeméis é um concelho em que a Educação tem sido e

continuará a ser, uma prioridade. No sentido de assegurar um exercício efetivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso à educação e êxito escolar e a promoção do sucesso educativo, o município tem vindo a melhorar as condições de ensino/aprendizagem, destacando-se: a) Aprovação, implementação e acompanhamento do Projeto Educativo Municipal 2017-2021; b) Aposta consistente na requalificação do parque escolar; c) Aposta articulada de ofertas formativas qualificantes; d) Implementação de medidas de apoio à família; e) Disponibilização de projetos de reconhecido interesse pedagógico promovidos pelos serviços da autarquia ou em parceria/articulação com outras entidades; f) Apoio à participação em projetos de reconhecido interesse e qualidade; g) Apoio na aquisição de manuais escolares do 1ºCEB em 2016/2017 e 2ºCEB 2017/2018; h) Aumento dos serviços de Apoio à Família; i) Apoio na aquisição de material escolar e livros de atividades, “Vale Educação”, nos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020; - Que o município integra a Associação Internacional das Cidades Educadoras desde 2004; - Que o município integra a Área Metropolitana do Porto: a) Está integrado no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e seus Projetos (PIICIE) da Área Metropolitana do Porto (AMP); b) Participou no mapeamento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social na região, realizado em 2014; - Que a AMP tem vindo a realizar um forte investimento na promoção do empreendedorismo social na região, após um reconhecimento estratégico da importância desta temática para o desenvolvimento socioeconómico da região; - Que o Município tem como competências, entre outras, apoiar o desenvolvimento de projetos com vista à capacitação dos seus munícipes, que promovam a melhoria das suas condições de vida e bem-estar e que contribuam para o bem-comum; - Que o Teatro do Bolhão apresentou uma candidatura do projeto “À Barca, à Barca” ao instrumento de financiamento “Parcerias para o Impacto” do Portugal Inovação Social, com o objetivo de alavancar o seu crescimento e impacto; - Que o Município reconhece a importância da promoção de iniciativas de inovação social e, nessa medida, está interessado em associar-se à referida candidatura, na qualidade de Investidor Social; - Que o Município está alinhado, comprometido e capacitado para direcionar esforços para as iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) que operam no terreno e potenciam o impacto social; Proponho: - A comparticipação financeira de 8.824€ no projeto “No Poupar está o Ganho”, ao Teatro do Bolhão, Centro de Produção e Formação CRL, de acordo com o protocolo de colaboração e carta de compromisso (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos do art.º 23º n.º2 alínea d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e o Contrato interadministrativo de delegação de competências - Contrato de Educação e Formação Municipal - Contrato n.º 559/2015, Diário da República, 2.ª série - N.º 145 - 28 de julho de 2015; - A remessa da presente proposta para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do art.º 25º n.º2 alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Os encargos da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível com o n.º 695/2020, conforme determina a Lei n.º8/2012 de 21

19 15 05 2020

de fevereiro. - Ao abrigo do art.º 290-A do CCP, designar como gestor do protocolo, o trabalhador n.º 982, Nuno Miguel da Silva Tavares.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é um projeto financiado, no âmbito da Área Metropolitana do Porto, consiste no ensino do teatro nas escolas, no caso do Município de Oliveira de Azeméis o agrupamento de escolas contemplado é o Agrupamento de Escolas de Loureiro. É um projeto para dois anos letivos 2018/2019, 2019/2020. E a participação do Município de Oliveira de Azeméis é de 8.824,00€ para a totalidade da implementação deste projeto. Isto chega aqui agora por uma questão muito simples: Isto é um projeto de 500.000,00€ da Área Metropolitana do Porto e é o Teatro do Bolhão que o está a dinamizar no conjunto dos municípios. E todos os projetos da Área Metropolitana do Porto, uma grande parte deles, tem esta particularidade: eles chegam aos municípios para serem decididos quase no final do período de aplicação. Isto acontece quase transversalmente a todos estes programas. E, portanto, basicamente, o projeto “À Barca À Barca” é uma iniciativa promovida pelo Teatro do Bolhão, com a tal abrangência metropolitana que vos falei e que potencia o ensino do teatro nas escolas. E naturalmente que o que está na essência deste projeto é o combate ao insucesso escolar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto onze à votação, tendo sido **deliberado por maioria autorizar o cofinanciamento do Projeto Empreendedorismo Social “À Barca, À Barca” com a seguinte votação: - a favor: onze votos do PS, dois votos do CDS/PP e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: sete do PSD.** =====

===== **Ponto doze: - Contrato Programa a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões (I/39545/2020) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuição das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no art.º 23º n.º. 2 do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - As atribuições dos Municípios no domínio da proteção civil e promoção do desenvolvimento, colaborando com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na concretização desse fim (alínea m) e j), do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro na redação atual); - As competências das autarquias no apoio

aos projetos de melhoria das instalações, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços; - O disposto no n.º 1 e 2 do artigo 1.º e 4.º do Anexo à Portaria n.º 143-A/2016 de 16 de maio, que aprova o Programa de Apoio Infraestrutural (PAI) e define as condições a que obedecem os projetos de remodelação ampliação e construção de infraestruturas de corpos de bombeiros, detidos por associações humanitárias de bombeiros (AHB) e os projetos que visem o acesso a apoios ao investimento em infraestruturas que se destinem a corpos de bombeiros, bem como o Parecer Prévio Favorável da ANPC; - Que as Associações de Bombeiros Voluntários, são agentes de proteção civil e parceiros indispensáveis deste Município no levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos coletivos, assumindo a proteção e o socorro de pessoas, bens e valores culturais e ambientais em perigo, situações de acidente grave ou catástrofe entre outras, conforme o disposto no art.º 46.º da Lei de Bases da Proteção Civil; - O pedido apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões (E/27740/2020); - A apresentada pela mesma de candidatura ao POSEUR-02-1810-FC-00370, de 07/03/2017, para “Remodelação e Ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Fajões, já aprovada e executada; - Que sobre o pedido, se pronunciou o Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria, conforme Informação Interna n.º I/27641/2020; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do Código da Contratação Pública (DL n.º18/2008 de 29.01 alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31.08), tendo em conta o objeto do Contrato; - Que foi designado o Sr. Eng.º Alberto Filipe Rebelo Godinho como gestor(a) do presente contrato programa (art.º 290.ºA do CCP); Ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 780 de 2020, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06, com as respetivas atualizações. Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta, que tem por objeto a cooperação financeira, de apoio à ampliação e remodelação do quartel da AHBVFAJÕES, quanto ao investimento considerado não elegível e ao investimento operacional não considerado no âmbito da candidatura apresentada ao abrigo do POSEUR para “Remodelação e Ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Fajões”, obras já executadas e não pagas, do Contrato-Programa a celebrar com o Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). - Remeta à Assembleia Municipal, nos termos e fins atrás citados.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É a pedir-vos a autorização para celebramos este contrato programa com os Bombeiros Voluntários de Fajões, para os apoiar com uma verba de 81.800,00€, que vai ser paga

19 15 05 2020

em iguais partes nos anos de 2020 e 2021, e visa apoiar as despesas de ampliação do Quartel, sobretudo quanto ao investimento considerado não ilegível e ao investimento em material operacional que eles foram obrigados a comprar e que não foi considerado no âmbito da candidatura. E, portanto, nós estamos aqui a disponibilizar este apoio e estamos a submeter à vossa aprovação o contrato programa a celebrar com os bombeiros voluntários de Fajões. =====

*===== Pelo Senhor deputado **Fernando Pais**, da bancada, foi efetuada a seguinte intervenção:=====*

===== Este apoio é relativamente a uma obra que já está efetuada? Então, se calhar é melhor dizer aos seus serviços para quando fizerem este protocolo verificarem isso porque, fala aqui sobre acompanhamento de obras, etc., etc..., não tem razão de ser. Se calhar isto é o modelo. Não tem nada de relevante. Acho que é um modelo de protocolo que se deve depois corrigir porque tem aí diversas obrigações como acompanhamento da obra, etc., etc... que não fazem sentido, neste caso. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Senhor deputado, eventualmente poderá. Eu não vejo aqui nenhuma informação que fale sobre acompanhamento da obra. Vejo acompanhamento da fiscalização da execução física e financeira do presente contrato. Mas, poderá haver aí em alguma situação, nomeadamente na cláusula 2ª, onde fala: na apresentação do relatório da realização das obras e intervenções. Isto é, ao fim e ao cabo, dizer que todas estas despesas de natureza operacional têm que ter os respetivos justificativos, senão não serão pagas. Mas não tem aqui, este contrato programa, a dizer que este contrato programa é para apoiar obras no Quartel. São efetivamente obras de ampliação. As duas dimensões do apoio tem a ver com o investimento que não foi ilegível e o investimento operacional que eles foram obrigados a fazer. E, portanto, naturalmente, a minuta refere-se exatamente a esse tipo de apoio. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto doze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato programa com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões.** =====*

*===== **Ponto treze:** - Alteração à Minuta de Protocolo a celebrar com TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (Produtos Andante) I/31711/2020 - Autorização; =====*

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Que a minuta inicial foi aprovada em Reunião de Câmara a 27/12/2019 e aprovado em Assembleia Municipal a 02/03/2020. O Conselho de Administração do Transportes Intermodais do Porto cessou as suas funções passando a ser Administrado por outros titulares. O TIP informou alterações à minuta inicial do protocolo, designadamente: - Designação dos administradores do TIP que assinam o presente protocolo (página 1 e página 18) - Cláusula da vigência (cláusula 8) - Cláusula do foro (cláusula 14) - Data do protocolo (página 10, página 20 e página 31) - Informação em falta no acordo de subcontratação de tratamento de dados pessoais nos termos do art.º 28.º do RGPD (apêndice 1) Propõe-se: Que seja aprovada a minuta de protocolo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com o TIP - Transportes Intermodais do PortoACE, que tem por objeto fixar os termos e condições da implementação do sistema intermodal Andante no Município de Oliveira de Azeméis, decorrente do Programa de Apoio à Redução Tarifária da Área Metropolitana do Porto, ratificando-se e convalidando-se todos os atos, com efeitos à data a que respeitam ou foram praticados, ao abrigo do mesmo.”=====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Tem exatamente a ver com esta alteração da minuta do protocolo. Aquilo que se pede aos senhores deputados é que seja aprovada esta minuta de protocolo a celebrar com os Transportes Intermodais do Porto. E este protocolo visa fixar os termos e condições do sistema Intermodal Andante no município de Oliveira de Azeméis decorrente do programa de apoio à redução do tarifário que está a ser coordenado pela Autoridade Metropolitana de Transportes. =

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto treze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração da alteração à minuta de protocolo a celebrar com TIP - Transportes Intermodais do Porto-ACE (Produtos Andante) com a seguinte votação: - a favor: onze votos do PS, dois votos do CDS/PP e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: sete do PSD. =====

=====
 ===== **Ponto catorze:** - Pedido de isenção total do pagamento da Taxa de Renovação de Alvará de concessão no Mercado Municipal (I/3857/2020) - Aprovação; =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A abertura do período de renovação de alvarás de concessão para os operadores do Mercado Municipal cujo prazo caducou a 29/09/2019, para um período de mais 5 anos; - Os pedidos de

Isenção Total de pagamento da respetiva taxa de renovação; (ver listagem em anexo); - A informação interna do Núcleo de Gestão do Mercado Municipal - I/3853/2020; - O Parecer Jurídico solicitado - I/22303/2020 - (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); Considerando, ainda que: - Os pedidos de renovação de alvarás de concessão têm associado o pagamento de uma Taxa Municipal (art.32º, nº 2 do Regulamento Municipal do Mercado Municipal, conjugado com o art.8º, nº 1 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais; - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo de atribuições nomeadamente no domínio do equipamento rural e urbano e promoção do desenvolvimento 61 19 03 2020 1532 (art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e m) da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; - Compete à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição e bens e recursos físicos integrados no património do municípios ou colocados, por lei, sob administração Municipal e promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse Municipal (art.º 33.º n.º 1 alíneas ee) e ff) da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município estando compreendidos nos poderes tributários a concessão de isenções e benefícios fiscais (art.º 25.º n.º 1 alínea c) da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações e art.º 15.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro); - A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios não podendo, os mesmos, ser concebidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal (art.º 16.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro); - A estimativa da despesa fiscal referente aos pedidos de Isenção Total em apreço é de 44 046, 95€; - A lei 64/2013, de 27 de agosto e posteriores alterações institui a obrigação de publicidade e de reporte de informação sobre os apoios concedidos pelas autarquias locais a favor de pessoas singulares ou coletivas dos sectores privados, cooperativo e social (...) à Inspeção geral de Finanças, sendo nomeadamente objeto de publicidade e reporte as isenções e outros benefícios fiscais e parafiscais não automáticos cujo ato de reconhecimento implique uma margem de livre apreciação administrativa, não se restringindo à mera verificação objetiva dos pressupostos legais; - Nos termos do art.º 6.º do Regulamento Municipal de taxas, licenças e outras receitas municipais (RMTLORM) e art.º 16.º n.º 2 da Lei 73/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais relativamente às taxas, preços e outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela; - A crescente importância da promoção da economia local vincula e responsabiliza as autarquias locais na oferta de condições que satisfaçam tais expectativas; - Permanece a necessidade contínua de estimular e dinamizar o

Mercado Municipal enquanto espaço comercial tradicional por excelência; Propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere sobre os pedidos de Isenção Total requeridos pelos 74 operadores do Mercado Municipal que solicitaram a renovação das suas concessões para laborarem no Mercado Municipal, nos termos e para os efeitos dos: - Art.º 6.º do RMTLORM; - Art.º 16.º n.º 2 da Lei 73/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Art.º 15 alínea d) da Lei 73/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações - Art.º 25.º n.º 1 alínea c) da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que a decisão tenha efeitos retroagidos à data da emissão das concessões originais, nos termos e para os efeitos do art.º 156º nº 2 alínea a) do CPA, devendo ser cumprida a obrigação de publicidade e de reporte de informação prevista na lei 64/2013, de 27 de agosto e posteriores alterações.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Os pedidos de renovação de alvarás têm associado uma taxa municipal. Estamos a pedir-vos que autorizem a isenção total aos nossos comerciantes do Mercado Municipal. E estamos falar num valor de 44.046,95€.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto catorze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto quinze: - Alteração da postura de trânsito na Rua Padre Manuel Gomes Resende, em Nogueira do Cravo, e na Rua do Carreiro e Rua Padre Luís Gonçalves, em Pindelo - União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/33617/2020) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - Melhorar a circulação de viaturas e peões em algumas ruas da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, dado o perfil exíguo que apresentam para a quantidade de tráfego; - Os pedidos registados no E/5986/2020 e o E/13760/2020 da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo para a colocação da sinalização vertical necessária às alterações de postura propostas pela União de Freguesia. Propõe-se: 1. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para as freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo: Rua Padre Manuel Gomes de Resende - Nogueira do Cravo 1. Colocação do*

sinal Sentido Proibido (C1), no entroncamento com o Largo da Feira dos 27; 2. Colocação do sinal Trânsito de Sentido Único (H3), no cruzamento com a Avenida dos Descobrimentos; 3. Colocação do sinal Sentido Proibido (C1) com placa adicional Mod. 1 - com o texto a 70 m, no Largo da Feira dos 27 antes do entroncamento com a Rua do Serro; 4. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1d, na Calçada dos Bocos junto ao entroncamento com a Rua Padre Manuel Gomes de Resende. 5. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1d, na Travessa do Souto junto ao entroncamento com a Rua Padre Manuel Gomes de Resende. Rua do Carreiro - Pindelo (Pinhão) 1. Colocação do sinal Sentido Proibido (C1), no cruzamento com as ruas Professor José Tavares Dias e do Pereiro; 2. Colocação do sinal Trânsito de Sentido Único (H3), no entroncamento com a Rua da Capela; 3. Colocação do sinal Proibição de virar à Esquerda (C11b), na rua da Capela antes do entroncamento com a rua do Carreiro; 4. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1e, na rua dos Salgueiros no entroncamento com a rua do Carreiro; 5. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1e, na rua das Oliveiras no entroncamento com a rua do Carreiro; 6. Colocação do sinal Proibição de virar à Esquerda (C11b), na rua da Giesteira no entroncamento com a rua do Carreiro; 7. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1a, Na Rua do Carreiro frente ao entroncamento com a rua da Giesteira; 8. Colocação do sinal Proibição de virar à Esquerda (C11b), na rua do Pereiro no cruzamento com a rua do Carreiro; Rua Padre Luís Gonçalves - Pindelo (Pinhão) 1. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1e, na rua Padre Luís Gonçalves a seguir ao n.º 26; 2. Colocação do sinal Sentido Proibido (C1), na rua Padre Luís Gonçalves antes do n.º 57 em direcção ao n.º 463; 3. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1a, na rua Padre Luís Gonçalves frente ao caminho de servidão aos n.º 80 e 78; 4. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1a, na rua Padre Luís Gonçalves frente ao caminho de servidão aos n.º 164,170 e 172; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o que os considerandos dizem e o que o assunto diz. É o pedido de alteração da postura de trânsito nestas ruas, em Nogueira do Cravo. Eu só pedia a vossa autorização para fazermos aqui uma alteração que nos foi solicitada, por email, pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo, que tem a ver com a Rua do Carreiro: “ só até ao número 448.” - Esta alteração da postura de trânsito era só até ao número 448. Foi um email que nos foi enviado com essa instrução. Não fica em toda a extensão da rua, a postura que estamos a aprovar, fica só até ao número 448. Eu julgo que tem a ver com o facto de que até ali é permitido dois sentidos. =====

19 15 05 2020

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Anabela Sousa.

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Anabela Sousa** - Tesoureira da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. =

===== Boa noite, Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa sintam-se todos cumprimentados. O assunto que me traz aqui é solicitar a retificação na Rua do Carreiro, em Pindelo. A proposta a ser apresentada aqui hoje é para o sentido único ser do número 15 ao 627. Depois de analisarmos melhor verificamos que até ao número 448 é de passagem estreita, sendo que, aqui existe um entroncamento para desviar o trânsito para quem desce. Ou seja, do 448 ao 627 tem largura para passar um carro pelo outro, sendo que facilita quem desce entrando no entroncamento pela Rua da Giesteira. Para defesa dos utilizadores e para melhor qualidade de vida solicitamos a esta Assembleia que aprove esta alteração. E, como falamos de qualidade de vida, a Rua Padre Manuel Gomes de Resende, na Freguesia de Nogueira do Cravo, que também irá sofrer alteração, embora em algumas reuniões debatêssemos a questão do sentido obrigatório começar a partir da calçada dos Bocos por ter condições de circular nos dois sentidos e sendo que se trata de qualidade de vida aceitamos a proposta. Esperamos, Senhor Presidente, que esta obra seja uma realidade em muito curto espaço (de tempo) para bem da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo. Muito obrigada. ==

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Não tenho nenhum esclarecimento a prestar. Acho que toda a gente entendeu. Estava limitada em dois números de polícia e foi limitada a um número, porque em parte do troço é possível dois carros cruzarem um pelo outro. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto quinze à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====

===== **Ponto dezasseis: - Pedido de lugar de estacionamento reservado aos utentes da Ordem dos Advogados - delegação de Oliveira de Azeméis (I/27631/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: "Que nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)" (art. 64º, n.º 2, alínea a). - Que, bem assim, também lhe compete também

lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 1, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para fins específicos, no horário que para o efeito venha a estabelecer-se. - O despacho dado ao I/21025/2020 para um lugar de estacionamento reservado aos utentes do escritório da Ordem dos Advogados nesta cidade. Propõe-se: 1. Que seja criado um lugar de estacionamento para os utentes da Ordem dos Advogados desta cidade, no horário das 15:30 horas às 19 horas. 2. O lugar deverá ser identificado através do sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado), com duas placas adicionais: uma modelo 14 com a inscrição "Ordem dos Advogados" e outra modelo 7d com a inscrição, "dias úteis das 15h30 às 19h". Este lugar deve localizar-se em um dos primeiros lugares do lado sul da Rua 12 de Dezembro, identificado com a referida sinalização. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A delegação da Ordem dos Advogados solicitou um lugar de estacionamento para os utentes e também para os profissionais que prestam serviço a esses utentes, no horário das 15:30 horas às 19:00 horas. E, portanto, tem aqui as condições para a disponibilização desse lugar com a sinalética adequada.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Luis Filipe Oliveira e Domingos Oliveira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Luis Filipe Oliveira**, do PS.* =====

===== *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caros colegas, oliveirenses, comunicação social. O pedido que a delegação fez não estipulou horário. E o que me traz cá é o pedido de alteração ao horário restrito que a Câmara aprovou. Porque, com base em pressupostos errados, não sei em que é que se baseou. Talvez no horário que a delegação tem funcionado. Terá sido esse o critério da Câmara. Não compreendi. Terá sido esse, é o único que compreendo. No pedido não menciona isso. E explico porquê: Como toda a gente que passa pelo Rainha apercebe-se que a delegação não está aberta só no horário*

do funcionário. A delegação tem por missão preencher os impressos dos beneficiários do apoio judiciário e, além disso, como os beneficiários do apoio judiciário são as pessoas necessitadas, carenciadas, e se eles nomearem um advogado, por exemplo, para um beneficiário de Loureiro pode ser nomeado um advogado de Carregosa. É evidente se o beneficiário não tem dinheiro nem tem transportes, nem tem transportes adequados às horas, para ir ao escritório do advogado de Carregosa, Ossela, ou outro lugar qualquer e é evidente que é marcada uma hora, de acordo com a delegação, em que o advogado atende o beneficiário na sede da delegação, pode ser às 9 da manhã, pode ser às 9:30, pode ser 10, ou a uma hora qualquer que, por norma, até nem coincide com o horário da funcionária para não perturbar de alguma forma o funcionamento do horário do funcionário. Por isso, propunha a alteração das 09 horas às 19 horas nos dias uteis. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Domingos Oliveira**, do PSD. =====*

===== Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Helena Santos. Embora não tenhamos nada a opor temos esta intervenção para pedir um breve esclarecimento. Senhor Presidente não estando em causa o interesse público que nos merece a Secção da Ordem de Advogados em Oliveira de Azeméis, e a necessidade de lugar gratuito de estacionamento, apenas gostaríamos de perguntar a Vossa Excelência que critérios são usados para atribuição de lugar gratuito para estacionamento de associados. Se é seguido um critério uniforme e se há alguma discriminação positiva nesta cedência, é certo que configura um desequilíbrio face a outras instituições sociais e culturais, com sede na cidade. Nomeadamente: FAMOA, Casa Museu e Associação Comercial, pelo menos a estas, foram retirados os sinais de lugar de estacionamento e atribuíram a uma matrícula a isenção de pagamento. No entanto, esta isenção não resolve o problema dos associados e dirigentes de coletividades que se dirijam à FAMOA e acontecendo o mesmo aos associados da Associação Comercial. Então perguntamos: O porquê de os associados da Ordem de Advogados terem esse direito e os associados destas instituições, não? E já agora, Qual é o critério escolhido? Obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos, que delegou no Senhor Vereador **Hélder Simões**. =====*

===== Muito boa noite a todos. Dado o adiantado da hora vou tentar ser breve. O Regulamento Municipal de Estacionamento prevê lugares privativos para determinadas instituições, prevê também que elas possam beneficiar de um cartão institucional de avença. Nós em articulação com as instituições - foi-lhe perguntado: o que preferiam? As que mantiveram o

lugar privativo, foi porque assim o entenderam. Aquelas que pretenderam migrar para o sistema de avença, foi feita a migração. Portanto, nós não fizemos nada à revelia das instituições. Foi tudo acordado com as instituições. E, portanto, a Associação de Patinagem preferiu que o lugar fosse única e simplesmente para a funcionária. A FAMOA também concordou que fosse para o presidente da instituição. A Associação Comercial também assim o entendeu. Outras instituições pretenderam manter para os seus associados. Nós questionamos todas as associações. Aquelas que quiseram ter um lugar privativo disponível para toda a gente, assim o tiveram. Aquelas que preferiram ter um lugar de avença, assim o tiveram. Portanto, nós não fizemos rigorosamente nada à rebeldia de nenhuma Associação. E concordo com esse pedido de alteração. Os pressupostos não foram esses, mas contactamos a instituição para perceber o horário de funcionamento. Não extravasámos essa questão. Não faria sentido se não tivesse ocupação estar um lugar vago sem ter ocupação. =====

===== Pelo Senhor deputado **Carlos Costa Gomes**, da bancada, foi efetuada a seguinte intervenção: =====

===== Era só que a nossa intenção da votação era no sentido da abstenção, de facto o critério à partida parecia uma discriminação positiva, mas dadas as explicações do Senhor Vereador mudamos o sentido de voto e vamos votar a favor. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezasseis à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada com a seguinte alteração: onde se lê das 15:30 horas às 19 horas, deverá ler-se das 09 horas às 19 horas.** =====

===== **Ponto dezassete: - Pedido de colocação de sinalização vertical para a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/33407/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; - Os pedidos registados no E/1343/2019 e o E/3722/2020 da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz para a colocação de sinalização vertical aprovada em Assembleia de Freguesia. Propõe-se: 1. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para as freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca: Sinal de Cedência de Passagem (B1): 1. Na Rua do Carreiro, no entroncamento com a Rua das Pamplonas; 2. Na Rua João Gosendes, no entroncamento com a Rua das Pamplonas;

3. Na Rua João Gosendes, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 4. Na Rua Arquitecto Agostinho Ribeiro Fonseca, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 5. Na Rua da Mó, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 6. Na Rua N.ª S.ª do Bom Despacho, no cruzamento com a Avenida Bento Carqueja; 7. Na Rua da Aveneira, no entroncamento com a Avenida Bento Carqueja; 8. Na Rua dos Moleiros, no entroncamento com a Avenida D. Manuel II. Todos na Freguesia de Palmaz. 1. Na Rua dos Moleiros, no entroncamento com a Avenida D. Manuel II. Na Freguesia de Travanca. 1. Na Rua D. Manuel I, no entroncamento com a Rua do Pinheiro; 2. Na Travessa do Pinheiro, no entroncamento com a Rua do Pinheiro; Na Freguesia do Pinheiro da Bemposta. Sinais de paragem obrigatória (B2): 1. Na Rua das Pamplonas, no entroncamento com a Rua 10 de Agosto; 2. Na Rua 10 de Janeiro, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 3. Na Rua do Pedregoso, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 4. Na Rua da Raposeira, no cruzamento com a Avenida Soares de Basto; 5. Na Rua Quinta do Cabeço, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 6. Na Rua Padre Manuel Marques (Mestre), no cruzamento com a Avenida Soares de Basto; 7. Na Rua da Mó, no entroncamento com a Avenida Bento Carqueja; 8. Na Rua Adelino Soares (Sonoro), no cruzamento com a Avenida Bento Carqueja; 9. Na Rua São João, no entroncamento com a Avenida Bento Carqueja; 10. Na Rua dos Teares, no entroncamento com a Avenida Bento Carqueja; 11. Na Rua dos Ferreiros, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 12. Na Rua 25 de Abril, no entroncamento com a Avenida Soares de Basto; 13. Na Travessa dos Moinhos, no entroncamento com a Avenida D. Manuel II; Todos na Freguesia de Palmaz. 1. Na Rua da Quingosta, no entroncamento com a Rua do Pinheiro; 2. Na Travessa D. Manuel I, no entroncamento com a Rua do Pinheiro; 3. Na Calçada da Bemposta, no cruzamento com a Rua do Pinheiro; 4. Na Rua Manuel Marques Tavares, no cruzamento com a Rua do Pinheiro; Todos na Freguesia do pinheiro da Bemposta. Via pública sem saída (H4): 1. Na Travessa do Canto Sul, no entroncamento com a Rua 10do Sol Nascente; Na Freguesia de Palmaz. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== (Está aqui o Senhor Vereador a dizer-me que há aqui alguns nomes que estão errados que temos que corrigir.) Na prática, isto trata-se de aprovarmos um conjunto de sinais de trânsito para as freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. Por favor, dispensem-me de referenciar os muitos sinais que aqui estão. Aquilo que estamos a fazer é a autorizar este pedido de sinalização vertical que nos é solicitado. =====

19 15 05 2020

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezassete à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto dezoito: - Pedido de colocação de sinalização de lugares de estacionamento para deficientes motores na Avenida Sá Carneiro e na Rua Professor Bodas - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/43261/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que, na alínea a) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para veículos de cidadãos deficientes. - O pedido registado no E/26981/2019 de Nuno Jesus para dois lugares de estacionamento para portador de deficiência motora, na Avenida Sá Carneiro e na Rua Professor Bodas em Travanca. Propõe-se:

1. Que o lugar de estacionamento na Avenida Sá Carneiro seja delimitado nos lugares existentes junto da passadeira a seguir aos restaurantes e o lugar de estacionamento na rua do Professor Bodas, seja delimitado na baía existente, no lugar reservado mudando este para o lugar imediato.
2. Estes lugares para deficientes motores deverão ter as dimensões mínimas de 2,5+1m (faixa acessível) x 5 m e ser identificado através de sinal H1A "Estacionamento autorizado" com placa adicional 2.22 "Símbolo universal da Acessibilidade" juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um pedido de colocação de sinalização para deficientes motores aqui na Avenida Sá Carneiro e na Rua professor Bodas, na União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezoito à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto dezanove: - Retificação à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e os Municípios (I/46849/2020) - Autorização.** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Os Municípios de Arouca, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Póvoa de Varzim, Santa Maria da feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia celebraram em 1 de abril de 2016, e em 9 de julho de 2019, no caso do Município de Espinho, com a AMP contratos Interadministrativos ao abrigo do artigo 10. 2 do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 2 52/2015, de 9 de junho («RJSPTP»), delegando na AMP a competência relativa à organização dos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal; Em 2019, as partes celebraram uma adenda ao contrato interadministrativo (o «Contrato») que altera os contratos acima referidos, estabelecendo a metodologia para a definição conjunta dos poderes de Autoridade de Transportes a exercer pela AMP no quadro dos contratos de serviço público que esta irá celebrar ao abrigo do RJSPTP, na qualidade de entidade adjudicante; A minuta do Contrato foi aprovada pelos Municípios de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, por deliberações das respetivas assembleias municipais, sob proposta das respetivas câmaras municipais; Em Oliveira de Azeméis, a referida minuta foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, em reunião ordinária de 22/11/2019, bem como o respetivo compromisso plurianual, sob proposta da Câmara Municipal que, em reunião ordinária de 14/11/2019, a discutiu e deliberou submeter à Assembleia Municipal; O Contrato dispõe sobre a criação de Lotes para a prestação do serviço público na área da AMP e fixa (i) as linhas de orientação sobre as decisões de planeamento geral e operacional do serviço público; (ii) a definição nos Contratos de Serviço Público dos montantes de preços pelas prestações de serviço público a pagar aos operadores; e (iii) e a repartição dos encargos associados; Ficou definido na sua cláusula 13ª e no Anexo I do Contrato que o custo financeiro anual da execução de todos os Contratos de Serviço Público é de 6 961 502 € (seis milhões, novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e dois euros), traduzido no montante máximo de contrapartida financeira que a AMP está disposta a pagar pela execução dos serviços, bem como as regras de repartição desse custo pelos Municípios e de respetivo pagamento; E dispõe a cláusula 16ª do Contrato que o mesmo vigorará «no que respeita a cada Lote, durante o período temporal equivalente à vigência do Contrato de Serviço Público

que vier a ser celebrado com o operador selecionado por concurso público», i.e., sete anos; Porém, a cláusula 21 do Contrato ao indicar o valor do contrato, no montante indicado no considerando, não esclarece que o mesmo é anual, sendo que o valor total do Contrato será esse valor multiplicado pelo número de anos do Contrato; Afigura-se adequado alterar a cláusula 21ª de modo a que sua redação seja indiscutivelmente consonante com a cláusula 13ª, ao abrigo do disposto no artigo 164º, do Código do Procedimento Administrativo, relativamente à reforma dos atos administrativos, aplicáveis ao procedimento de celebração do Contrato nos termos do nº 3 do artigo 201º, do Código do Procedimento Administrativo; O Conselho Metropolitano do Porto, em reunião ordinária de 28 de fevereiro do corrente ano, aprovou por unanimidade, a proposta de Retificação à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e os Municípios, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Assim, resulta: “É acordado e reciprocamente aceite a reforma da cláusula 21.2 do Contrato («Contrato»), que se rege pelas cláusulas seguintes: Cláusula 1ª A cláusula 21ª do Contrato passa a ter a seguinte redação: «Para efeitos das disposições aplicáveis no presente Contrato e no Código dos Contratos Públicos, o valor do Contrato é de 48 730 514 € (quarenta e oito milhões, setecentos e trinta mil, quinhentos e catorze euros).» Cláusula 2ª A alteração da redação da cláusula 21ª produz efeitos desde a data da aprovação da minuta do Contrato.” Pelo que se propõe: Discutir e deliberar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para autorização da proposta de retificação da adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual, nos termos da proposta de retificação da adenda (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Na prática, o que estamos a fazer é a alterar uma das cláusulas que estava prevista. Portanto, estamos a retificar uma adenda ao contrato interadministrativo, porque havia aqui referencia ao valor anual do contrato de 6,9 milhões de euros (7 milhões de euros, em números redondos), quando, na realidade, o valor que interessa para o concurso público é o valor global do contrato que são 48.730.514,00€. E, portanto, o que nós estamos a fazer é a alterar a redação da clausula 21 para, precisamente, clarificar esta questão do valor do contrato e clarificar que o valor do contrato se refere ao conjunto dos anos do concurso público e não induzir no contrato esta dúvida de que os 7 milhões de euros é que seriam para o conjunto dos anos em que vai durar, digamos, este concursos público. São 6.961.502,00€, é esse valor. Que é um valor que poderia induzir em erro os concorrentes pensando que era o valor para o período do concurso de 5 anos.=

19 15 05 2020

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Costa Gomes. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Tendo em conta que o ponto que está agora a ser apresentado chegou-nos só no dia de hoje e praticamente não tivemos tempo para refletir sobre ele e tratar o assunto devidamente, portanto, a Bancada do PSD vai se abster relativamente a este ponto para não, inviabilizar, fazer uma proposta de retirada do ponto. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezanove à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a retificação à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município, bem como o respetivo compromisso plurianual, com a seguinte votação: - a favor: onze votos do PS, dois votos do CDS/PP e o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: sete do PSD.** =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Sem intervenções. =====

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: ===

===== Dou então por encerrada esta Sessão, agradecendo a paciência e a resistência de todos. Quase que íamos tocando a meia noite mas, pronto, ainda não foi desta vez. Muito obrigado a todos e até amanhã. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 47 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=